



PROFHISTÓRIA

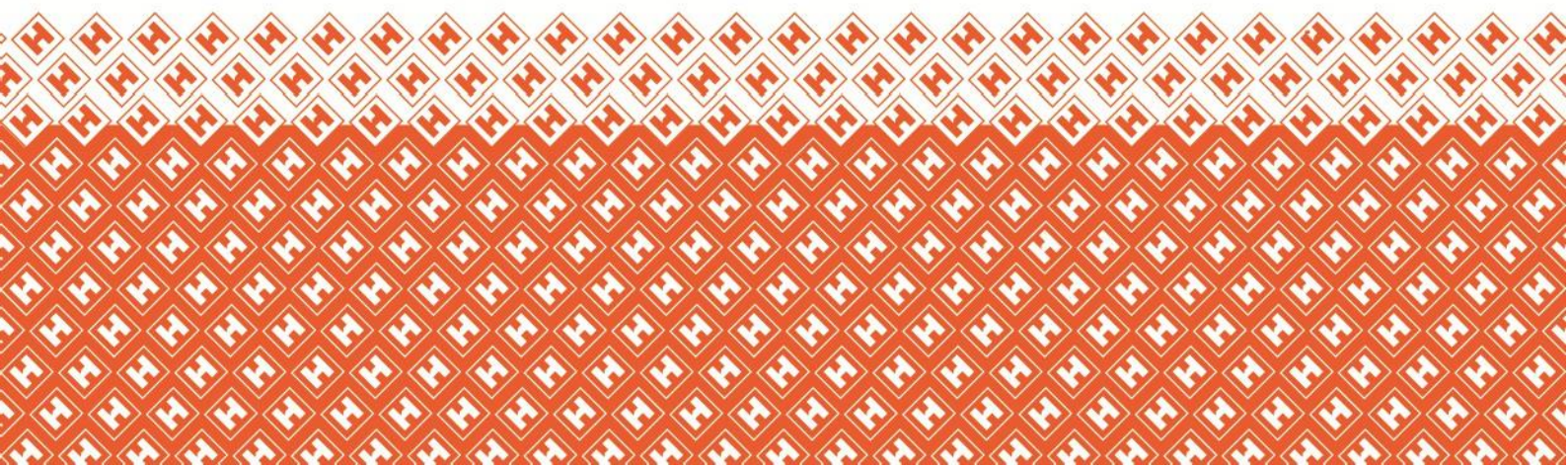
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

RICARDO DE MELO CARVALHO

**TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E O CENÁRIO POLÍTICO LOCAL NAS PÁGINAS
DO JORNAL O MOSSOROENSE (1978-1982): UM PIONEIRO DA NOTÍCIA NA
AULA DE HISTÓRIA**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN
MOSSORÓ**

2025



RICARDO DE MELO CARVALHO

**TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E O CENÁRIO POLÍTICO LOCAL NAS PÁGINAS
DO JORNAL O MOSSOROENSE (1978-1982): UM PIONEIRO DA NOTÍCIA NA
AULA DE HISTÓRIA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora de Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional - núcleo Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ensino de História.

Linha de Pesquisa - Linguagens e Narrativas Históricas: produção e difusão

Orientador: Prof. Dr. Lemuel Rodrigues da Silva

MOSSORÓ

2025

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

C331t Carvalho, Ricardo de Melo
Transição democrática e o cenário político local nas páginas do jornal o mossoroense (1978-1982): um pioneiro da notícia na aula de história. / Ricardo de Melo Carvalho. - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, 2025.
123p.

Orientador(a): Prof. Dr. Lemuel Rodrigues da Silva.
Dissertação (Mestrado profissional em Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História).
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Abertura democrática. 2. História local. 3. Jornal o mossoroense. 4. Representações. I. Silva, Lemuel Rodrigues da. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

RICARDO DE MELO CARVALHO

**TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E O CENÁRIO POLÍTICO LOCAL NAS PÁGINAS
DO JORNAL O MOSSOROENSE (1978-1982): UM PIONEIRO DA NOTÍCIA NA
AULA DE HISTÓRIA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora de Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional - núcleo Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ensino de História.

Aprovada em: 06/08/2025

Banca Examinadora



Documento assinado digitalmente
LEMUEL RODRIGUES DA SILVA
Data: 28/08/2025 13:37:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Lemuel Rodrigues da Silva (Orientador)

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN



Documento assinado digitalmente
ANDRE VICTOR CAVALCANTI SEAL DA CUNHA
Data: 23/09/2025 10:01:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.Dr. André Victor Cavalcanti Seal da Cunha (Membro interno)

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN



Documento assinado digitalmente
JOSE AIRTON DE FARIAS
Data: 24/09/2025 13:10:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Airtton de Farias (Membro externo)

Instituto Federal de Educação do Ceará – IFCE

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Maria Bernadete Carvalho de Melo (*In memoriam*), e ao meu irmão, Francisco Hélio de Melo Carvalho. Ambos não tiveram a mesma oportunidade que tive para estudar, porém, me apoiaram e deram todo o suporte material e afetivo para que pudesse chegar até aqui. À minha querida e amável esposa, Iara Fernandes, aos familiares, professores e amigos que me incentivaram a buscar novos horizontes, através da leitura e da pesquisa. Por extensão, ao Brasil, ao Rio Grande do Norte e a cidade de Mossoró, para que se tornem melhor, valorizando a justiça social através da Educação, da pesquisa científica e da preservação do patrimônio histórico. Por fim, ao município de Baraúna-RN, em especial, a Escola Municipal de 1º grau Pedro Fernandes, em particular, a turma do 9º ano – 2025. Que a escola mantenha os ótimos resultados na Educação, buscando continuamente os melhores indicadores de qualidade e excelência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Senhor e Salvador Jesus Cristo, por cumprir em mim as suas fiéis promessas, tornando possível a conclusão desta obra acadêmica.

A minha esposa pela paciência, pela motivação e compreensão durante a jornada de pós-graduação.

A todos irmãos em Cristo, em especial, a Casa de Oração do Senhor Jesus – Igreja Pentecostal (COSJIP), pelas orações, que me proporcionaram vontade, coragem e inspiração para vencer. E, também, aqueles que fazem parte do meu ciclo social, pelos elogios e críticas feitos com sinceridade e coerência.

Ao professor Dr. Lemuel Rodrigues da Silva, pelos cuidados profissionais ao longo da pesquisa, pela presteza e competência na orientação, e pelo crescimento intelectual que me ajudou alcançar.

Aos professores do Mestrado Profissional em Ensino de História – Profhistória – UERN (2023-2025). Que direta ou indiretamente, contribuíram para o êxito desta pesquisa, conquista acadêmica, que proporcionará novas perspectivas.

Aos queridos (as) estudantes do presente século, aos colegas de profissão da Escola Estadual Diran Ramos do Amaral (EEDRA), em particular, da turma do Profhistória UERN (2023-2025), pelas discussões acadêmicas nas leituras e nos seminários, servindo como direcionamentos para a realização desta pesquisa.

RESUMO

As discussões sobre Ditadura Militar e Democracia permanecem recorrentes na historiografia e na imprensa brasileira contemporânea. A ascensão política e a ocupação de cargos nos poderes Executivo e Legislativo por sujeitos históricos, por meio do sistema eleitoral, configuram-se como expressão legítima do exercício democrático. A presente pesquisa tem como objetivo estudar o processo de transição democrática narrado pelo jornal *O Mossoroense* entre os anos de 1978 e 1982, período que abrange desde o fim do Ato Institucional número 5 (AI-5) até as eleições para os cargos do Executivo estadual e municipal em Mossoró-RN. A investigação se fundamenta no referido periódico, analisado sob a ótica da nova história política. As análises concentram-se nas notícias publicadas nesse intervalo temporal, considerando que o corpus documental em questão contribui para a construção de identidades e da memória social em torno dos fatos históricos. Nessa perspectiva, propõe-se examinar as publicações de *O Mossoroense* como fonte histórica, buscando compreender os atores sociais envolvidos e as representações construídas nas narrativas do processo de abertura política. A metodologia adotada será a análise de conteúdo, e o referencial teórico está ancorado nos princípios da terceira geração da Escola dos Annales, também conhecida como "nova história". Para fundamentar teoricamente a pesquisa, serão utilizados autores como Circe Bittencourt, José D'Assunção Barros, Marcos Napolitano, Michel de Certeau, Roger Chartier, Tânia Regina de Luca, além de estudiosos locais. Ao final, pretende-se elaborar um plano de aula que promova o uso do jornal como fonte de conhecimento histórico, possibilitando discussões significativas com os estudantes. Conclui-se que, com esta abordagem teórico-metodológica e o devido rigor científico, é possível desenvolver uma produção acadêmica comprometida com o conhecimento histórico em sua dimensão política, com ênfase na esfera local – espaço de pertencimento do povo potiguar e, especialmente, dos jovens estudantes de Mossoró e região.

Palavras-chave: Abertura Democrática; História local; Jornal *O Mossoroense*; Representações.

ABSTRACT

Discussions on Military Dictatorship and Democracy remain recurrent in contemporary Brazilian historiography and press. The political rise and occupation of positions in the Executive and Legislative branches by historical actors through the electoral system constitute a legitimate expression of democratic practice. This research aims to study the democratic transition process narrated by *O Mossoroense* newspaper between 1978 and 1982, a period spanning from the end of the Institutional Act number 5 (AI-5) to the elections for state and municipal executive positions in Mossoró, RN. The investigation is based on the aforementioned periodical, analyzed through the lens of the new political history. The analysis focuses on news published within this timeframe, considering that the documentary corpus contributes to the construction of identities and social memory surrounding historical events. From this perspective, the study examines *O Mossoroense's* publications as a historical source, aiming to understand the social actors involved and the representations built within the narratives of the political opening process. The methodology adopted is content analysis, and the theoretical framework is grounded in the principles of the third generation of the Annales School, also known as the “new history.” The theoretical basis relies on authors such as Circe Bittencourt, José D’Assunção Barros, Marcos Napolitano, Michel de Certeau, Roger Chartier, Tânia Regina de Luca, as well as local scholars. Ultimately, the study intends to develop a lesson plan that encourages the use of newspapers as a source of historical knowledge, fostering meaningful discussions with students. It concludes that, with this theoretical-methodological approach and proper scientific rigor, it is possible to produce academic work committed to historical knowledge in its political dimension, with an emphasis on the local sphere — the space of belonging for the people of Rio Grande do Norte and, especially, the young students of Mossoró and its region.

Keywords: Democratic Opening; Local History; *O Mossoroense* Newspaper; Representations.

LISTA DE SIGLAS

ABI Associação Brasileira de Imprensa
AI Ato Institucional
ARENA Aliança Renovadora Nacional
BNCC Base Nacional Comum Curricular
CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CRFB Constituição da República Federativa do Brasil
DSN Doutrina de Segurança Nacional
LSN Lei de Segurança Nacional
OAB Ordem dos Advogados do Brasil
PDS Partido Democrático Social
PDT Partido Democrático Trabalhista
PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT Partido dos Trabalhadores
PTB Partido Trabalhista Brasileiro
UNE União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. O JORNAL COMO FONTE HISTÓRICA DE PESQUISA.....	27
2.1 O historiador e a fonte histórica se “conectam”: o jornal e os desafios para o pesquisador.....	27
2.2 História, memória e narrativa na imprensa.....	46
2.3 A mídia como forma de poder	51
3. A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E O CENÁRIO POLÍTICO LOCAL NAS PÁGINAS DO JORNAL O MOSSOROENSE (1978-1982).....	56
3.1 O fim do AI-5 e a anistia: como o jornal <i>O Mossoroense</i> discute a anistia e a abertura política	56
3.2 O Pluripartidarismo: caminho aberto para novas siglas político-partidárias	78
3.3 Oligarquias e lideranças políticas nas eleições para governo estadual e prefeito de Mossoró em 1982	85
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
FONTES	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104
ANEXO A – Uso pedagógico do jornal como fonte no ensino de História	111
ANEXO B – Charge A: Reis Maia.....	111
ANEXO C – Charge B: Voto Camarão	123

1 INTRODUÇÃO

A escrita de uma dissertação está intimamente ligada à trajetória de vida de quem escreve e à escolha do tema a ser abordado. O exercício do pensar, inserido no processo de produção acadêmica, contempla não apenas aspectos teóricos, mas também as relações sociais, culturais, vivências e experiências do autor — sujeito histórico inserido em um determinado tempo e espaço. A leitura, nesse contexto, surge como um farol que orienta o caminho árduo, porém frutífero, da pesquisa.

O interesse por textos jornalísticos remonta ao período de estudos e interação social na Biblioteca Municipal Ney Pontes Duarte, instalada no prédio da antiga “União Caixeiral”, no centro de Mossoró-RN. Espaço cultural atrativo, frequentado por estudantes, pesquisadores e leitores em geral, onde havia acesso a jornais impressos como o centenário *O Mossoroense* e outros periódicos amplamente circulados na cidade, sobretudo, nos anos finais do século XX e nas primeiras décadas do milênio atual.

Durante o Ensino Médio, na década de 1990, já mantinha contato com jornais como *Mundo Jovem* (PUC-RS, desde 1963), de caráter educativo e multidisciplinar, e a *Folha Dirigida*, especializada em concursos públicos e oportunidades de emprego. Mais tarde, como professor da rede pública de ensino, incorporava jornais diversos ao cotidiano pedagógico, promovendo práticas de leitura, pesquisa e debate em sala de aula, com temas variados: culturais, econômicos, políticos, religiosos, esportivos, sociais e até sobre crises internacionais.

A partir de breves considerações históricas sobre a sociedade brasileira, observa-se que desde a chegada dos portugueses em 1500, o território nacional tem sido palco de intensas disputas pelo poder político, econômico e administrativo. Assim como em outras sociedades, os grupos dominantes buscam o controle da população — político, militar e ideológico —, das riquezas e de outras esferas de interesse. Nesse cenário, destacam-se as oligarquias, as elites agrárias e urbanas, e os militares, forças conservadoras que historicamente interferem na condução do Estado brasileiro. Essas representações — oligarquias e Exército — serão objeto de reflexão no presente estudo.

Por esse entendimento, a interlocução investigativa da presente operação historiográfica busca analisar o processo de transição democrática narrado pelo jornal *O Mossoroense* (1978–1982), compreendendo desde o fim do Ato Institucional

nº 5 (AI-5) até as eleições para o governo estadual e para a prefeitura de Mossoró, dentro da delimitação temporal mencionada. Essa temporalidade representa um valor histórico significativo e de grande relevância para a memória social do processo de abertura política, pois ofereceu ao povo brasileiro uma nova experiência de cidadania, após o regime instaurado em 1964. Foi um período que serviu como fonte de energia, otimismo, coragem e esperança na luta por novos horizontes políticos, econômicos e sociais, culminando em movimentos como a campanha pelas Diretas Já! (1984), impulsionada pela Emenda Dante de Oliveira, também conhecida como a “Emenda das Diretas”. As reivindicações por eleições diretas e multipartidária para presidente da República e a luta pelo fim do Estado militar, terminado logo depois (1985).¹

A relevância desta pesquisa e análise historiográfica manifesta-se na necessidade de compreender o desenvolvimento do poder local e de promover um diálogo sobre o uso do jornal impresso ou digital no Ensino de História. Afinal, “[...] a imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através do tempo, pois ela registra, comenta e participa da história” (Capelato, 1988, p. 13)².

A presente discussão tem como fonte e objeto de estudo o jornal *O Mossoroense*, de temática livre, com ênfase no processo histórico de redemocratização, tal como noticiado em suas páginas, sendo essas notícias sentidas e percebidas pela população local. O foco analítico recai sobre os editoriais e o uso do jornal como fonte histórica, bem como sobre o posicionamento de especialistas quanto à periodização em análise — como o historiador Marco Antônio Villa. Segundo o autor, “A realização das eleições diretas para os governos estaduais, em 1982, consolidou o caminho para a redemocratização. Concluiu o ciclo iniciado com a extinção do AI-5 e a anistia aos perseguidos pelo regime militar (1979)” (Villa, 2011, p. 78).

Trata-se de um período histórico marcado por transformações significativas na “memória coletiva” brasileira, conforme os estudos de Maurice Halbwachs (1990). No âmbito político, destaca-se a aprovação da Lei nº 6.683/79 – conhecida como Lei da Anistia –, um marco histórico e instrumento jurídico fundamental na conjuntura da

¹Efeméride: É o nome dado a datas importantes que fazem aniversário terminados em zero. Exemplos: 80 anos do final da II Guerra Mundial (1945), 40 anos do fim da Ditadura Militar no Brasil (1985). Este último, rememorado na presente dissertação.

² CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A Imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

redemocratização do Brasil. A partir dessa lei, após um longo período de exílio e ostracismo político, importantes lideranças retornaram ao país, como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Luiz Carlos Prestes, entre outros. Este último, acumulava uma trajetória marcada por sucessivas cassações de seus direitos políticos e de sua legenda ideológica, tendo sido anistiado duas vezes ao longo de sua carreira.

Com isso, abriu-se caminho para a ampliação das liberdades civis e para a igualdade de direitos políticos, possibilitada, entre outros fatores, pelo fim do bipartidarismo (representado pela Arena, governista, e pelo MDB, oposição). Esse processo culminou na ascensão do pluripartidarismo, com a criação de novas siglas e a ressignificação de antigas nomenclaturas. Surgiram então cinco partidos principais — PDS, PMDB, PT, PTB e PDT — como expressão de diferentes vertentes ideológicas e da renovação política em favor da retomada democrática. Sobre esse momento, a coluna *Sem Censura* do jornal ¹*O Mossoroense*, assinada por Edmar Morel, noticiou de forma simbólica o retorno de Brizola: “O vivo-morto que saiu do sarcófago. [...] Do sarcófago, onde estava há 14 anos, o vivo-morto pula para as manchetes dos principais jornais do mundo”.

Nessa perspectiva, a proposta da investigação histórica em análise, busca compreender as narrativas — crônicas, opiniões, notícias e reportagens — divulgadas nas páginas do pioneiro e gentílico jornal *O Mossoroense* durante o processo de redemocratização brasileira. O objetivo é analisar o diálogo estabelecido com seu público leitor: classe política, empresários, intelectuais, estudantes, religiosos, representantes de categorias profissionais, anunciantes, entre outros. A partir dos primeiros anos da abertura política, pretende-se compreender o contexto político-eleitoral e a disputa pelo poder executivo no Rio Grande do Norte e no município de Mossoró, especialmente no pleito de 1982.

Como afirma Itamar Freitas (Ferreira; Oliveira, 2019, p. 173), a “narrativa é o principal elemento dos modos de representar os atos humanos, a exemplo da história e da poesia”.³ Assim, os jornais constituem-se como narrativas capazes de difundir discursos com múltiplos interesses e vieses ideológicos. O ato de pesquisar, portanto, é uma tarefa exigente, que demanda do pesquisador rigor metodológico

³ **Dicionário de ensino de história/** Coordenação: Marieta de Moraes Ferreira, Margarida Maria Dias de Oliveira. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

para encontrar respostas fundamentadas, com relevância científica, acadêmica e social.

Problematizações como: o que significa democracia e como ela pode alcançar sua plenitude? Que oligarquias e lideranças políticas locais protagonizaram a campanha eleitoral para os cargos do Executivo estadual (RN) e municipal (Mossoró) em 1982? Qual a relevância do centenário jornal *O Mossoroense* na transição política e no período eleitoral? Essas questões orientam a presente pesquisa, que busca compreender a complexidade da redemocratização brasileira em sua dimensão local.

A interlocução com a historiografia — compreendida aqui como forma de escrever e interpretar a História —, aliada à análise das narrativas jornalísticas, permite a elucidação de pontos centrais para as comunidades acadêmica e escolar. As indagações propostas serão enfrentadas por meio de análise crítica da fonte documental, tanto em sua dimensão interna quanto externa, priorizando o diálogo com o Tempo Presente.

Como destaca o historiador Rodrigo Otávio dos Santos, a relação entre o pesquisador e seu objeto de estudo exige engajamento, sensibilidade e rigor teórico-metodológico, aspectos fundamentais para o desenvolvimento de uma investigação histórica significativa.

A História tem como missão transferir do passado as questões que influenciam a sociedade no presente — afirmação que também está repleta de interrogações. É necessário saber a qual passado, a qual sociedade, a qual presente e até mesmo a qual futuro essa afirmação diz respeito. O sujeito que faz a pesquisa também está imerso em um mar de conjecturas, reflexões, certezas e incertezas próprias do seu próprio tempo (Santos, 2016, p. 20).

Nesse aspecto, faz-se necessário considerar o processo histórico que viabilizou a ascensão e as frequentes intervenções dos militares na esfera política brasileira. Ainda no decorrer do Segundo Reinado, ao final da Guerra do Paraguai (1864–1870) — o maior conflito geopolítico e bélico-militar da América do Sul —, rompe-se a aliança entre Império e Exército brasileiro. Este último, sentia-se desvalorizado, diante da falta de reconhecimento institucional e salarial, além de sua exclusão das discussões políticas do Estado.

Com o avanço do movimento republicano nas décadas de 1870 e 1880 — período marcado por uma crise crônica no governo de D. Pedro II, motivada por

fatores econômicos, sociais (como o movimento abolicionista) e incertezas quanto à sucessão do trono —, intensifica-se o protagonismo e a politização dos militares. Essa politização, distinta da política praticada internamente nas Forças Armadas, foi impulsionada também por intelectuais adeptos do positivismo, pela elite agrária e pelo Partido Republicano, culminando na Proclamação da República em 15 de novembro de 1889. Como destaca Sodré (1984, p. 13), “A sociedade burguesa conferiu destacada função política aos militares, na medida em que, paradoxalmente, a tarefa específica deles, a guerra, ia se transformando em problema de toda a sociedade, de toda a população”.⁴

Segundo Leonardo Trevisan (2019, p. 9), “Historicamente, no Brasil, os militares sempre intervieram no poder político, nos negócios do governo”. Logo na primeira década da República, durante os governos dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, as Forças Armadas enfrentaram seus próprios conflitos internos, como nas Revoltas da Armada e na Revolução Federalista (RS, SC e PR). Já no governo de Prudente de Moraes, primeiro presidente civil do Brasil, o Exército demonstrou sua truculência e “poder de fogo” na repressão ao arraial dos sertanejos, durante a desproporcional, implacável e sangrenta Guerra de Canudos (1893–1897).

Posteriormente, os militares voltariam ao centro do cenário político nos movimentos tenentistas da década de 1920; no Estado Novo de Getúlio Vargas (1937–1945); e, mais adiante, no governo do general Eurico Gaspar Dutra (1946–1951). O ápice desse protagonismo ocorreu durante o regime militar (1964–1985), que contou com cinco presidentes oriundos das Forças Armadas, sucedendo-se no comando do país. Recentemente, os militares voltaram a ocupar espaço nos altos escalões do poder durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019–2022), com o general Hamilton Mourão como vice-presidente, ambos eleitos democraticamente. Além disso, é notória a presença atual de parlamentares militares no Congresso Nacional, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado. Trata-se, portanto, de uma instituição historicamente envolvida em momentos decisivos da política nacional.

Este trabalho toma como ponto de partida o Golpe Militar de 31 de março de 1964, uma ruptura que interrompeu o diálogo entre o governo de João Goulart

⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. **Vida e morte da ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil**. Nelson Werneck Sodré, Editora Vozes, 2ª edição—Petrópolis-RJ, 1984.

(Jango) e o povo brasileiro. Esse evento marcou o início de um regime político-militar que se apropriou do poder estatal e de símbolos nacionais — como as cores da bandeira e os feitos esportivos, a exemplo do tricampeonato mundial da Seleção Brasileira de Futebol. Slogans como “Ninguém mais segura este país” e “Brasil, ame-o ou deixe-o” foram amplamente divulgados, com forte apelo ufanista e nacionalismo exacerbado, como forma de legitimar a permanência dos militares no poder.

A Ditadura Civil-Militar (1964–1985) representa um período expressivo na historiografia republicana brasileira. Enérgicas discussões giram em torno dessa temporalidade e dos desdobramentos político-partidários que marcaram a história recente do país. Na visão de Norberto Bobbio (1986, p. 484), a ditadura “designa a classe dos regimes antidemocráticos ou não democráticos modernos”.⁵ Ou seja, trata-se da ascensão de governos autoritários, que costumam se instalar de maneira arbitrária, violenta e ilegítima, por meio de golpes de Estado.

Tais regimes são, em geral, capazes de tomar decisões impopulares, restringir liberdades civis e censurar os meios de comunicação — especialmente a imprensa —, impondo-se de forma unilateral e pela força institucional do aparato político-militar. As narrativas históricas, jornalísticas, literárias e musicais sobre os militares não se limitam ao seu papel tradicional de manutenção da ordem pública, segurança nacional ou proteção do patrimônio. O historiador Marcos Napolitano (2014)⁶, com notável capacidade argumentativa, contribui para o entendimento crítico dos governos militares e suas múltiplas representações na cultura e na memória coletiva brasileira:

Golpes de Estado, guerras civis, revoluções e ditaduras constituem, obviamente, momentos particularmente traumáticos na história das sociedades. Expressões de profundas divisões ideológicas no corpo social e político de uma nação, aqueles que saem vencedores desses processos fazem um grande esforço para reescrever a história, justificar os fatos no plano ético, controlar o passado e impor-se na memória dos contemporâneos. Os regimes que emergem desses eventos precisam da história para se justificar. Se revolucionários, precisam explicar a ruptura e buscar no passado as raízes da nova sociedade que pretende construir.⁷

⁵ BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1986.

⁶ NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro** / Marcos Napolitano. — São Paulo: Contexto, 2014.

⁷ *Ibid.*, p. 282.

Diante do exposto, pesquisar, analisar e escrever sobre um período de anormalidade constitucional é sempre um desafio, uma vez que se trata de uma temporalidade marcada por descontinuidades e mudanças significativas no processo histórico, ao mesmo tempo em que coexistem permanências estruturais nas relações de poder. Nesse sentido, o estudo da política desde a década de 1970 apresenta forte vinculação com os fenômenos sociais, pois, como destaca Peter Burke (1992, p. 37), “[...] “Em vez disso nos percebemos preocupados com o elemento social na política e com o elemento político na sociedade”.⁸

A abertura política foi, sem dúvida, um período de rupturas e conquistas relevantes nos âmbitos político, social e institucional da nação brasileira, culminando com a promulgação da atual Constituição Federal de 1988 — a chamada Lei Maior ou Lei Fundamental —, que instituiu o Brasil como um Estado Democrático de Direito e restabeleceu as eleições diretas para a presidência da República em 1989. A democracia, nesse contexto, é compreendida como o regime de governo que possibilita à população o pleno exercício da cidadania — condição *sine qua non* para a promoção da igualdade e da justiça social.

A historiadora Sandra Jatahy Pesavento argumenta:

A mobilização da sociedade civil, que já se dera no final dos anos setenta, ampliou-se na nova década, e os movimentos populares, de classes, profissionais e de grupos de interesse cresceram de forma vertiginosa. O Brasil (re)experimentava a democracia e esta se mantinha viva (Pesavento, 1994, p. 82, 83).

O pensamento da autora revela uma realidade marcada pelo forte clamor social presente nas reivindicações populares por uma sociedade mais livre, justa e igualitária. A discussão sobre a transição política e o processo de redemocratização constitui um amplo e relevante campo de debate, que desperta o interesse de diversos pesquisadores, como historiadores(as), cientistas políticos, filósofos, teólogos, sociólogos, antropólogos, jornalistas (os chamados “funcionários da notícia”), juristas, universitários, memorialistas, escritores, entre outros.

Vale pontuar, que “conceituar democracia não é tarefa fácil, visto que o conceito sofre mutação ao longo dos séculos”⁹. Contudo, torna-se necessário

⁸ **A Escrita da história:** novas perspectivas / Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. – (Biblioteca básica).

⁹ CARVALHO, Ricardo de Melo. **DEMOCRACIA E REFORMA POLÍTICA NO BRASIL: O VOTO FACULTATIVO.** Monografia apresentada ao Departamento de Direito - FAD. Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, 2016. – Mossoró, RN.

considerar que "democracia", em seu sentido etimológico, significa "governo do povo" ou "governo da maioria" (Rosenfield, 1994, p. 7). Trata-se de um conceito histórico, de natureza complexa e de amplo alcance, que não se resume apenas à existência de partidos políticos, comícios, bandeiras, eleições, pesquisas eleitorais, urnas e votos. Segundo Schwarcz (2019, p. 200), "[...] democracia, desde os gregos, é definida como um processo inconcluso, e que precisa ser sempre refeito e ampliado". O povo grego valorizava o pensamento crítico e as discussões públicas como pilares do convívio político.

A democracia, portanto, deve ser compreendida em sua substância mais profunda: como parte da existência humana enquanto ser social, abarcando as dimensões individuais e coletivas da vida em sociedade. O modelo democrático moderno, embora construído há séculos, é ainda hoje considerado o sistema de governo mais apropriado para assegurar a participação cidadã. No entanto, precisa ser constantemente, repensado, aperfeiçoado, permanecendo aberto ao diálogo.

Rancière (2014, p. 8) observa que a democracia é "o reino dos desejos ilimitados dos indivíduos da sociedade de massa moderna", apontando para a tensão permanente entre aspirações sociais e os limites institucionais. Nesse sentido, a democracia tem como horizonte contemplar os anseios de uma sociedade marcada por adversidades, contradições, pluralidade de pensamentos e valores, na busca por uma representação popular autêntica e livre, fortalecendo a cidadania.

O cientista político italiano Norberto Bobbio¹⁰ argumenta, com notável lucidez, sobre a razão de ser e a importância de uma democracia efetiva no interior das sociedades, como caminho para a convivência pacífica e justa:

Direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos não há democracia; sem democracia não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos.¹¹

Na esteira conceitual de democracia, não se pretende aqui esgotar sua definição temporal ou abarcar todas as suas dimensões e particularidades, tendo-se plena consciência, inclusive ética, de que se trata de um instituto político-social e jurídico em permanente construção e renovação. Vale salientar, que o modelo democrático pressupõe um debate contínuo, fundamentado em análises críticas

¹⁰ BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

¹¹ *Ibid.*, p. 21.

coerentes e consistentes. Em determinados contextos históricos e específicos no Brasil, a compreensão de democracia pela elite dominante reduzia-se meramente ao combate ao comunismo. É notório o radicalismo político no país, evidenciado, por exemplo, nas polarizações político-partidárias recentes, nas mobilizações políticas e nas notícias sobre as “intrigas palacianas” durante os períodos eleitorais.

Indubitavelmente, o modelo republicano e democrático brasileiro precisa ser ressignificado, apresentando-se como uma oportunidade para se tornar mais igualitário e atento à complexa, plural e diversa realidade social, respeitando as diferenças ideológicas, as diversidades regionais, econômicas, culturais e religiosas, bem como as preferências por lideranças representativas do povo brasileiro no pleito eleitoral.

Entretanto, a história sempre foi marcada por agitações motivadas pela manutenção, disputa e conquista do poder. O processo de abertura política no Brasil não foi um fato isolado na América Latina, especialmente na América do Sul. Trata-se de uma temporalidade histórica estreitamente vinculada à Nova Ordem Internacional bipolar, conhecida como Guerra Fria (1945–1991), protagonizada pela disputa sistemática entre os Estados Unidos da América (capitalista) e a União Soviética (socialista).

Dessa forma, a América Latina, zona de influência predominantemente capitalista, caracterizou-se como espaço de controle ideológico favorável à instalação de governos ditatoriais chancelados pelos Estados Unidos, o “Tio Sam”, em países como Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Todavia, nas relações internacionais não existem “amiguinhos”, mas interesses específicos em jogo. Os norte-americanos não perderam a oportunidade de influenciar, direta ou indiretamente, as decisões internas e externas do Brasil ao longo da história. Como observa Jessé Souza (2017, p. 225), “Afim, se existe uma coisa que não muda na América Latina é que os EUA estão por trás de todos os golpes de Estado”.¹² Porém, essas intervenções ocorreram com temporalidades, características e marcas próprias em cada país latino-americano.

Essa estratégia geopolítica — ideológica, econômica e militar — buscava garantir a hegemonia política dos Estados Unidos no continente americano,

¹² SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato** / Jessé Souza. — Rio de Janeiro: Leya, 2017.

impedindo o surgimento de outras “Cubas”, rotuladas pejorativamente no imaginário político-ideológico como “perigo vermelho”, em referência ao antigo receio da influência política soviética. Como ressalta o historiador Boris Fausto (2012, p. 289), “A transição do regime militar para a democracia insere-se em um contexto mais amplo, abrangendo quase todos os países da América do Sul. O Brasil saiu na frente, com relação a seus vizinhos mais importantes”.¹³

A cultura política do período republicano brasileiro corrobora com a ideia de que o Brasil não desenvolveu uma tradição democrática consolidada até a redemocratização da década de 1980. Conforme o mesmo autor, “[...] a consolidação foi uma das tarefas centrais do governo e da sociedade nos anos posteriores a 1988”.¹⁴ Essa fase histórica, conhecida como “a década perdida” sob o viés econômico e financeiro, refletiu-se na crise econômica, nos elevados índices inflacionários e nas frequentes mudanças de moedas — medidas e tentativas de estabilizar o mercado e minimizar as insatisfações populares. A estabilidade econômica foi alcançada no governo Itamar Franco (1992–1995), com a aprovação do Plano Real (R\$) em 1994, tornando-se a moeda brasileira vigente há três décadas.

O presente trabalho busca compreender a narrativa jornalística a partir de uma diretriz teórico-metodológica e dialética — entendida como a arte do diálogo — que estabelece interlocuções com especialistas que debatem essas problemáticas na periodização estudada, utilizando diferentes fontes historiográficas. Assim, dialoga-se com autores locais, como o jornalista Bruno Emanuel Pinto Barreto Cirilo¹⁵, autor da obra *A divisão política da família Rosado em Mossoró contada nas páginas dos jornais O Mossoroense e Gazeta do Oeste: 1980–88*. Ao destacar o processo de redemocratização brasileira na década de 1980, registra:

Tudo aconteceu no alvorecer da redemocratização do Brasil. O país respirava os ares da Nova República, fundada no começo de 1985 com a posse do primeiro presidente civil em duas décadas. O país vê a democracia renascer ainda sob os ares asfixiantes do regime autoritário.¹⁶

¹³ FAUSTO, Boris, 1930- História Concisa do Brasil/ Boris Fausto.- 2. ed., 5. Reimpr.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

¹⁴ FAUSTO, ref. 13, p. 290.

¹⁵ CIRILO, Bruno Emanuel Pinto Barreto. **A divisão política da família Rosado em Mossoró contadas nas páginas dos jornais O Mossoroense e Gazeta do Oeste: 1980-88.** / Bruno Emanuel Pinto Barreto Cirilo – Mossoró, RN, 2016.

¹⁶ *Ibid.*, p. 5.

O *modus operandi* da pesquisa terá um caráter extremamente prático, com base documental e exploração bibliográfica, levantando indagações, procurando respostas sólidas, com a utilização da análise de conteúdo como método científico, investigativo e qualitativo na construção dos argumentos. Direcionando a atenção aos tipos de textos jornalísticos (editorial, colunas, reportagens, artigos, notícias etc.), que se identificam com o aporte teórico da investigação. A análise de conteúdo segundo Bardin (2016, p. 15):

Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem.

Priorizando o rigor analítico no trato com os jornais. Outrossim, faz-se necessário, dialogar com outras fontes e produções na historiografia, como suporte teórico por um melhor entendimento da temática em análise, objetivando contribuir no debate da política contemporânea com relevância historiográfica. No tocante a utilização dessas abordagens, vejamos o que diz Herscovitz:

A tendência atual da análise de conteúdo desfavorece a dicotomia entre o quantitativo e o qualitativo, promovendo uma integração entre as duas visões de forma que os conteúdos manifestos (visível) e latente (oculto, subentendido) sejam incluídos em um mesmo estudo para que se compreenda não somente o significado aparente de um texto, mas também o significado implícito (Herscovitz, 2007, p. 126).

A construção do conhecimento será conduzida sob uma perspectiva histórica ao longo da pesquisa, destacando as categorias de análise supracitadas, amplamente discutidas no período de transição democrática e, sobretudo, presentes em diversos segmentos da sociedade contemporânea. A abordagem adotada terá como matriz histórica de referência as concepções defendidas pela terceira geração da Escola dos Annales, conhecida como *La nouvelle histoire* ou “nova história”. Esse marco teórico e modo narrativo fundamentam a construção do pensamento historiográfico, pois, como observa Burke, “[...] Por outro lado, a nova história começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana” e “tudo tem um passado que pode, em princípio, ser reconstruído e relacionado ao restante do passado”.¹⁷

¹⁷ BURKE, ref. 8, p. 11.

Nesse contexto, será investigado o conceito de representações — entendidas como formas de disputa para interpretar a realidade — ancorado no pensamento do intelectual francês Roger Chartier (2002, p. 16-17), que define as representações como “[...] o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.¹⁸ Essa abordagem converge com a História Cultural e soma-se a outros conceitos centrais, como política, democracia e cidadania. Segundo José Murilo de Carvalho, “[...] os direitos políticos adquiriram amplitude nunca atingida” (Carvalho, 2012, p. 199). Ser cidadão, portanto, significa ter garantidos os direitos civis e a participação política ativa na sociedade.

Outrossim, sabendo que não é sensato debater sobre a diferenciação e o embate entre ditadura e democracia sem estudar o fenômeno da política — distinta de politicagem — e as esferas de poder que dominam o país (entes da Federação: estados, municípios e Distrito Federal), torna-se necessário aprofundar-se na conceituação de política. Esta, entendida como a arte de governar e gerir o destino da *pólis* (cidade), acompanha o homem desde sua origem edênica, segundo a concepção judaico-cristã. Ali, os ancestrais, num momento de fraqueza, desobediência e culpa, transferiram a responsabilidade para terceiros, recusando-se a admitir a própria crise. Há milênios, a ação política revela adversidades e marca a realidade de um povo, assumindo diferentes sentidos, símbolos e domínios na formação e consolidação dos Estados-nações, sejam eles poderosos ou com pouca visibilidade global.

A política, a priori, é um ato permanente nas múltiplas dimensões do convívio humano, na medida em que o indivíduo se desenvolve em sociedade. “A política detém uma força determinante nos destinos de uma nação” — seja na política governamental, econômica, sindical, educacional etc. Observa-se que, no universo político e nas esferas de poder, mudam-se os representantes e as formas de atuação política; contudo, a política enquanto fenômeno histórico não se extingue.

Assim, a pesquisa em desenvolvimento visa preencher lacunas ainda não respondidas acerca da compreensão histórica da realidade, estimulando o educando a valorizar a cultura historiográfica local, incentivando a autonomia do pensamento e cultivando uma atitude historiadora — isto é, o processo de construção do

¹⁸ CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre Práticas e Representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 2002.

conhecimento histórico — conforme preconiza a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)¹⁹.

Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.²⁰

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento legal de caráter normativo, destaca as competências e habilidades específicas do componente curricular de História para os educandos no processo de formação, estimulando a autonomia de pensamento e senso crítico através do saber histórico. Por esse prisma, a inter-relação jornal, escola e ensino de história, proporciona o contato com outras narrativas no conhecimento histórico, bem como as possibilidades de uso do jornal impresso e digital (realidade a ser construída) no âmbito escolar. Partindo desse pressuposto, a professora Selva Guimarães (2003, p. 164)²¹, destaca:

A formação do aluno/cidadão se inicia e se processa ao longo de sua vida nos diversos espaços de vivência. Logo, todas as linguagens, todos os veículos e materiais, frutos de múltiplas experiências culturais, contribuem com a produção/difusão de saberes históricos, responsáveis pela formação do pensamento, tais como os meios de comunicação de massa – rádio, TV, imprensa em geral –, literatura, cinema, tradição oral, monumentos, museus etc. Os livros didáticos e paradidáticos como fontes de trabalho devem propiciar a alunos e professores o acesso e a compreensão desse universo de linguagens.

Outrora, o periódico ²O *Mossoroense* opinou sobre a necessidade de leitura contínua e diversificada como prática na vida escolar dos educandos. Os atores sociais (família, estudantes e educadores) convivem diariamente com a cultura midiática, pois estão inseridos no mundo globalizado, que torna acessível às diversas linguagens através das tecnologias da informação e de comunicação.

Enquanto as crianças e os jovens estudantes não forem habituados à leitura, a situação continuará igual. Ou resvalará pior. É preciso que eles se habituem à leitura diária de jornais e à leitura habitual de livros de bons autores. É preciso que suas escolas e seus professores os questionem, seguidamente, sobre assuntos da atualidade. É preciso que eles sejam obrigados a ler, como único modo de aprenderem a escrever.

¹⁹ BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC – Ministério da Educação, 2017.

²⁰ *Ibdi.*, 2017, p. 402.

²¹ FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados** / Selva Guimarães Fonseca. – Campinas, SP: Papirus, 2003. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

O acesso à leitura e à escrita — primeiras formas de mídia — e a pesquisa com jornais podem estimular os estudantes a responder questões como: quem, quando, como, para quem e por que escreveu a notícia? Assim, esta dissertação tem como objetivo geral compreender as representações das narrativas históricas presentes na transição democrática (1978-1982), difundidas pelo jornal *O Mossoroense*.

A escolha do recorte temporal, compreendido no quadriênio 1978-1982, situa-se no contexto do processo de distensão, abertura e transição política (1974-1985) no Brasil. O periódico *O Mossoroense* publicou centenas de notícias, informações, opiniões e reportagens específicas sobre esse evento histórico, que envolveu todo o corpo social e seus representantes, como a Igreja Católica — marcada pela primeira visita do Papa João Paulo II ao Brasil, em 1980 —, a Imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), os sindicatos, a União Nacional dos Estudantes (UNE), entidades de classe e partidos políticos.

Nesse período, destacam-se o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), que anunciou a abertura lenta, gradual e segura; o fim do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1978; a ascensão do general João Baptista Figueiredo ao governo, oriundo do ciclo militar, à presidência da República; e a promulgação da Lei de Anistia (1979), que autorizou a libertação dos presos políticos e o retorno dos exilados ao país, em 1980. Contudo, conforme Carlos Fico (2015, p. 96), “é preciso distinguir a Lei de Anistia de 1979 da Campanha da Anistia, que se iniciou bem antes, a partir do reclamo das mães e esposas de presos políticos e de ‘desaparecidos’.”²² O período em análise também foi palco de atos extremos, como atentados a bomba, que destoavam do diálogo e do respeito à diversidade de pensamento e o convívio pacífico com o diferente, o outro.

Os desdobramentos político-partidários culminaram com as eleições estaduais e municipais de 1982, para todos os cargos eletivos, exceto presidente da República, prefeitos das capitais e áreas de Segurança Nacional. Esse momento marcou uma nova página na história do povo brasileiro, cansado do autoritarismo e da negação dos direitos civis, imprescindíveis ao desenvolvimento político, econômico, social e à soberania nacional. O tema da redemocratização, destacado em letras garrafais na capa do periódico, constituiu-se em um dos elementos

²² FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**/ Carlos Fico. - São Paulo: Contexto, 2015.

centrais nas páginas do jornal *O Mossoroense*, direcionado a assinantes, anunciantes, leitores em geral e à classe política. As eleições diretas de 1982 representaram a retomada da democracia — envolvendo partidos, candidatos, a Justiça Eleitoral, a cobertura da imprensa e milhões de eleitores brasileiros que exerceram a cidadania.

No Rio Grande do Norte, esse período foi marcado pela sucessão no executivo estadual de três membros do clã político-familiar Maia: Tarcísio Maia, Lavoisier Maia e José Agripino Maia. Disputas político-eleitorais entre essas lideranças e os adversários configuraram tentativas de reencontro com o poder. O estado experimentava crescimento demográfico e desenvolvimento urbano nas suas maiores cidades, Natal e Mossoró, esta última com população estimada em 90 mil habitantes em 1982, além de enfrentar problemáticas naturais decorrentes de longas estiagens e secas.

Durante o governo estadual de Lavoisier Maia (1979-1983), o distrito de Baraúna emancipou-se de Mossoró por meio da Lei Estadual nº 5.107, de 15 de dezembro de 1981, elevando-se ao status de município. Antes, a população havia sido consultada por meio de plebiscito, instituto democrático. O jornal ³*O Mossoroense* noticiou a emancipação de Baraúna, novo município potiguar.

Realizado o plebiscito no distrito de Baraúna, domingo 15. Aptos a votarem 3.776 eleitores. Votaram 2.258, não votando 1.518. O “sim” favorável à autonomia recebeu 2.088 votos. O “não” recebeu 122 votos. Houve 26 votos em brancos e 22 votos nulos. Em 1983 Baraúna terá o primeiro governo próprio, a primeira Câmara de Vereadores própria. Até lá ficará sob o velho comando mossoroense. Uma perguntinha: Baraúna continua sendo Baraúna ou passa a ser Xavier Fernandes, nome que lhe deu, anos passados, a Câmara de Vereadores de Mossoró?

Nesse sentido, no primeiro capítulo, o ofício do historiador procura investigar o jornal como fonte de pesquisa, os desafios para o trabalho do pesquisador, a relação existente entre história, memória e narrativa na imprensa, além de considerações sobre a mídia como forma de poder, objetivando analisar o jornal como documento histórico, o conjunto de textos jornalísticos, as linguagens usadas capazes de produzir informações. Tendo como fundamento, a inovação da Escola dos Annales, sobretudo, a contribuição da terceira geração, chamada de Nova História e dos teóricos que tratam sobre o tema.

O historiador José D'Assunção Barros (2020)²³, argumenta:

A dinâmica simultaneamente tripartida e circular entre 'produção', 'mensagem' (ou 'conteúdo') e 'recepção' (ou 'finalidade'), é pertinente a quase todos os tipos de fontes históricas. Qualquer fonte - ou melhor, qualquer objeto, texto ou criação humana que está prestes a ser constituída pelo historiador como fonte histórica - visou na sua origem (no momento da sua produção) uma recepção ou finalidade, em vista da qual foi elaborada a especificidade do seu conteúdo. Não encontro melhor imagem para falar desta peculiar dialética - capaz de articular circularmente estes três polos - do que a contraditória ideia de um triângulo circular da fonte.²⁴

No segundo capítulo, cabe investigar as narrativas do jornal *O Mossoroense* — documento histórico e fonte de conhecimento — durante a transição democrática (1978-1982) e o cenário político local. Analisa-se como o jornal abordou o fim do AI-5, a anistia, a abertura política e o pluripartidarismo, com o surgimento de novas siglas político-partidárias, além do protagonismo das oligarquias e das lideranças políticas locais e regionais. Esses fatores culminaram nas eleições para os cargos do executivo estadual no Rio Grande do Norte (RN) e municipal em Mossoró (RN), ambos em 1982. Período marcado pelo acordo político “Paz pública”, divergências, “Pacto solidão” e, também, pelo “Voto camarão”. A produção impressa do jornal se materializava na cidade de Mossoró, maior município do interior potiguar, enquanto sua circulação e recepção se difundiam além dos limites geográficos do município, alcançando o interior e a capital do estado.

Por último, em anexo, esta dissertação reflete sobre o uso do jornal como gênero didático no planejamento do componente curricular de História e a criação de um plano de aula (produto pedagógico) como recurso de ensino e aprendizagem histórica, com foco na história local. Considera-se que as transformações em diversos aspectos da dinâmica social — políticas, econômicas, culturais e tecnológicas — nas últimas décadas têm impactado direta, crescente e significativamente a população do século XXI. Analisa-se as relações estabelecidas entre essas transformações no mundo do trabalho (negócios) e na educação (escola), esta última sendo a mais afetada, por ser uma instituição historicamente consolidada e imprescindível na formação, no crescimento e na humanização da presente e das futuras gerações.

²³ BARROS, José D'Assunção. **A Fonte histórica e seu Lugar de Produção**. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

²⁴ *Ibid.*, p. 45.

Importa lembrar que a discussão acadêmica em foco considera as ações e posturas políticas dos sujeitos históricos analisados, sem, contudo, dirigir ataques ou ofensas à dignidade e à conduta moral das personalidades históricas (figuras públicas) na sociedade brasileira. Trata-se de um interesse por novas descobertas que contribuam para a historiografia, a memória e a veracidade histórica.

2 O JORNAL COMO FONTE HISTÓRICA DE PESQUISA

2.1 O historiador e a fonte histórica se “conectam”: o jornal e os desafios para o pesquisador

Analisar o passado — por meio das fontes produzidas — como celeiro das ações humanas e sua relação com o tempo presente constitui, sobretudo, uma das principais funções intelectuais e sociais do historiador. O ofício do historiador, desde os tempos antigos até a contemporaneidade, representa um papel singular para a compreensão do mundo em seus múltiplos contextos e espaços de poder, que integram as ações dos homens na conjuntura dos processos históricos.

A publicação de textos impressos no Ocidente surgiu com a invenção da prensa móvel, uma revolução gráfica e tecnológica promovida pelo alemão Johannes Gutenberg (1398-1468), considerado o “Pai da Imprensa”. Essa ferramenta impulsionou a publicação de livros — sagrados, filosóficos, científicos etc. —, além da impressão de jornais, panfletos e outros impressos. Considerado um dos principais inventos do segundo milênio d.C., pode ser comparado, sem anacronismo, à “internet” do seu tempo. Contribuiu diretamente para a divulgação do pensamento humanista no contexto do Renascimento Cultural — literário, artístico e científico — e serviu para a impressão de informações escritas preciosas sobre as grandes viagens marítimas, como documentos, diários e cartas.

Da mesma forma, foi vital para o surgimento (95 teses luteranas) e expansão da Reforma Protestante e, mais tarde, para a difusão das ideias liberais iluministas na Europa. Posteriormente, essas ideias se espalharam pelo Novo Mundo, a América. A produção e impressão textual permitiram diferentes possibilidades de leitura, favorecendo a divulgação do conhecimento e estimulando o espírito investigativo e crítico dos leitores, na gênese e consolidação do Estado moderno.

Esse processo representou um salto qualitativo e exponencial da cultura manuscrita para o texto impresso.

Afinal de contas, avanços tecnológicos, antigos ou modernos, sempre moldaram o comportamento cotidiano das pessoas nas relações individuais e coletivas, em todos os aspectos do desenvolvimento humano — família, trabalho, cultura, comunicação, negócios etc. — ao longo do processo histórico das sociedades. As transformações decorrentes da primeira Revolução Industrial — como a linha férrea, as máquinas industriais e os meios de comunicação — permanecem vivas na topografia urbana e nos espaços de memória, presentes na paisagem global desde o século XVIII. Os veículos de comunicação e os meios de transporte tornaram acessíveis, com enorme rapidez, espaços físicos e humanos antes inalcançáveis.

Nesse contexto, historiadores, pesquisadores e leitores em geral reconhecem a relevância do jornal como meio de comunicação e de informação — divulgação de fatos e notícias — para a coletividade. Na opinião de John B. Thompson (2011, p. 234), sustenta-se que:

O desenvolvimento da indústria do jornal nos séculos XIX e XX foi caracterizada por duas tendências principais: primeiro, o crescimento e consolidação da circulação massiva de jornais; e segundo a crescente internacionalização das atividades de coleta das notícias.

Naquele tempo, antes da chegada da Corte portuguesa, era proibido universidades, indústria e publicação de jornais no Brasil. Desse modo, em terras brasileiras, a origem da imprensa (jornais impressos) reporta ao tempo da vinda da família real lusitana em (1808) para a principal colônia, o Brasil, ou seja, no início do século XIX. Evento significativo e decisivo, na tomada de novos rumos e perspectivas do povo brasileiro. Época em que os nobres portugueses, conscientes sobre o poder da comunicação, o periódico começa a circular nos lares da elite, em estabelecimentos comerciais e, também, nos salões literários da sociedade, se expandindo como veículo de comunicação e informação. O historiador Boris Fausto (2012) afirma:

Em setembro de 1808 veio a público o primeiro jornal editado na Colônia; abriram-se também teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas

para atender aos requisitos da Corte e de uma população urbana em rápida expansão.²⁵

Posteriormente, o impresso serviu de apoio, fortalecimento e divulgação de ideias revolucionárias em vários movimentos de cunho político-social, como na Confederação do Equador (1824), na Revolução Praieira (1848), entre outros. Instrumentos de notícias, usados também, pelos “senhores de terras”, com anúncios de escravizados fugitivos (geralmente, em busca de acolhida nos quilombos), detalhando os traços físicos (aparência, roupas e provável rota) e o valor da recompensa pela colaboração na captura dos africanos não alforriados no Brasil. Durante o II Reinado no Brasil (1840-1889), o impresso se consolidou como meio de comunicação, sobretudo, tornando-se fundamental para os movimentos abolicionista e republicano. Constituindo-se como importante ativista político-ideológico, contribuindo fortemente aos novos horizontes da nação brasileira. ⁴O *Mossoroense* na coluna Cota Zero, assinada pelo jornalista Dorian Jorge Freire, teceu comentários sobre o nascimento do JORNAL no Brasil.

[...] Dia 10 de Setembro de 1808 aparecia o primeiro jornal impresso no Brasil. A “Gazeta do Rio de Janeiro”, órgão criado pelo príncipe-regente Dom João, para a publicação de atos oficiais. Em maio daquele ano, aparecia, mas em Londres, o “Correio Brasiliense”, de Hipólito José da Costa. Sessenta e quatro anos depois, aparecia O *MOSSOROENSE* fundado por Jeremias da Rocha Nogueira. E que resiste até hoje, só Deus sabe como.

O jornal é um grande formador de opinião na sociedade e fonte primária de pesquisa para o historiador. Conhecer a história do jornal, significa conhecer a própria história em todos os espaços de atuação das ações humanas: locais, regionais, nacionais e internacionais, nos seus acontecimentos específicos ou atos memoráveis. O impresso, desde o seu surgimento em solo brasileiro ao tempo presente, firmou-se como um instrumento de visibilidade dos eventos de relevância histórica contemporânea, possuindo forte presença na formação de agremiações políticas, nos planos e crises econômicas, nas lutas sociais, nas manifestações culturais e religiosas etc. Tornando-se manancial fértil para o conhecimento do

²⁵ FAUSTO, ref. 13, p. 69.

passado, matéria-prima para a investigação histórica. O pensamento das pesquisadoras Martins e Luca (2008, p. 8)²⁶ sustenta:

A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. [...] A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para a reconstrução do passado.

Desse modo, para a construção do conhecimento histórico — que se constitui em um objeto de estudo inesgotável — as fontes históricas são definidas como materiais ou ferramentas capazes de oferecer vestígios ou informações do passado sobre diferentes objetos de estudo. Exemplos incluem: biografias de personalidades históricas nos âmbitos político, empresarial, científico ou artístico; famílias que ocupam posições privilegiadas na pirâmide social; classes políticas e oligarquias, como os grupos Alves, Escóssia, Maia e Rosado; ordens religiosas, como os jesuítas; e períodos governamentais de instituições armadas, como os militares. Tais fontes situam-se em determinado lapso temporal, espaço físico, cultural e social ao longo do tempo. Conforme José D'Assunção Barros (2019, p. 5), as fontes “são entendidas como os diversos resíduos, vestígios, discursos e materiais de todos os tipos que, deixados pelos seres humanos historicamente situados no passado, chegaram ao tempo presente através de caminhos diversos”.²⁷

Vale destacar que, em relação à hegemonia de grupos políticos, certas famílias poderosas que mantêm estreita ligação e controle sobre as mídias tradicionais, configuram o fenômeno conhecido como neocoronelismo (ou “novos coronéis”). Diferentemente dos coronéis tradicionais — latifundiários autoritários que intimidavam rivais políticos e parte da população dependente de seus favores (clientelismo), com a presença de capangas ou jagunços em suas propriedades —, o neocoronelismo das últimas décadas é composto por detentores de empresas de comunicação, formando fortes conglomerados no setor midiático (rádio, TV, jornais etc.).

Assim, diferem do coronelismo clássico, baseado na propriedade de terras, mas mantêm autoridade para se apropriar e dominar o poder de informar ou ser noticiado, utilizando-se politicamente das notícias. Exemplos incluem jornais como a

²⁶ **História da imprensa no Brasil**/ Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, (organizadoras). – 2. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.

²⁷ BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos / José D'Assunção Barros. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

Tribuna da Imprensa, do Rio de Janeiro, fundada por Carlos Lacerda, e a Tribuna do Norte, do Rio Grande do Norte, criada por Aluizio Alves, líder político potiguar, evidenciando a relação ambivalente entre política e jornalismo no território nacional. Nesse sentido, o historiador, ao estudar narrativas na mídia impressa, deve questionar, interpretar e, quando necessário, desconstruir a verdade estabelecida presente na fonte jornalística. Contudo, é importante lembrar que há distinções significativas entre pesquisar jornais impressos e analisar a herança e o legado cultural deixados pelo jornalista.

Nessa perspectiva, as notícias veiculadas pela imprensa têm um poder persuasivo de unir ou dividir a opinião pública, especialmente em tempos de crises políticas, colapsos econômicos e agitações sociais. Por exemplo, entre 2013 e 2016, no cenário político brasileiro, a efervescência dos desdobramentos políticos culminou no impeachment de Dilma Vana Rousseff, 36º presidente do Brasil (2011-2016). Esse evento foi classificado pelo sociólogo Jessé Souza como “golpeachment”.²⁸

Dilma Rousseff, personalidade histórica que durante a ditadura civil-militar foi presa e sobreviveu às torturas do regime autoritário, tornou-se décadas depois a única mulher brasileira a assumir a Presidência da República, embora tenha sido a segunda chefe de governo a sofrer o impeachment — o primeiro foi Fernando Collor de Mello (1990-1992) —, com forte contribuição da mídia brasileira. A deposição de Dilma, marcada pela ruptura institucional, também contribuiu para a prisão do líder petista Luiz Inácio Lula da Silva (pela segunda vez, por razões políticas), decorrente do desgaste de sua imagem pública — principalmente no âmbito da Operação Lava Jato —, que mobilizou os sistemas político e de comunicação, sobretudo o telejornalismo da grande mídia, por meio de denúncias e investigações.

Vale destacar que o posicionamento da imprensa sobre o julgamento e o período prisional de Lula, tanto durante o tempo de reclusão quanto após sua liberdade, revelou-se divergente em relação à idoneidade moral do ex-metalúrgico, que se tornou um estadista na história brasileira.

A mídia impressa, e sobretudo o telejornalismo, aliados ao engajamento da população nas redes sociais, potencializam as estratégias de comunicação em todos os setores da sociedade — cultural, econômico, político etc. —, sendo capazes de

²⁸ SOUZA, ref. 12, p. 219.

construir a imagem política de determinados atores sociais e grupos que estão no poder ou aspiram a conquistá-lo, funcionando como uma espécie de marketing político-eleitoral, presente na dicotomia entre representantes e representados no tecido social.

Por conseguinte, jornais — impressos e digitais — são classificados como fontes escritas no universo do conhecimento e da pesquisa histórica. São produtos culturais amplamente consolidados como instrumentos de comunicação, informação e difusão de notícias, fortemente presentes nos espaços sociais ao longo dos últimos séculos e, atualmente, em suas versões impressa e digital. Conforme Otávio Daros (2023, p. 4), “os jornais são espelhos fiéis da nação e, por isso mesmo, testemunhos autênticos da história de seu tempo”.

As vozes que ecoam nas páginas dos jornais produzem efeitos de realidade e configuram espaços de enfrentamentos políticos, tornando-se preciosas fontes para estudos e análises historiográficas. Vale ressaltar, que o surgimento do jornal impresso antecede o advento de importantes invenções tecnológicas nos meios de comunicação, como: telégrafo, cinema, rádio, telefone e a televisão.

Nessa linha de raciocínio, os impressos são considerados testemunhas dos acontecimentos vivenciados pelos atores sociais envolvidos em eventos históricos e progressos da nação, refletindo inquietudes, mudanças, conquistas e permanências — aquilo que resiste — ao longo dos desdobramentos históricos de uma determinada sociedade. As experiências individuais e coletivas são profusas, pois, segundo a historiadora Maria Helena Rolim Capelato (1988), “[...] a vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos permite compreender como viveram nossos antepassados — não só os ‘ilustres’, mas também os sujeitos anônimos”.²⁹ Esses registros tornam perceptível a existência dos invisíveis, das minorias segregadas em “guetos” e nos apartheid sociais invisíveis de uma população em determinado território.

Nessa ótica, destacam-se os fatos históricos — acontecimentos ou fenômenos materiais nos quais os homens estiveram envolvidos — como as revoluções, guerras, ditaduras, protestos (tensos ou pacíficos), greves, eleições diretas ou indiretas, manifestações culturais, religiosas ou artísticas, e formas de

²⁹ CAPELATO, ref. 2, p. 21.

entretenimento (hobby, esporte e lazer). Eventos constantes na história em diferentes escalas: global, nacional, regional e local.

Fazendo menção ao pensamento do historiador Marc Bloch (2001, p. 65), “[...] a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente”.³⁰ A dicotomia passado/presente no saber histórico se estabelece como um elo fundamental na construção do conhecimento. O uso da expressão “se conectam” refere-se ao ambiente das mídias digitais na atual “sociedade da informação”, conforme Lemos (2003, p. 1). Esse novo campo de possibilidades para o historiador é potencializado pela introdução massiva do computador na era da internet, com a digitalização de acervos documentais — livros antigos, atas, jornais, cartas, leis, mapas, fotografias etc. — amplamente disponíveis em grande quantidade e com facilidade de acesso no ciberespaço. No estudo de Prado (2021, p. 7), o autor procurou analisar:

Há, por exemplo, uma diferença substancial entre pesquisar um jornal que foi digitalizado e um jornal que já nasceu digital. O jornal nascido digital exige do historiador novos saberes e procedimentos metodológicos para que se possa realizar a crítica documental e produzir conhecimento a partir da interpretação de um tipo de fonte caracterizada pela hipertextualidade, pela interatividade e pela convergência de diversos tipos de mídias: textos, vídeos, fotografias, áudios etc.

São ferramentas que ampliaram as possibilidades e a capacidade de comunicação e dos relacionamentos interpessoais, graças aos novos recursos digitais. Portanto, exigem do historiador novos saberes e procedimentos metodológicos, fundamentais para o tratamento correto na crítica documental. Entretanto, a discussão aqui proposta tem como finalidade dissertar sobre o jornal impresso como fonte histórica de pesquisa e ensino — corpus documental que constitui a base do objeto de estudo desta investigação historiográfica.

Há séculos, as nações, sobretudo as ocidentais, convivem com jornais de diferentes representações e objetivos — religiosos, políticos, sindicais, empresariais etc. Dessa forma, é imprescindível conhecer a narrativa jornalística de maneira sistemática e dialética (a arte do diálogo), em sintonia com pensadores e pesquisas que abordaram o jornal como fonte histórica.

³⁰ BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

História, na acepção da palavra, possui sentido polissêmico e, como área do conhecimento científico, constitui-se num processo em constante construção. Como campo específico do saber, a ciência histórica problematiza questões sobre o passado, partindo de inquietações, indagações e experiências vividas no presente. Alguns “passados” ou seus resquícios permanecem no presente, e compete aos pesquisadores e às instituições acadêmicas não esquecer ou silenciar esses acontecimentos.

A política contemporânea brasileira convive inegavelmente com as “sombras” da ditadura, porém, para a maioria dos brasileiros, sem saudosismo. Nesse sentido, Tânia Regina de Luca (2020, p. 9)³¹ argumenta:

As interpretações sobre o passado estão sempre abertas a outras possibilidades de compreensão, significa que a História permite novas abordagens e reescrita, contudo, sem desvincular-se dos conceitos e fundamentos de cientificidade. Assim, qualquer evento pretérito pode ser revisitado.

Entretanto, a História como saber científico, não se constrói ou se alicerça na invenção de fatos (suposições, “achismos”, factoides, boatos, conjecturas), dogmas ou crenças preestabelecidas, teoria da conspiração etc. Porém, substancialmente, a cientificidade histórica fundamenta-se em evidências, na busca por novas descobertas, através de pesquisas cuidadosas nos documentos históricos (arquivos), no uso de entrevistas ou depoimentos (memória) com testemunhas oculares dos acontecimentos, além de intenso diálogo com a historiografia, procurando fazer interpretações e análises sólidas de valor historiográfico. Na definição de Lowenthal (1998, p. 64), o autor destaca:

O passado nos cerca e nos preenche; cada cenário, cada declaração, cada ação conserva um conteúdo residual de tempos pretéritos. Toda consciência atual se funda em percepções e atitudes do passado; reconhecemos uma pessoa, uma árvore, um café da manhã, uma tarefa, porque já os vimos ou já os experimentamos.

Historiadores(as) trabalham com múltiplas fontes históricas, que nelas buscam respostas para as suas diferentes perguntas de valor histórico. São pesquisadores(as) responsáveis pela investigação, análise (criteriosa e crítica) e escrita do fato histórico (acontecimento), exercendo o ofício de historiar com zelo e

³¹ LUCA, Tânia Regina de. **Práticas de pesquisa em história** / Tânia Regina de Luca. – São Paulo: Contexto, 2020. 144 p. (História na Universidade).

criticidade. Procura nos eventos e nos sujeitos históricos, individuais (políticos, militares, operários, artistas, intelectuais etc.) ou coletivos (partidos, sindicatos, igrejas, Forças Armadas, governos etc.) novas análises e interpretações dos fatos sobre as narrativas históricas. Entendidas como espaço de inúmeras relações pacíficas ou conflituosas pela manutenção, controle ou conquista do poder, que integram um determinado período ou ciclo histórico.

A existência humana na Terra não se desenvolve no conforto de uma cadeira de balanço ou tampouco, nas voltas de uma roda gigante, ambos funcionando sempre com movimentos repetitivos, monótonos. As mudanças acontecem sob diferentes perspectivas e motivações. Como diria Walter Benjamin (1987, p. 224) sobre o passado:

A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, quando é reconhecido. Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ele relampeja no momento de um perigo.

Nessa perspectiva, o operador historiográfico, no exercício do ofício não pode inventar ou criar o fato, contudo, é inerente ao pesquisador investigar, analisar e interpretar o acontecimento simultâneo com o processo histórico. Porque o fato histórico coaduna com uma interpretação fiel e sólida, sustentada com provas materiais, documentais ou testemunhais, ancorado no pensamento científico das escolas e métodos historiográficos sob constante discussão e renovação.

Por esse prisma, as fontes históricas (orais, escritas, iconográficas ou audiovisuais etc.), constitui-se às pegadas humanas examinadas pelo historiador servindo como rastros, “pistas”, ou marcas deixadas pelo ser humano, como testemunhos da sua passagem pelos lugares onde passou ou fixou moradia, ao longo dos séculos. Desse modo, entendemos que o homem, o tempo e a fonte histórica se constituem como elementos indissociáveis para a compreensão do conhecimento histórico. Pois, segundo Martins e Luca (2012) “*a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se autoexplicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel*”.³²

Nesse aspecto, a fonte histórica e o historiador “se conectam”, podendo comparar-se com a afinidade ou interdependência existente entre os jornais e o

³² MARTINS; LUCA, ref. 26, p. 7.

jornalismo; assim como o corpo humano, os exames e os diagnósticos são elementos para os estudos, cuidados e tratamento da medicina; igualmente, a relação dos paleontólogos com os fósseis; de igual modo, o conhecimento sobre as galáxias serve para a compreensão do cosmos. O famoso historiador inglês, Eric Hobsbawm (1995, p. 15), declara sobre o papel do historiador:

A principal tarefa do historiador não é julgar, mas compreender, mesmo o que temos mais dificuldade para compreender. O que dificulta a compreensão, no entanto, não são apenas nossas convicções apaixonadas, mas também a experiência histórica que as formou.

Assim sendo, é oportuno observar, que a propaganda estatal e o controle da mídia são estratégias para manipular a opinião pública, a fim de destituir, dividir ou manter o poder político vigente com o apoio midiático. Parafraseando Chomsky (2014, p. 5) “a propaganda política está para uma democracia assim como o porrete está para um Estado totalitário”. Afirmação que confirma exatamente o que aconteceu no período de governo dos militares e no tempo presente, sobretudo, no contexto das frequentes discussões sobre alianças políticas, chegada ao poder, mandato e sucessão. Toda informação ou notícia publicada reveste-se de um teor ideológico (ideias, valores), atingindo a população ou público específico, que se pretende alcançar e influenciar. Segundo Clóvis Rossi (2000, p. 7), o jornalismo é uma grande batalha pela “conquista de mentes e corações”, constituindo-se:

Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva; a palavra, acrescida, no caso da televisão, de imagens. Mas uma batalha nem por isso menos importante do ponto de vista político e social, o que justifica e explica as imensas verbas canalizadas por governos, partidos, empresários e entidades para o que se convencionou chamar de comunicação de massa.

Portanto, conhecer os interesses da imprensa e compreender o papel da notícia na sociedade torna-se fundamental para adotar um posicionamento crítico diante da realidade. De acordo com Capelato (1988), “a ‘vox populi’ (voz do povo) ecoa longínqua enquanto ressoa forte a ‘vox domini’ (voz dos dominantes)”.³³ Por que determinadas “situações sociais” acontecem e não são noticiadas? Os setores da imprensa, quando possuíam liberdade de expressão, relativizavam a violência ou a omissão estatal em relação aos perseguidos políticos e desaparecidos? Sabemos que nem todo acontecimento desperta interesse para cobertura jornalística.

³³ CAPELATO, ref. 2, p. 18.

A ausência de notícias e a autocensura também resultam das escolhas editoriais sobre o que deve ser noticiado, silenciado ou esquecido, já que opinião pública e opinião publicada são posicionamentos distintos. Diante do exposto, é necessário considerar que, no cenário político da ditadura civil-militar, o autoritarismo governamental se consolidou durante os mandatos presidenciais dos sucessivos comandantes das Forças Armadas, que atuavam como “quartel” dominante nas instituições da República, exercendo poder coercitivo sobre a sociedade. Utilizaram-se, como instrumentos, a Lei de Segurança Nacional (LSN) e a imposição do Ato Institucional número 5 (AI-5), decretando o mais severo mecanismo repressivo do regime militar.

O Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão poderoso de espionagem da ditadura, as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) e o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operação de Defesa Interna (DOI-Codi) integravam a força militar ostensiva responsável pelo tratamento dado aos brasileiros considerados “subversivos”, mediante prisões, exílios e até mortes.

Ao estabelecer a privação dos direitos constitucionais e das liberdades políticas — como o fechamento do Congresso Nacional, a cassação de mandatos políticos, prisões arbitrárias, torturas e a suspensão de direitos fundamentais como o contraditório, a ampla defesa e o habeas corpus — o regime promovia um ataque frontal aos valores democráticos. Além disso, havia intervenção política nos órgãos de imprensa por meio da censura prévia aos meios de comunicação vistos sob a ótica do poder vigente como “subversivos ao regime militar”, alcançando também manifestações artísticas e culturais, como jornais, revistas, livros, peças teatrais, cinema e músicas.

Vale considerar, que durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), parcela de produtores da mídia impressa³⁴ (jornais, revistas e afins) sofreu diversas

³⁴ Os jornais “Tribuna do Norte”, “A República” e “Diário de Natal” limitaram suas edições diárias a 12 paginazinhas. O “Diário de Natal”, desapareceu aos sábados. Toda gente desesperada com a inflação, os preços altos, o custo absurdo de matérias-primas. Toda gente fazendo economia de guerra e majorando os preços de sua publicidade e de sua venda avulsa. Por aí podem os nossos amigos entenderem como está dramática a luta de **O Mossoroense**. Como está difícil levar este barco. Temos, pois de pedir aos nossos leitores, mais uma vez, compreensão. Se eles não prestigiarem, o jornal de Mossoró, amanhã serão responsabilizados, talvez, pelo desaparecimento do mais importante (e antigo) instrumento de cultura da nossa cidade. Que já tem mais de um século de vida e de resistência. Nos juntemos, pois, à luta de sobrevivência de **O Mossoroense**. Como? Assinando o jornal da cidade, comprando suas edições diárias, anunciando nele⁵.

limitações, decorrentes da famigerada censura, crises econômicas e desordens sociais. A produção do jornal impresso moderno envolve mão de obra qualificada, instalações técnicas, insumos (manutenção das máquinas, papel jornal, tinta offset etc.) e entrega (distribuição nas bancas de jornais/revistas), aos assinantes domiciliares ou nos estabelecimentos comerciais. Tornando-se acessível ao destinatário final, que é o público-leitor.

Desse modo, causando atrasos e retrocessos na produção intelectual, artística e cultural da nação, inclusive no ensino de história, com a imposição das disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB). Apesar das formas de resistência, como tentar “burlar” a vigilância, a fiscalização dos infiltrados do sistema opressor, a criação de imprensa alternativas (jornais, livros e revistas), vozes oponentes à ditadura.

Ressalte-se, que o jornal e o jornalista são alvos de perseguições, ataques e truculências da força política vigente em determinados contextos históricos, sendo exemplos, os jornalistas João Soares Lisboa, Cipriano Barata (Primeiro Reinado), Lima Barreto (República Velha) e Vladimir Herzog (Ditadura Militar). Este último, diretor de jornalismo da TV Cultura de São Paulo. Morto pelos horrores da tortura, enforcamento no quartel, sob pretexto de suicídio. Sendo assim, vale considerar, que a leitura, a pesquisa e a investigação historiográfica através dos periódicos, em particular, os jornais como suporte de notícias e fonte histórica, requer do pesquisador laboriosos e acurado métodos de análise, sendo possível encontrar somemos desafios no trabalho com a fonte-objeto, o jornal. Visto que, a cientificidade histórica se constrói com o trinômio: historiador, historiografia e fontes históricas na produção do conhecimento. Trabalho coeso capaz de minimizar ou superar os desafios existentes na pesquisa.

O homem, ao longo de sua trajetória na Terra, em todas as gerações, comunica-se de diferentes formas com seus semelhantes. Desde tempos remotos, o ser humano deixou marcas e registros de sua presença no espaço físico e social ao longo do tempo. Exemplos incluem pinturas rupestres, poesias, livros, cartas, diários, periódicos (jornais, revistas, boletins, almanaques etc.), outdoors, telefones, fax, rádio, TV, e-mails, entre outros.

Mais recentemente, surgiram as plataformas digitais, como Google e Netflix, além do fenômeno das sofisticadas redes sociais, cujo precursor foi o Orkut. Posteriormente, foram criadas outras como: Facebook, Twitter, YouTube, TikTok,

Kwai, WhatsApp, Telegram, Instagram, Podcasts, entre outras, que estão em pleno funcionamento, com capacidade de ultrapassar limites geográficos intercontinentais e alcançar amplas audiências. Essas ferramentas permitem o envio de mensagens instantâneas nas relações comunicacionais, principalmente devido à infraestrutura e eficiência das novas tecnologias midiáticas, decorrentes do advento, consolidação e expansão da internet.

Percebe-se, então, que o jornal impresso não constitui o meio de comunicação mais avançado, mas também não pode ser considerado obsoleto, arcaico ou em desuso. Afinal, o que é um jornal? O historiador José D'Assunção Barros (2023, p. 11) define-o como “meio de informação, de comunicação e de produção de discursos”.³⁵ Os jornais são, inequivocamente, instrumentos de comunicação, informação e produtos de consumo na sociedade contemporânea. O autor³⁶ afirma que os jornais possuem oito características essenciais: periodicidade, largo alcance, polifonia de textos, produção multiautoral, interação entre informação e discurso, busca de vários segmentos leitores, efeito de realidade e abrangência de assuntos.

O jornal, como ‘meio de comunicação’ e, naturalmente, como fonte histórica documental, evoluiu em muitos aspectos — desde a forma impressa, design, periodicidade até a publicização — desde suas origens ao tempo presente. Vale salientar que, ao manusear o suporte jornal, o pesquisador ou leitor deve perceber claramente a diferenciação entre “jornal” como textos impressos e “Jornal”, que representa a empresa ou instituição produtora do periódico.

Do mesmo modo, exige-se de o pesquisador compreender se o periódico faz parte da ‘Grande’ ou da ‘Média’ Imprensa, se sua produção e divulgação ocorrem totalmente em mídias digitais, e se o jornal está localizado na capital ou no interior. Outro fator relevante é a natureza organizacional do jornal, ou seja, a orientação e finalidade da cobertura jornalística, que pode ser declaratória, doutrinária com vieses (marxista, anarquista, positivista), opinativa, investigativa, entre outras.

Nessa ótica, é essencial ponderar as discussões levantadas pela historiografia sobre a concepção do uso dos jornais como documento e fonte histórica de pesquisa. O debate está inserido na dinâmica de mudanças,

³⁵ BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**/ José D'Assunção Barros. — Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

³⁶ *Ibid.*, p. 30.

compreensão e renovação do conhecimento histórico. É necessário considerar a linguagem midiática, que frequentemente utiliza slogans, clichês, jargões ou chavões — expressões como “a propaganda é a alma do negócio”, “aconteceu, virou notícia” ou “brasileiros, votam na festa da democracia” —, que podem viciar a forma de entender a realidade. A análise das fontes periódicas (os jornais) não pode se reduzir a declarações categóricas, passivas, alienadas e irrefletidas, como “deu no jornal, é verdade”, considerando-os receptáculos genuínos da verdade. Verdade segundo a visão de quem? Quais interesses estão envolvidos? Para qual público leitor ou ouvinte? Visando atingir quais objetivos na divulgação das notícias?

A imprensa possui diferentes origens, características e classificações, como: imprensa de oposição ou de apoio, imprensa operária, imprensa esportiva, policial, religiosa etc. Desse modo:

O historiador não pode se resignar diante de lacunas na informação e deve procurar preenchê-las. Para isto, usará os documentos não só de arquivos, mas também um poema, um quadro, um drama, estatísticas, materiais arqueológicos. O historiador tem como tarefa vencer o esquecimento, preencher os silêncios, recuperar as palavras, a expressão vencida pelo tempo (Reis, 2000, p.77).

Os pensadores dos Annales, com uma visão historiográfica de maior amplitude, compreenderam que os seres humanos são complexos em suas maneiras de pensar, sentir e agir. Portanto, qualquer vestígio deixado pelos homens no passado, por meio das suas ações, poderia ser considerado fonte histórica (fotografias, pinturas, jornais etc.). Coube, portanto, a contribuição da terceira geração da Escola dos Annales ou *Nouvelle Histoire*, que trouxe à tona o estudo de “*novos objetos, problemas e abordagens*”. Colocando o jornal como fonte e objeto historiográfico. No entendimento de Luca (2005, p. 112)³⁷, a autora afirma:

Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas.

Existem interesses intrínsecos e extrínsecos, declarados ou não, na criação e divulgação da notícia. Assim, desde a criação do impresso *Gazeta do Rio de Janeiro* (imprensa absolutista), primeiro jornal oficial e legalmente publicado durante o

³⁷ LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSK, Carla Bessanezi (org.). Fontes históricas. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008. p.111-153.

governo joanino (1808-1821) no Brasil. O raciocínio, aplica-se, também, a diferentes jornais (antigos ou atuais), a saber: Correio Braziliense, The New York Times, Le Monde, El País, O Globo, Folha de São Paulo, entre outros. Na imprensa local, destaca-se *O Mossoroense*, além de outras produções jornalísticas citadinos, entre os quais: o Jornal Gazeta do Oeste, fundado em 30 de abril de 1977 pelo jornalista Canindé Queiroz, este encerrou as suas atividades impressas em 4 de janeiro de 2016. Outro jornal impresso de destaque na cidade, chama-se Jornal de Fato, cuja data de fundação, deu-se em 28 de agosto do ano 2000, no auditório do SESI Clube em Mossoró. Atualmente, dirigido pelo jornalista César Santos, funcionando nos formatos (impresso e digital), com circulação impressa na cidade de Mossoró, no interior do Rio Grande do Norte e na capital potiguar, Natal.

Nessa perspectiva, na segunda metade do século XIX, em 1872 — cinquenta anos após a independência política do Brasil de Portugal —, no período conhecido como os Anos Dourados da mídia impressa, marcado pelo “boom” dos impressos no país, foi fundado na cidade de Mossoró-RN o pioneiro jornal *O Mossoroense*, idealizado por Jeremias da Rocha Nogueira. Segundo Rebouças (2017, p. 42), o periódico passou, desde sua fundação até o presente, por diversas fases históricas: primeira (1872-1876), segunda (1902-1934), terceira (1953-1963) e quarta (1970-1983). Não há arquivos referentes ao ano de 1984 — marco das Diretas Já! — em razão de um rigoroso inverno, com fortes inundações nas margens do Rio Mossoró, próximo ao local de produção impressa do jornal. No entanto, em 1985, *O Mossoroense* retomou sua produção, acompanhando as inovações tecnológicas da indústria da imprensa, circulando no formato impresso até 31 de dezembro de 2015 e, a partir daí, operando nas mídias digitais por meio de sua versão online. Tal longevidade o coloca à frente de inúmeros jornais de grandes cidades brasileiras. Conforme destaca André Bonsanto (2022, p. 81), “são poucos os jornais que conquistaram a proeza de atingir e se manter centenários no Brasil, ainda mais considerando a emergência e consolidação das mídias digitais no cenário contemporâneo”.³⁸

Naturalmente, por diferentes motivos, como divergências políticas ou a rigorosa censura, entre outros, o periódico suspendeu sua circulação em determinados períodos de sua trajetória como instrumento de comunicação.

³⁸ DIAS, André Bonsanto. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v. 19, n. 2, jul./dez. 2022.

Contudo, conseguiu se reerguer na década de 1970 do século XX. O vasto acervo impresso do jornal encontra-se arquivado no Museu Histórico Lauro da Escóssia, espaço de memória aberto diariamente ao público, formado por visitantes de diferentes segmentos sociais e níveis de formação, que buscam conhecer in loco o patrimônio histórico da cidade. Atualmente, esse acervo físico está em processo de digitalização pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Vale ressaltar que, pela importância que detém, *O Mossoroense* recebe tanto críticas quanto elogios do seu público leitor, de pesquisadores e de jornais concorrentes, a respeito do seu papel, desempenho e relevância enquanto meio de comunicação e prestador de serviços às diversas classes sociais. No entendimento de Barros (2019), é necessário:

Compreender o jornal não como um veículo passivo e neutro de informação, mas também como um sistema capaz de produzir discursos e instaurar um processo de comunicação que nada tem de neutro, é fundamental para termos a devida consciência da função dos jornais como agentes e instrumentos capazes de interferir na história.³⁹

Ao longo da trajetória e influência dos jornais como instrumentos difusores de notícias, informações, além de divulgar anúncios e propagandas comerciais, o periódico tornou-se produto cultural relevante, de valor mercadológico, tendo como público-alvo (a massa popular). Porém, nunca isento de críticas ao caráter imparcial, neutro ou “mãos limpas” na produção de notícias, por atender aos anseios de “poderes” (empresariais, lideranças políticas, representações de classes etc.) existentes na sociedade. Nas páginas dos jornais existem uma propagação de conteúdos, ideias e discursos declarados ou subentendidos. Na tese de doutorado de Maxlander Dias Gonçalves (2021, p. 22)⁴⁰, o autor ressalta:

Nessa sua construção discursiva, o jornalismo, imerso no cotidiano que relata, acaba por se tornar um instrumental condicionante para a criação de uma consciência histórica na ocasião em que a notícia é feita. Todavia, no mesmo momento em que a atividade jornalística insere, sob efeito da ruptura, a novidade e a constante mudança do mundo, sob o prisma da linearidade, ela mantém em silêncio o que resta: as permanências.

Dessa maneira, a discussão tem como finalidade dissertar sobre a mídia impressa como fonte histórica de pesquisa e de ensino-aprendizagem. Corpus

³⁹ BARROS, ref. 27, p. 12.

⁴⁰ GONÇALVES, Maxlander Dias, 1983 – **Os usos políticos do passado**: a transição democrática e o que resta da ditadura nos rastros da revista *Veja* (1978-1985) / Maxlander Dias Gonçalves. – 2021.

documental, que consiste na base do objeto de estudo da presente investigação histórica. Há muito tempo, a civilização, sobretudo, a Ocidental, convive com jornais de diferentes representações. Compete, portanto, ao pesquisador através da observação atenta, conhecer a fonte documental, o seu lugar de produção, o papel social da notícia e a relação com o público leitor no binômio tempo-espço.

As civilizações contemporâneas são protagonistas e testemunhas, das intensas transformações e impactos, proporcionados pela evolução na forma de se comunicar, nos últimos séculos. Convivemos com as descobertas científicas e avanços tecnológicos em grande escala nos diferentes espaços do corpo social, em particular, nos meios de comunicação, que moldaram hábitos, padrões de comportamentos estabelecidos, o *modus vivendi* e as ações do homem em sociedade.

Na tentativa e necessidade de manter-se informado sobre as principais notícias em circulação na imprensa e na opinião pública, o cidadão procura atualizar-se e buscar respostas das problemáticas de interesse pessoal e coletivo do seu tempo. Meio de preparar-se para os desafios e as complexidades no dinâmico convívio humano da sociedade contemporânea. Nesse raciocínio, argumenta o experiente historiador José D'Assunção Barros, ao conceituar os jornais como fontes históricas:

Os jornais são de fato objetos muito presentes na vida moderna. Para nos aproximarmos deles como um tipo mais específico de fonte histórica, no entanto, e vislumbrar todas as potencialidades e desafios que eles apresentam aos historiadores, devemos ultrapassar o senso comum e essa sensação de franca familiaridade. É preciso conhecer mais a fundo o que são os jornais no seu dia a dia, no mundo da cultura, no interior da sociedade que os gera e os reatualiza como uma forma específica de comunicação, informação, poder e instrumento de sociabilidade (Barros, 2019, p. 159).

O autor supracitado elucida a relevância dos jornais na vida em sociedade, ressaltando o cuidado metodológico que o historiador deve ter ao lidar com as narrativas veiculadas por esse meio de comunicação, produto cultural de massa no mundo civilizado. São documentos que o operador historiográfico analisa para extrair a clarividência — ou seja, uma visão clara — dos fatos do passado, sempre sob o olhar crítico do pesquisador. Nesse sentido, sustenta o renomado historiador

francês Jacques Le Goff (1924-2014)⁴¹, na clássica obra *História e Memória*, acerca do trabalho do historiador, quando adverte:

A sua única habilidade (do historiador) consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos.⁴²

A Escola dos Annales (1929-1989), originada e consolidada na França ao longo do século XX, revolucionou a historiografia ao promover uma revisão dos métodos, repensar a percepção sobre as fontes históricas e a noção de sujeito histórico. Tal abordagem contrapôs-se ao pensamento da História Positivista, vigente no século XIX e meados do século XX — uma historiografia elitista que valorizava a supremacia dos feitos de personalidades nacionais, representações épicas de honrados “heróis civilizadores” como monarcas, estadistas e generais, e que considerava os documentos oficiais escritos como legítimos e genuínos vestígios históricos. Dessa forma, questionar o documento é tarefa inerente ao historiador no campo da pesquisa.

Especialistas no estudo da imprensa afirmam que, até a década de 1970, havia resistência ou desconfiança por parte dos pesquisadores quanto ao uso do jornal como fonte-objeto do saber historiográfico. Esse pensamento, oriundo dos historiadores positivistas, buscava uma “verdade absoluta” e ignorava o jornal como documento histórico confiável, devido à subjetividade implícita na sua produção e retórica discursiva. Contudo, cabe ao historiador examinar sistematicamente a posição político-ideológica da fonte documental.

Marc Bloch (2001), em sua obra clássica *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*, defende:

Os documentos tendem a impor sua nomenclatura; o historiador, se os escuta, escreve sob o ditado de uma época cada vez diferente. Mas pensa, por outro lado, naturalmente segundo as categorias de sua própria época; por conseguinte, com as palavras desta [...].⁴³

Dessa forma, para o historiador, os jornais constituíram-se em notáveis e valiosas fontes históricas, textos escritos muito relevantes na tentativa de conhecer

⁴¹ LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória**/ Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990 (Coleção Repertórios).

⁴² *Ibid.*, p. 536.

⁴³ BLOCH, ref. 30, p. 136.

as vozes do passado em determinado contexto histórico. Nas palavras de Capelato, a autora refuta o desprezo pelo jornal como fonte:

[...] mas a ideia preconcebida de jornal como ‘fonte suspeita’ foi repensada e superada. Recentemente, a historiografia tem refletido muito sobre o sentido de documento histórico, contribuindo a partir da redefinição do conhecimento histórico. A partir daí, as “suspeitas” contra a imprensa desapareceram.⁴⁴

A relação entre pesquisa e documento está vinculada à tríade: lugar de produção, prática e escrita. Dessa forma, a problemática referente à transição democrática no intervalo temporal de 1978 a 1982, objeto de análise, exige uma interpretação acurada das narrativas do contexto político-social investigado. Estudar o regime militar brasileiro implica buscar respostas que contribuam para a reparação de injustiças, a preservação da memória coletiva — envolvendo a opinião pública e a imprensa — e a afirmação dos direitos humanos na sociedade brasileira. Tal esforço contrapõe-se à inércia, negligência e inoperância estatal, evidenciadas, por exemplo, na ausência de investigações sobre os brasileiros desaparecidos durante o estado de exceção imposto pelos militares. A máxima “sem corpo, sem crime” não convence os tribunais, se refletindo na falta de indenização às famílias das vítimas.

Nesse sentido, esta pesquisa visa investigar as narrativas do jornal *O Mossoroense* durante a transição política (1978-1982), focalizando a experiência democrática nas disputas eleitorais para o governo do estado e da prefeitura de Mossoró, ocorridas na fase de abertura democrática. O periódico, enquanto documento histórico e fonte de conhecimento, era produzido na própria cidade. O valor comercial do jornal no período entre 1978 e 1985 variou entre Cr\$ 4,00 e Cr\$ 2.000, conforme a moeda brasileira vigente, o Cruzeiro.

Essa conjuntura — não petrificada, mas móvel — favoreceu a retomada na carreira política de diversos líderes partidários, que encontraram uma nova oportunidade para reinventar-se no cenário político e atrair o eleitorado nas campanhas estaduais e municipais, por meios legais, objetivando retornar aos poderes executivo ou legislativo. O período também propiciou a ascensão de novos atores políticos a postos relevantes no espaço público nacional, estadual e local.

Nessa perspectiva, no âmbito da pesquisa historiográfica, torna-se imprescindível analisar a relação existente entre história, memória e narrativa na

⁴⁴ CAPELATO, ref. 2, p. 20.

imprensa, bem como considerar a dimensão conceitual e discursiva na análise e interpretação das notícias.

2.2 História, memória e narrativa na imprensa

O homem é um ser histórico, temporal e finito na dimensão, complexidade e perspectiva de sua trajetória na terra. Os grandes líderes e estadistas da humanidade sempre tiveram a preocupação em perpetuar a sua memória e identidade na cultura e sociedade do seu tempo à posteridade. Ao longo do tempo, as formas de “eternizar a memória e o legado” no imaginário social, ampliaram-se, evoluiu e modernizou-se mediante novos recursos e métodos (narrativas, monumentos, homenagens etc.) visando immortalizar a existência de personalidades públicas, líderes, “heróis”, consistindo na fabricação da imagem pública, inclusive, por meio da imprensa escrita, os jornais.

O objeto da História é o homem. Como diz Collingwood, “a História é para o autoconhecimento humano” ... O que interessa é o que aconteceu com o homem desde que apareceu sobre a terra até os nossos dias. Como viveu, como evoluiu, o que sofreu, o que realizou; suas relações com Deus, suas relações humanas, seu convívio com a natureza, seu progresso; os grupos em que se subdividiu, a morte e a sobrevivência desses grupos: quantos foram, onde habitaram; sua inteligência, sua arte, sua civilização, sua cultura (Mendes Melo, 1998, p. 49).

O registro na historiografia do povo brasileiro corrobora, que mudanças significativas nas esferas de poder e na sociedade ocorreram através de resistências e lutas das classes sociais envolvidas, cujos processos históricos, entendido no raciocínio defendido por Fernand Braudel⁴⁵, aconteceram sob diferentes durações na dinâmica cronológica (curta, média e longa).

Eventos como a Independência do Brasil (1822), a Abolição dos escravos (1888), a Proclamação da República (1889) e, por último, o processo de abertura política no período da Ditadura civil-militar (1964-1985). Os acontecimentos históricos mencionados, confirmam interesses conflituosos existentes entre os protagonistas e opositores, presentes na conjuntura política e social do Brasil.

História é a ciência que se dedica na análise crítica do passado e a sua ligação com o presente. Todavia, não se constitui função, competência ou prerrogativa da pesquisa histórica exaltar ou glorificar o passado. História (narrativa

⁴⁵ Fernand Braudel. Historiador francês (1902-1985). Líder da Revista dos Annales da segunda geração.

construída) e memória estão ligadas ao passado, mas são diferentes. A história usa a memória como fonte para registrar os aspectos do passado, suas problemáticas e ambivalências. A distinção conceitual entre Memória e História, segundo Silva e Silva (2009, p. 276)⁴⁶ afirma:

Outra distinção entre História e memória está no fato de a História trabalhar com o acontecimento colocado para e pela sociedade, enquanto para a memória o principal é a reação que o fato causa no indivíduo. A memória recupera o que está submerso, seja do indivíduo, seja do grupo, e a História trabalha com o que a sociedade trouxe a público.

A memória reflete o conhecimento do passado mediado pelo presente. A construção e a permanência da identidade de uma comunidade ou nação dependem da forma como história e memória são tratadas. A memória social é influenciada por interesses políticos (jogo de poder), movimentos sociais, dinâmicas culturais, ciclos econômicos e valores — ideológicos, religiosos e identitários — de uma sociedade. Embora a memória seja uma das vias possíveis para o acesso ao passado, ela é instável, insegura e seletiva. Segundo Le Goff (1996): “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar para que a memória coletiva sirva à libertação e não à servidão dos homens.”⁴⁷

A memória pode transformar-se ao longo do tempo, estabelecendo um elo entre passado e presente. Ela é um ato de preservação das experiências pretéritas. A lembrança — individual, experiência particular —, o esquecimento e o silêncio são processos correlatos e relacionados à memória histórica. Entretanto, a memória não é uma guardiã segura do passado. A memória coletiva transforma-se por meio da oralidade, de textos, monumentos, rituais, festas e comemorações, presentes na família, na rua, na escola e em outros lugares. Contudo, não existem duas histórias, mas narrativas distintas. Em síntese, a memória é a presença viva do passado.

No entendimento de Napolitano (2017, p. 350): “Os jornais da grande imprensa nunca tiveram muita simpatia pela politização das ruas, sobretudo pelo

⁴⁶ SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**/ Kalina Vanderlei Silva, Maciel Henrique Silva. — 2.ed., 2ª reimpressão. — São Paulo: Contexto, 2009.

⁴⁷ LE GOFF, ref. 41, p. 477.

potencial de conflito social e de radicalismo democratizante que elas poderiam representar.”⁴⁸

O ser humano não é um agente autônomo; a própria linguagem que utiliza constrói-se socialmente no interior do ambiente cultural, onde a persona interage e se desenvolve nas relações sociais. São exemplos disso as ideias, os valores, as percepções do espaço concreto e as leituras subjetivas do mundo. Os acontecimentos vivenciados por uma determinada classe ou instituição tendem a ser narrados como “verdade única”, como ocorre com parcela dos militares brasileiros beneficiados pela ditadura.

A imprensa, por sua vez, instaura o confronto de narrativas. Essa estratégia é evidenciada quando a mídia ignora a repressão política do governo e direciona seu foco para a produção de notícias que exaltam os feitos econômicos do poder estatal (autocensura), criando uma espécie de “cortina de fumaça” na opinião pública — comportamento midiático que merece críticas por comprometer a reputação institucional de “imprensa livre”. Essa postura paradoxal foi percebida nos jornais que apoiaram o golpe de 1964, mas que sofreram com a censura nos anos seguintes.

Os jornais são suscetíveis a mudanças de narrativas, conveniência política ou viés ideológico. No contexto do regime militar, o *Correio da Manhã* apoiou a deposição de Jango, mas passou a criticar a violência contra presos políticos. Para muitos, os 21 anos da Ditadura Militar no Brasil representam uma memória incômoda, pois se trata de uma temporalidade marcada por problemáticas sensíveis e por um passado que deixou traumas e experiências amargas nos sobreviventes e familiares que resistiram às torturas nos porões do regime. Esse fenômeno pode ser caracterizado como disputas de memória. Famílias que tiveram filhos ou parentes desaparecidos esperam por respostas e reparação do Estado. Ressalte-se que a imprensa nem sempre tem acesso aos documentos relativos aos momentos críticos da história nacional. Marilena Chauí (1994, p. 93-94) argumenta:

A ideologia consiste precisamente na transformação das ideias da classe dominante em ideias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das ideias). Como tais ideias não exprimem a realidade real, mas representam a aparência social, as imagens

⁴⁸ NAPOLITANO, M. **A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro 1965-1985**. / Marcos Napolitano. — Porto Alegre: Estudos Ibero-Americanos, 2017.

das coisas e dos homens, é possível passar a considerá-las como independentes da realidade e, mais do que isto, inverter a relação fazendo com que a realidade seja tida como a realização dessas ideias.

Nesta perspectiva, a transição democrática em todos os níveis de representações (nacional, estadual e local) no recorte temporal de 1978-1982, exige do historiador capacidade investigativa para interpretar as narrativas histórica construídas pela imprensa local, a saber: os sujeitos históricos, as tendências políticas, as bandeiras de lutas, os valores ideológicos, liberais ou conservadores, bem como as contradições, as mudanças e as permanências. Nessa linha de raciocínio, o conhecido historiador francês, Michel de Certeau (1925-1986), pensador da *práxis historiadora* conhecida como “operação historiográfica”, na famosa obra *A Escrita da História*, ressalta:

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita (Certeau, 1982, p. 56).

O autor da terceira geração dos *Annales* enfatiza a importância do caráter metodológico que o historiador deve desenvolver ao conferir sentido a determinado acontecimento, pois, desprovido do contexto adequado, este não oferece informação significativa. Certeau compreendia a historiografia como uma “espécie de discurso do outro”, ou seja, o objeto da História. Nas narrativas jornalísticas, o pesquisador deve buscar descobrir, nas “entrelinhas”, o que não foi dito, omitido ou transmitido parcialmente ao público leitor, por meio da linguagem utilizada (conceitos históricos), das visões de mundo e das matérias mais relevantes, isto é, as articulações entre o lugar social e os discursos jornalístico e histórico. Ao adentrar no caminho da pesquisa, o pesquisador depara-se com problemáticas, tais como: as narrativas de *O Mossoroense* evidenciam sentidos construídos pela mídia para desvalorizar o afastamento da Lei da Anistia como caminho para o fortalecimento da democracia? Portanto, compete ao pesquisador “olhar os documentos e decodificá-los a partir de seus usos e finalidades” (Samara; Tupi, 2007). Vale ressaltar que o jornal em análise não foi o único veículo de comunicação em circulação na cidade e suas adjacências durante a transição política.

Dessa forma, os textos jornalísticos podem ser utilizados como fontes para consulta de fatos sociais, políticos, históricos, econômicos e culturais, mesmo que a fonte histórica nos revele as consequências dos fatos para as pessoas envolvidas, apresentando visões e versões opostas, além das opiniões de especialistas, entre outras informações. Isso torna possível ao leitor compreender os acontecimentos históricos de forma ampla e crítica. Os jornais são feitos por pessoas e destinados a pessoas, não se constituindo, portanto, meramente em repositórios de informações, anúncios ou propaganda. Assim, afirma o historiador José D'Assunção Barros (2023): “Produzir jornais não é para principiantes; mas ler jornais também não é para os ingênuos.”⁴⁹ No âmbito da pesquisa histórica, especialmente sobre o período do regime militar brasileiro, instaurado na segunda metade do século XX, uma parcela considerável de intelectuais considera que:

[...] as relações entre a chamada “grande” imprensa (jornais e revistas ligados a corporações comerciais, de tradição liberal e de grande circulação social) e os processos históricos ligados ao golpe civil-militar de 1964 e ao sistema político-militar que se implantou a partir de então, são sobejamente conhecidos.⁵⁰

Nesse sentido, como veículo de comunicação consolidado, o jornal *O Mossoroense* se posicionou sobre o período histórico em apreciação com firme convicção sobre as notícias que marcaram o fim do Ato Institucional nº 5 (AI-5), a Lei de Anistia e a reconfiguração político-partidária. Eventos significativos desde o fim do governo de Ernesto Geisel e no decurso do mandato presidencial de João Baptista Figueiredo, este último, completou o ciclo de governo das Forças Armadas no Brasil, sem, contudo, passar a faixa presidencial ao novo presidente da República, via eleições diretas.

Na verdade, o que aproxima o ofício do jornalista ao trabalho do historiador é o olhar com que deve focar os fatos. Não se procura a verdade dos fatos, mas tão somente interpretar, para, a partir de uma interpretação – onde não se nega a subjetividade de quem a realiza – tentar registrar um instante, no caso do jornalismo, ou recuperar o instante, no caso do historiador (Barbosa, 1998, p. 87).

Todavia, é necessário considerar acerca da função social da notícia dos diferentes fatos históricos ou dos acontecimentos sociais que impactaram, moldaram

⁴⁹ BARROS, ref. 35, p. 159.

⁵⁰ NAPOLITANO, M. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro 1965-1985. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 346-366, maio-ago. 2017.

o cotidiano da população. Desse modo, a posição da mídia impressa, radiofônica ou televisiva sobre o fim de um sistema político, como a República Velha (1930), o Estado Novo (1945) e o Regime Militar (1985), todos no Brasil. A queda do Muro de Berlim (1989) na Alemanha, que desencadeou a reunificação alemã e, a seguir, o colapso do bloco socialista soviético e a retomada do capitalismo no Leste europeu. Eventos históricos significativos para a atuação dos meios de comunicação, informação e notícias, necessários ao povo (“testemunha ocular”) no palco dos desdobramentos históricos, que precisam entender as narrativas e perspectivas dos acontecimentos em curso. Notícias, reportagens capazes de esclarecer os fatos políticos das problemáticas político-econômicas diárias de interesses dos atores sociais envolvidos.

Em suma, é importante ressaltar quais as intenções e interesses dos editores ao narrar os eventos históricos, visando chamar a atenção dos leitores. Todavia, com o atual avanço tecnológico, marcado pelo excesso de informações, a leitura de jornais parece descartável. Porém, assim como os outros produtos da indústria cultural e midiática, o jornal se moderniza⁵¹, se reinventa, mediante renovação gráfica, uso de novas linguagens e ludicidade (iconografia, humor, quadrinhos etc.).

Inovações estratégicas objetivando manter o ‘status quo’ como meio de comunicação e informação para os diferentes segmentos da sociedade contemporânea. O sistema (aparato) midiático funciona como forma de poder e convencimento. Desde o surgimento, consolidação e expansão ao tempo presente.

2.3 A mídia como forma de poder

Na pesquisa historiográfica sobre o jornal impresso, considerando a mídia (impressa, radiofônica, televisiva ou digital) como forma de poder na sociedade, torna-se necessário entender a conceituação de mídia, a relevância das notícias, informações e propagandas como prestação de serviços e produto de consumo na coletividade.

⁵¹ Chamada de notícia. JORNAL. [...] Peço aos nossos leitores que observem com atenção as inovações que estamos fazendo no seu jornal de 108 anos. Novas seções. Novas preocupações. Um jornal inteligente. Antes de tudo, inteligente. Agora cobrindo os setores de Medicina, Advocacia, Economia, Agricultura, Ecologia, Negócios, Política, Religião. Esportes, Comportamento, Sociedade. Em 1981, se Deus quiser, ainda seremos melhores. E ainda mais inteligentes. Porque queremos servir cada vez melhor ao nosso público, que constitui a única elite que a gente respeita: a elite da inteligência.

Desse modo, por mídia, entende-se como o conjunto de meios de comunicação de massa ou “mass-media” (rádio, televisão, jornais, revistas, cinema e internet) que viabiliza a produção, divulgação e mediação de mensagens com destinação ao público leitor/ouvinte, isto é, aos espectadores ou aos leitores. São instrumentos produzidos e organizados a partir de interesses e objetivos, capazes de revelar a aceitação e receptividade dos “consumidores”.

As propagandas e as notícias são discursos com linguagens, motivações e objetivos específicos. “A luta entre a informação e a opinião não foi a única que marcou o desenvolvimento da imprensa; logo apareceu a luta entre a opinião e a publicidade, que era a forma organizada que a propaganda assumia” (Sodré, 1999, p. 4)⁵². Portanto, a importância e a valoração dos noticiários como ferramentas para investigação do passado, não devem ser subestimados ou esquecidos. De acordo com o pensamento de Silverstone (2002, p. 150)⁵³:

Consumimos a mídia. Consumimos pela mídia. Aprendemos como e o que consumir pela mídia. Somos persuadidos a consumir pela mídia. A mídia, não é exagero dizer, nos consome. E, como já opinei e continuarei a argumentar, o consumo é, ele mesmo, uma forma de mediação, à medida que os valores e significados dados de objetos são traduzidos e transformados nas linguagens do privado, do pessoal e do particular. Consumimos objetos. Consumimos bens. Consumimos informação. Mas, nesse consumo, em sua trivialidade cotidiana, construímos nossos próprios significados, negociamos nossos valores e, ao fazê-lo, tornamos nosso mundo significativo.

Os meios de comunicação exercem um papel fundamental na dinâmica diária da população, desde suas origens e, sobretudo, ao longo dos séculos XX e XXI. Todavia, segundo Nelson Werneck Sodré, por múltiplas razões, as nações não se desenvolvem (econômica, tecnológica etc.) no mesmo ritmo, evoluindo de forma desigual. Contudo, conforme Sodré (1984) “[...] unidade repousa particularmente na existência dos meios de comunicação ditos de massa, que contribuem para uniformizar e padronizar as formas de comportamento humano”.⁵⁴ Com o crescimento das cidades e o avanço na alfabetização da população, eleva-se naturalmente o índice de leitores habituais, abrindo novas oportunidades de

⁵² SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**/ Nelson Werneck Sodré. 4. ed. (atualizada) – Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

⁵³ SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** Edição Marcos Marcionilo; Rev. Rita de Cássia; - 2. Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2002.

⁵⁴ SODRÉ, ref. 4, p. 14.

negócios, uma vez que vivemos numa realidade social, cultural e econômica em que o consumo de informações é sobremodo intenso.

Na perspectiva conceitual de André Bonsanto (2007), “aquilo que se constrói cotidianamente no jornalismo não está desvinculado de um dispositivo maior que o envolve e que engloba o que o jornal e o próprio jornalismo dizem ser e representar”.⁵⁵ A construção da notícia está vinculada aos setores da sociedade que ela representa, ou seja, a realidade que essas narrativas procuram destacar como imprescindíveis às demandas editoriais, visando manter o público leitor informado. Vale lembrar que os jornais não são os únicos meios de propagação de notícias.

Entretanto, atuam com total ou relativa ação política e identificação ideológica (esquerda, direita ou centro), mantendo ligação direta ou próxima com as forças políticas vigentes na sociedade. Sabe-se que a mídia pode influenciar a opinião pública, as instituições e os governos — fato comprovado, por exemplo, durante períodos de tensões políticas, crises diplomáticas, escândalos governamentais e nos resultados eleitorais, ocasiões em que as autoridades evitam o contato público com a imprensa.

Porém, o cidadão tem liberdade e direito de informar, transmitir informações e de se informar; o acesso à comunicação e à informação é tutelado pela Constituição de 1988. A atual Carta Magna confere elevado nível de importância e valoração aos meios de comunicação, pois estes exercem função social relevante na coletividade. Todavia, os meios de comunicação devem informar os fatos cotidianos zelando pela ética, responsabilidade social, credibilidade e discurso apartidário.

A liberdade intelectual e profissional hoje se sobrepõe ao tratamento dispensado aos veículos de comunicação, arte e cultura no ordenamento jurídico instituído durante o regime militar, ao longo do período autoritário no Estado brasileiro (1964-1985). Segundo Foucault (2010, p. 8-9), “[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes”.

⁵⁵ DIAS, André Bonsanto. **Percursos do reconhecimento:** um caminho teórico-metodológico para pensar o jornalismo enquanto sujeito em Comunicação. *Brazilian Journalism Research*, 13(3), 104-125, 2007, pg. 126.

Sem esquecer ou subestimar, no âmbito das mídias contemporâneas o fenômeno das Fake News⁵⁶ (impostura, através da divulgação de falsas notícias, “desinformação” paralela), intencionais ou espontâneas, de autoria individual ou coletiva (institucional), dessas supostas notícias e conteúdo vicioso, adulterado que se constitui como uma problemática antiga, operando com diferentes facetas no mundo.

Portanto, na presente sociedade da informação, chamada de pós-moderna, com elevada produção de conteúdos, marcada pelos complexos fenômenos das *Fake News* (falsa notícia) e da pós-verdade. Prática que propaga conteúdo enganoso (inverdades, equívocos e armadilhas) no âmbito da comunicação e, quase sempre, viralizando nas redes sociais, constituindo-se uma “guerra de informações” e de narrativas nas mídias digitais, inclusive, durante as campanhas e propagandas eleitorais, usadas para difamar adversários ao disseminar rumores, podendo impactar negativamente a popularidade de lideranças políticas e até derrubar governos.

As notícias falsas antecedem o advento do jornal impresso e das redes sociais. Sejam as antigas — como a falsificação de tábuas de pedra, livros apócrifos e ficções documentais — ou as modernas, como a criação ilícita de perfis falsos, constituem canais de desinformação compartilhados sem um exame prévio da origem, procedência, probidade, honestidade e confiabilidade.

Configuradas como falseamento da realidade, essas narrativas proliferam conteúdos anticientíficos presentes em discursos revisionistas e negacionistas, que se referem a acontecimentos históricos e ideologias políticas — como a negação do Holocausto judeu durante a Segunda Guerra Mundial, o mito do nazismo de esquerda, o golpe de 1964 no Brasil, a chamada ditabranda militar, esta última classificada por um importante jornal do país. Tais narrativas são visíveis, inclusive, nas declarações de “pretensos intelectuais e expositores de informações”.

Importa ressaltar que o conhecimento histórico no século XXI não se restringe mais às discussões acadêmicas nas universidades, às exposições em museus ou à leitura de livros físicos nas bibliotecas; ele encontra-se amplamente disseminado na internet, um espaço virtual propício à propagação de “fake history” (Jason

⁵⁶ De acordo com o Dicionário Online de Português: as **Fake News** são notícias falsas, informações mentirosas que são divulgadas como se fossem reais e verdadeiras, partilhadas em contextos virtuais, especialmente em redes sociais ou em aplicativos para compartilhamento de mensagens.

Steinhauer, 2021), fenômeno paralelo às fake news. Contudo, é necessário considerar que, segundo Zimmermann (2023, p. 10), “as narrativas revisionistas sobre a ditadura militar brasileira não se empenham em negar o regime, mas em justificar sua existência e permanência”.⁵⁷ Conforme a autora, no mandato presidencial de Jair Bolsonaro (militar reformado), cogitou-se aprovar o dia 31 de março como feriado nacional.

A disseminação de narrativas inverídicas (fake news) sobre o “outro” é utilizada em tempos de crise, conflitos bélicos ou períodos eleitorais como estratégia política. “Crise: politicamente, é um conflito que afeta os membros de um Estado, a natureza de suas instituições e de seu regime político” (Japiassú; Marcondes, 2008, p. 61). Portanto, a crise é um fenômeno constante na sociedade e, em particular, na política e nas instituições, oscilando entre períodos de tranquilidade e de instabilidade estrutural e organizacional.

O ministro da propaganda Joseph Goebbels, “pai da manipulação midiática” durante a hegemonia nazifascista alemã (1933-1945), tinha plena consciência dos efeitos manipuladores que a notícia falsa poderia causar no imaginário da população. Contudo, constata-se que os avanços tecnológicos disponíveis também instrumentalizam agentes mal-intencionados e perversos. A notícia e a propaganda produzem uma voz penetrante e de grande sutileza na mente humana.

De acordo com Eli Pariser (2012, p. 42), “[...] o consumo de informações que se ajustam às nossas ideias sobre o mundo é fácil e prazeroso; o consumo de informações que nos desafiam a pensar de novas maneiras ou a questionar nossos conceitos é frustrante e difícil”. Essas problemáticas são particularmente presentes nas postagens em mídias digitais, disseminadas sem transparência e ética, configurando um claro desserviço transmitido com má-fé no seio da sociedade. Uma realidade marcada por uma necessidade fundamental: a “dependência” e vulnerabilidade decorrentes do contato constante com a mídia.

Os propagadores de supostas “notícias”, “desinformação”, ignoram que a internet não é “terra sem lei”. É inegável que a sociedade se digitalizou antes do

⁵⁷ ZIMMERMANN, Ana Carolina. **O revisionismo histórico nas comemorações do golpe civil-militar de 1964 durante o governo Bolsonaro (2019-2022): heranças autoritárias e encerramento do passado.** Hist. Historiogr., Ouro Preto, v. 16, n. 41, e2003, p. 1-25, 2023.

letramento digital⁵⁸, condição que contribui sistematicamente na assimilação ou divulgação de conteúdos com “déficit de verdade”.

Segundo Bloch (1998, p. 191) “[...] a falsa notícia é o espelho onde a ‘consciência coletiva’ contempla o seu próprio rosto”.⁵⁹ Consiste, portanto, na produção e disseminação deliberada de narrativas sedutoras, sem compromisso ou senso de responsabilidade social ao prejudicar a população com a distorção dos fatos, na divulgação de conteúdo enganoso na sociedade.

Em suma, a presente pesquisa de caráter historiográfico, tem como alvo, compreender a relevância da notícia jornalística, os acontecimentos político-eleitorais e sociais que se desenvolveram no decurso histórico da abertura democrática (1978-1982), sobretudo, no cenário estadual e local. Contexto histórico marcado substancialmente pelo paradoxo do sistema de valores da ditadura *versus* sistema de valores, motivações e perspectivas da democracia, representado pelo contraste da “revolução pelos tanques dos quartéis” com o tripé: opressão, censura e violência, oposto a “revolução pelo voto popular”, tendo como fundamentos: a democracia, a liberdade e a cidadania.

3 A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E O CENÁRIO POLÍTICO LOCAL NAS PÁGINAS DO JORNAL O MOSSOROENSE (1978-1982)

A presente discussão historiográfica, tendo como aporte documental as narrativas jornalísticas do jornal *O Mossoroense* no recorte temporal de 1978 a 1982, estabelece um diálogo consistente com autores de bibliografias especializadas sobre o processo de transição democrática brasileira. Soma-se, ainda, a trabalhos acadêmicos — como artigos, dissertações e teses — de pesquisadores nacionais, regionais e locais, que direcionaram seu olhar para a política e a mídia no contexto local.

Consideram-se, nesse processo histórico, conceitos fundamentais utilizados em estudos consolidados ou recentes sobre o regime civil-militar, entre os quais se destacam *liberalização*: seria a proteção de indivíduos e grupos contra o arbítrio do Estado ou de outros grupos (Soares, D’Araújo, Castro, 1995, p. 13) no governo

⁵⁸ **Letramento digital**: diz respeito aos processos de aprendizagens de leitura, escrita e interpretação em ambientes digitais. Incentiva o uso crítico e ético das tecnologias.

⁵⁹ BLOCH, Marc. **Reflexões de um historiador sobre as falsas notícias da guerra**. In: **História e historiadores**. Lisboa, Teorema, 1988, p. 177-198.

Geisel, enquanto a *democratização*: mais elementar, por sua vez, implica a possibilidade real de transferência de poder. Nesse sentido, “[...] na impossibilidade de manutenção do projeto ditatorial, o governo afrouxou as amarras do regime por meio da distensão lenta e gradual, a fim de restabelecer, no longo prazo, a democracia” (Cancian, 2016, p. 113)⁶⁰.

Nessa linha de pensamento, o cerne da pesquisa examina os conceitos comumente utilizados pela fonte-documento *O Mossoroense*, como: *abertura democrática*, *transição política* e *redemocratização*. Os conceitos utilizados nos textos jornalísticos estão inseridos no contexto político de transição democrática. Considerando que existem outras discussões convergentes ou divergentes da conceituação proposta na periodização histórica que contempla o fim do regime militar, a abertura e a transição democrática brasileira.

3.1 O fim do AI-5 e a anistia: como o jornal *O Mossoroense* discute a anistia e a abertura política.

O estudo da periodização em análise insere-se na quarta fase histórica do jornal *O Mossoroense* (1970–1983), conforme mencionado no capítulo anterior. Propondo-se examinar as narrativas jornalísticas e históricas relacionadas ao processo de redemocratização brasileira — fenômeno histórico desenvolvido no final da década de 1970 e na primeira metade do decênio de 1980. O regime civil-militar brasileiro, lembrado na introdução deste trabalho, comparando-se a outros modelos de ditaduras na América do Sul, como o regime ditatorial protagonizado pelo general Augusto Pinochet no Chile (1974–1990), o comando das Forças Armadas na vizinha Argentina (considerando o último período ditatorial entre 1976 e 1983), o governo de Alfredo Stroessner no Paraguai (1954–1989) e, também, o regime uruguaio (1973–1985), iniciado com Juan María Bordaberry Arocena. Assim, a experiência histórica brasileira se constitui como um evento distinto, *sui generis*, caracterizado por sua temporalidade, especificidades e contradições, além de um peculiar processo de abertura democrática no maior país do Atlântico Sul: o Brasil.

⁶⁰ CANCIAN, Renato. Conflito Igreja-Estado no período da ditadura militar revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais. **REVISTA ANGELUS NOVUS** (...) USP– Ano VII, n. 11, pp. 95-116, 2016.

Partindo de uma perspectiva histórica voltada à análise e compreensão do uso da força como estratégia política, percebe-se claramente a existência de interesses antagônicos, motivadores de contínuas disputas políticas, tentativas e consumação de golpes de Estado em momentos de tensão nos conflitos internos e externos das estruturas de poder — realidade recorrente na trajetória política brasileira. O DNA humano não mudou, e na história brasileira não é diferente. Desde a dissolução autoritária da Assembleia Constituinte de 1823 por D. Pedro I até a aclamação antecipada do jovem imperador D. Pedro II em 1840 — estratégia de poder conhecida como “Golpe da Maioridade”, que visava conter uma iminente instabilidade política — observa-se a repetição de práticas autoritárias.

Outros episódios marcantes na historiografia nacional reforçam essa tendência: a Proclamação da República (1889), considerada um marco do protagonismo militar no cenário político; a tentativa de golpe do marechal Deodoro da Fonseca em 3 de novembro de 1891, com a dissolução do Congresso Nacional; a frustrada insurreição dos tenentes, no evento dos 18 do Forte de Copacabana (1922); a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder; o movimento constitucionalista de 1932; e a Intentona Comunista de 1935, com a participação de Luís Carlos Prestes e Olga Benário — movimento restrito aos quartéis de Natal (RN), Recife (PE) e Rio de Janeiro (RJ), e rapidamente sufocado pelo governo Central. Posteriormente, o “perigo comunista” foi utilizado como pretexto (o que hoje se denominaria *fake news*) para a realização de um autogolpe de Estado em 1937, conduzido por Vargas, instaurando o período conhecido como Estado Novo, de forte centralização e autoritarismo.

A temporalidade histórica abordada nesta pesquisa relembra o golpe civil-militar perpetrado pelas Forças Armadas — instituições distintas, mas coesas — no fatídico episódio entre 31 de março e 1º de abril de 1964, que derrubou o governo legítimo de João Goulart. O evento, rotulado pelos militares como “Revolução de 64”, suplantou direitos civis inalienáveis — como liberdade, segurança, igualdade e a dignidade humana — que foi marcado por sistemáticas violações aos direitos humanos. Comparado as revoluções europeias de grande impacto histórico, como a Revolução Francesa (1789–1799), de caráter burguês, e a Revolução Russa (1917–1922), de base proletária e influenciada pela ideologia marxista, a “revolução” militar brasileira não promoveu mudanças estruturais profundas na ordem social vigente. Como ressalta Fernandes (1984, p. 8), o movimento de 1964 não protagonizou

uma—“mudança revolucionária”, que sublinha o teor da revolução como uma mudança que “mexe nas estruturas”, que subverte a ordem social imperante na sociedade.

As reformas propostas pelo governo Jango — agrária, urbana, eleitoral, educacional, entre outras — foram abruptamente interrompidas com sua deposição. Já no cenário político recente, após as eleições democráticas de 2022, que elegeram Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para seu terceiro mandato como presidente da República, uma semana após a posse, em 8 de janeiro de 2023, houve uma ação golpista protagonizada por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Na ocasião, vândalos invadiram, depredaram e violaram os prédios dos Três Poderes da República em Brasília, destruindo patrimônios públicos e simbólicos da democracia. Trata-se de um ato antidemocrático e inaceitável, que deve ser repudiado, por representar uma tentativa de ruptura do Estado Democrático de Direito. O episódio consistiu numa apologia à insensatez e à ignorância, marcando negativamente a imagem política do Brasil no cenário nacional e internacional. Como sujeitos históricos, os seres humanos deixam vestígios em suas ações — individuais ou coletivas — que podem ser lembrados com admiração ou com repulsa pela presente e futuras gerações.

O acontecimento tornou-se tema de amplo debate no Congresso Nacional, no Supremo Tribunal Federal (STF), nos meios de comunicação tradicionais, nas mídias digitais (inclusive em *podcasts*), na opinião pública e em análises historiográficas recentes. Segundo Zimmermann (2023, p. 20), a autora sustenta:

O atual contexto de radicalização política e ascensão da extrema-direita no Brasil colocam em xeque a necessidade de uma revisão crítica sobre a forma como a sociedade se relaciona com o período ditatorial e os atores sociais do passado-presente, buscando desmobilizar concepções apologéticas.

Nesse sentido, por definição, segundo Ortega e Silva (2020, p. 72): “o que caracteriza um golpe de Estado é que ele significa uma violação das regras constitucionais conduzida por agentes que fazem parte da burocracia estatal, sejam governantes, parlamentares, militares ou juízes”⁶¹, entre outros. Sob essa

⁶¹ ORTEGA, Any. **Dicionário de conceitos políticos**/ organizadores: Any Ortega e Stanley Plácido da Rosa Silva – São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2020.

perspectiva, a história oficial atesta que, no século passado, o povo brasileiro vivenciou duas experiências de redemocratização no intervalo de 40 anos.

A primeira ocorreu com o fim da Era Vargas (1930–1945), após a queda do Estado Novo, em sincronia com o desfecho da Segunda Guerra Mundial (1939–1945), último conflito bélico de proporções globais. A segunda desenvolveu-se no período denominado de Guerra Fria e da descolonização afro-asiática (1945–1991), temporalidade marcada por golpes de Estado, ditaduras e intervenções político-militares na América Latina, bem como em outras regiões geopolíticas — incluindo o Brasil, que não ficou imune às rupturas de seu processo histórico. Ambos os processos de normalização político-administrativa democrática foram constituídos, fundamentalmente, por instituições, representações, personagens, rupturas e permanências singulares na historiografia brasileira.

Os desdobramentos políticos, econômicos, sociais e culturais ocorridos ao longo da Ditadura Militar (1964–1985) causaram efeitos significativos na história nacional, deixando sequelas ainda não cicatrizadas na dinâmica político-social contemporânea. Essa realidade resultou da intensa repressão oriunda dos quartéis, em um período marcado por decisões autoritárias do Estado que calaram vozes, instituíram censura e suprimiram direitos fundamentais. Casos de desaparecimentos forçados como estratégia de apagamento dos atos estatais, aliados à prática sistemática de tortura e outras formas de violência, compõem o quadro trágico desse período. Há 61 anos, portanto, a tomada do poder pelos militares instaurou no Brasil um governo autoritário que, ao longo dos mandatos dos cinco presidentes militares, manifestou características específicas e contínuas violações aos direitos humanos.

Ainda que alguns argumentem que os militares visassem apenas um golpe de Estado de curto prazo, tal versão não se sustenta diante das evidências históricas. De acordo com Nascimento (2023, p. 134), “O enunciado abertura, nada mais é que um nome dado a um desejo de superação da ditadura que, ao longo do processo político, tenciona o campo cívico a superar seu status quo a partir do antagonismo de suas contradições”.⁶²

Nessa perspectiva, a linha editorial de *O Mossoroense*, comandada pelo experiente jornalista Dorian Jorge Freire (diretor-chefe), em seus artigos e colunas

⁶² NASCIMENTO, Suliendson Dantas do. **O Jornal O Mossoroense e o Espetáculo Cívico (1970-1983): Abertura Política, Cotidiano e Ruptura do Sistema de Enunciados.** / Suliendson Dantas do Nascimento. - Mossoró, 2023.

como *Momento Político*, *Sem Censura* e *Plantão Político*, bem como nas charges publicadas nas chamadas de notícias, coluna *Cota Zero*, conclamava enfaticamente pelo fim do AI-5 e pela aprovação da Lei da Anistia. Outros redatores e colunistas também intensificaram os discursos favoráveis à abertura política, como Jaime Hipólito, Rafael Negreiros e Félix de Athayde, por meio de suas crônicas e narrativas jornalísticas nas colunas *Hora H* e *Brasil Comentado*, demonstrando uma incansável luta por novos horizontes político-administrativos no Brasil.

Conforme aponta o autor supracitado (2023), “[...] a primeira menção à ‘abertura política’ ocorre em 1972, quando o jornal ainda pertencia à família Escóssia e estava organicamente vinculado à facção emedebista de Mossoró”.⁶³

Anteriormente, nessa perspectiva histórica e narrativa jornalística, durante o segundo mandato presidencial da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964–1985), o presidente Artur da Costa e Silva, em meio à escalada do autoritarismo dos militares, decretou em 1968 — ano politicamente “atípico” em diversas partes do mundo — o Ato Institucional nº 5 (AI-5), considerado o ápice do autoritarismo do regime. Esse instrumento legal, conhecido como o mais severo e repressivo da Ditadura, superou, por analogia, até mesmo o extinto Poder Moderador vigente na Constituição do Brasil Império, de 1824.

O AI-5 ficou notabilizado como o mais terrível mecanismo de força e opressão concedido pelo Alto Comando Militar, permanecendo em vigor por dez anos. Esse período deixou marcas profundas e indeléveis na sociedade brasileira, na educação — especialmente no ensino de História — e no aparato político-institucional militar.

A redação do jornal ⁷*O Mossoroense*, por meio da coluna *Hora H*, fez referência às comemorações promovidas pelos militares em 31 de março, com a seguinte narrativa e apelo:

Há catorze anos atrás, nesta data, à noite, tinha início, a partir de Minas Gerais (general Mourão Filho e governador Magalhães Pinto), o movimento de 31 de março, responsável pela deposição do presidente João Goulart e o estabelecimento de nova ordem no país. Em meio às comemorações da data, todas as esperanças estão voltadas, agora, para o governo do general Ernesto Geisel. Que ele possa restabelecer a normalidade democrática do país, reconstituir o Estado de Direito e revogar toda a legislação excepcional, dentre a qual a mais violenta e discutida é o Ato Institucional nº 5. Todas as informações são no sentido de que ainda no seu governo, o general Geisel concretizará as aberturas democráticas e a distensão política, com a inteira pacificação da família brasileira.

⁶³ NASCIMENTO, ref. 62, p. 137.

Desse modo, tomando como perspectiva, o panorama político no governo do general-presidente Ernesto Geisel, a abertura torna-se realidade a partir da revogação do famigerado AI-5 e, posteriormente, já no mandato presidencial de João Baptista Figueiredo, com a aprovação da Lei de Anistia aos presos políticos, permitindo a sonhada volta dos exilados (políticos, artistas, intelectuais etc.), a organização dos partidos ou agremiações políticas, a realização de eleições diretas e legítimas dos candidatos interessados pela “coisa pública”, através de mandatos políticos nos entes federativos. Assim, a narrativa discursiva do periódico ⁸O *Mossoroense* noticiou sobre o AI-5:

Pode ser que o AI-5 esteja agonizante. Pode ser que seja substituído por sinônimos. Vale lembrar o que sobre ele diz o senador e professor de Direito Constitucional, escritor e acadêmico Afonso Arinos. “O Ato 5 é a mais violenta manifestação ditatorial da História do Brasil”. Falou.

Na década de vigência do AI-5, o quarto presidente do regime militar, Ernesto Geisel, paulatinamente, “acendeu a tocha” da distensão política no País. Importante destacar, que os megaempreendimentos (ponte Rio-Niterói e a inacabada Rodovia Transamazônica) obras públicas edificadas nos mandatos presidenciais dos militares, classificadas como “obras faraônicas”, não propôs o mesmo gigantismo e celeridade no processo de abertura política ao Estado Democrático de Direito. Em vista disso, o povo brasileiro sendo desvalorizado e lesado no dilema (expectativa *versus* realidade), que nem sempre se completam.

No longo período da ditadura militar brasileira, a população tomou conhecimento sempre a posteriori das elétricas tratativas que redundaram no AI-5 de 13 de dezembro de 1968 e do clima tenso que preparou a demissão do então ministro do Exército, general Silvio Frota, em 12 de outubro de 1977, suposto conspirador contra a abertura política gradual encaminhada pelo presidente Ernesto Geisel (Santos, 2017, p.15)

A ala dos militares chamada de *linha dura*, em meados da década de 1970, cuja plataforma de governo, já apontava claros sinais de definhamento político, desgaste socioeconômico (apesar do “milagre econômico”, mas sem inclusão social) e com perspectivas de distensão política, abrindo espaço nas instâncias do poder e na sociedade civil para o processo de democratização. O historiador Marcos Napolitano (2015, p. 23) afirma: “A partir de 1978, o regime construiu uma agenda de transição oficial que passou pela supressão do AI-5, pela anistia oficial, pela

reforma partidária e, finalmente, pela eleição direta dos governadores estaduais, em 1982”.⁶⁴ Desse modo, a história se constrói e reconstrói-se sob novas bases de apoio na tomada, retomada e manutenção do poder político nas instituições públicas do Estado. Nessa linha de raciocínio, a historiadora Vânia Maria Cury (2023, p. 34) afirma:

Talvez a abertura “lenta, gradual e segura” proposta pelo regime possa ser pensada justamente como uma tentativa de barrar o adensamento das insatisfações populares – sobejamente justificadas pelos indicadores socioeconômicos cada vez mais graves e ameaçadores.

À medida que se aproximava das eleições indiretas para presidente da República marcadas para o dia 15 de novembro de 1978, intensificava-se por parte de setores do governo militar, discursos favoráveis pelo fim do AI-5 e a sinalização de abertura política. A dinâmica histórica da transição democrática brasileira, a partir de 1978 (fim do AI-5), a escolha do novo comandante do governo Central, que se desenhava na gestão de rodízio dos militares, indicava a iminente discussão e aprovação da Lei de Anistia, favorecendo a volta dos exilados à pátria, possibilitando uma nova configuração político-partidária para as futuras eleições do País, ainda sob a tutela dos militares. O editorial de ⁹*O Mossoroense* noticiou em matéria de capa “[...] Sem anistia, um novo governo sem credibilidade”. Conforme o entendimento do jornalista e escritor ítalo-brasileiro, Elio Gaspari (2016, p. 51)⁶⁵, o presidente Figueiredo:

Figueiredo surpreendia o país e até mesmo pessoas que o conheciam pela convivência palaciana. Desempenhava dois papéis, o do chefe político destinado a prosseguir uma abertura política que não formulara, mas na qual acreditava, e o do chefe militar formado no Planalto e no SNI durante o governo de dois presidentes amparados pela força do AI-5, que ia embora.

Na conjuntura dos acontecimentos ao longo do Regime Militar brasileiro, as perspectivas democráticas começaram a florescer, ainda que lentamente. Em 1978, a desenvoltura política pela escolha de um novo presidente do ciclo militar nacional e o fim da vigência do AI-5, braço forte dos militares. O general João Baptista Figueiredo (1979-1985), foio escolhido para a sucessão presidencial, que teve como vice-presidente, o político mineiro Aureliano Chaves.

⁶⁴ NAPOLITANO, Marcos. **Recordar é vencer**: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*: V. 8, n. 15 esp., p. 9–44, nov. 2015.

⁶⁵ GASPAR, Elio. **A ditadura acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

Com o fim do AI-5, acende uma luz no túnel da ditadura com a aprovação da Lei nº 6.683/79 ou Lei de Anistia, favorecendo a volta dos exilados à pátria. A concessão de anistia foi concedida em diferentes contextos históricos no Brasil. Autoridades nacionais, como D. Pedro I, D. Pedro II, Hermes da Fonseca, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek (rebeliões de Jacareacanga e Aragarças) fizeram uso do instituto da Anistia, consistindo no (perdão) dado a pessoas (individuais ou coletivas), cujo comportamento e posicionamento político, vistos como hostis aos interesses do governo, leva-os a responder pelos atos, considerados crimes pela legislação vigente. A anistia produz efeitos *ex tunc*, isto é, (para o passado), porém, os militares da “linha dura” não eram favoráveis à concessão de Anistia.

Ao longo de seus cinco anos com a faixa presidencial, Ernesto Geisel viu uma economia pujante e um regime prestigiado se transformar em algo contestado e em vias de ruir. Com medo de ver o regime perder autoridade, ou mesmo cair, buscou uma descompressão política que permitisse algum tipo de expressão da sociedade, contanto que a transição fosse mantida sob controle militar. Entre fluxos e refluxos, tocou sua abertura torta, deixando para o sucessor, Figueiredo, a tarefa de encerrar a ditadura (Vizeu, 2019, p. 230)⁶⁶.

Desse modo, inicia-se o processo de “abertura política” com o tripé: *lenta, gradual e segura*. Tendo como intuito devolver a democracia ao povo brasileiro. Mas, será que foi segura mesmo? Os fatos comprovam o contrário. Houve vários atentados à bomba no País. Conforme o pensamento do historiador cearense Farias (2024, p. 28) “[...] os atentados terroristas feitos por grupos de extrema-direita, no contexto da distensão da ditadura, nunca foram devidamente apurados, ficando impunes. Os documentos oficiais são escassos”.⁶⁷ A redação do jornal ¹⁰O Mossoroense noticiou na coluna COTA ZERO, sobre o tema: crime.

Os nazifascistas reunidos no Brasil em volta de movimentos terroristas de direita chamados de “caça aos comunistas”, cometeram mais um grande crime. Colocaram uma bomba na matriz de Nova Iguaçu, destruindo o altar-mor onde se encontrava o Santíssimo Sacramento e centenas de hóstias consagradas. Deixaram manifestos com ofensas ao grande bispo Dom Adriano Hipólito e ao povo cristão. Aposto como todo o grande aparelho de segurança e repressão não encontrará os criminosos. Ele nunca pôs as mãos em nenhum criminoso de direita, nenhum fascista. Toda a blasfêmia,

⁶⁶ VIZEU, Rodrigo. **Os presidentes**: a história dos que mandaram e desmandaram no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro/ Rodrigo Vizeu. — Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2019.

⁶⁷ FARIAS, Airton de. **Explosões conservadoras**: atentados de extrema-direita na abertura da ditadura civil-militar / Airton de Farias. — Fortaleza: Expressão gráfica e Editora, 2024.

todo o sacrilégio, às vésperas do Natal e às vésperas da visita ao Brasil do Papa João Paulo II.

Portanto, a escalada de atentados e violência no processo de abertura política, tornaram-se realidade em vários estados da Federação, objetivando atingir diferentes alvos, não respeitando sequer os “espaços sagrados” no território do País, eminentemente cristão, há séculos. O espaço urbano nas médias e grandes cidades não garantiam harmonia duradoura, pois testemunhavam tensões e desequilíbrios por diferentes interesses e motivações. Atentados que se constituíram, declarada represália ao processo de abertura política. De acordo com o historiador Gonçalves (2021)⁶⁸ assevera:

[...]a escalada de violência foi intensa entre 1978 e 1981, com 51 atentados contra órgãos de imprensa, livrarias, e instituições diversas, tendo como alvos o Movimento Anticomunista (MAC), o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e o Grupo Anticomunista (GAC).

O anticomunismo, constituiu-se a bandeira de luta da política do governo nacional e de setores da sociedade, representado pelos generais-presidentes. A extrema-direita enxergava comunismo em tudo (retórica anticomunista), uma espécie de paranoia. Entendemos que oposição democrática e legítima é diferente da divulgação de ideias e tentativas de implantação de regime ou partido com ideologia declaradamente comunista. O autor supracitado, argumenta:

A recorrente “ameaça vermelha” continuava sendo um ponto de inflexão para a transição democrática, segundo o itinerário proposto pela ditadura. A constatação de uma parcela dos militares, especialmente os infiltrados na comunidade de segurança, de que os comunistas continuavam fortemente organizados no país e utilizavam tanto o MDB quanto a CNBB, bem como o movimento estudantil e sindical, para prosseguir com o seu projeto de tomada do poder nas terras brasileiras seguia movendo o debate e as ações desses setores.⁶⁹

A narrativa jornalística do periódico *O¹¹ Mossoroense* na coluna Cota Zero, assinada pelo jornalista Dorian Jorge Freire, publicou uma chamada de notícias sobre setores da DIREITA brasileira na conjuntura dos acontecimentos da abertura política no País, que oscilava entre paz social e tensão política.

⁶⁸ GONÇALVES, 2021, p. 67.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 61.

“Segmentos da direita não estão suportando a abertura preconizada e implantada pelo presidente Figueiredo, porque não querem perder privilégios e posições” – senador Jarbas Passarinho, líder do governo no Senado. “Quando se trata de atentados praticados pela esquerda, o governo revela eficiência admirável, mas quando a identificação se volta para a direita, os dias se passam...” – senador Paulo Brossard, líder do PMDB no Senado”.

Por esse prisma, ¹²O *Mossoroense*, noticiou sobre esse “estado de coisas” e violência no processo de redemocratização brasileira. Nesse País, desde o período colonial, inúmeras conquistas populares por direitos básicos (justiça, liberdade, igualdade, trabalho e dignidade humana), indiscutivelmente, foram alcançados, sob intensos conflitos (“derramamento de sangue”), debates políticos e judiciais etc.

A direita fascista continua desafiando o presidente Figueiredo e os brios do Brasil. O seu terrorismo continua atacando livrarias, bancas de jornais, entidades e jornalistas. Os fascistas odeiam qualquer coisa que cheirem a cultura. O pior é que o governo até esta data não pôs as suas mãos em nenhum criminoso. O terrorismo da direita (tão execrável quanto o terrorismo da esquerda) continua impune. E a impunidade está a encorajá-los para novos crimes e mais banditismo.

Em períodos de autoritarismos exacerbados, tornou-se repetitiva a estratégia militar de sufocar e silenciar o pensamento dos oponentes ao regime, como aqueles realizados no violento ataque à matriz católica, livrarias, jornais etc. No tocante à análise discursiva dos acontecimentos do processo de abertura política, o jornal ¹³O *Mossoroense* na coluna Cota Zero noticiou a opinião de um historiador britânico sobre as narrativas e o posicionamento dos militares, referindo-se à lenta transição democrática brasileira.

O historiador inglês Leslie Bethel, professor da Universidade de Londres, que esteve em Salvador, declarou-se pessimista com relação às perspectivas de mudanças efetivas no regime brasileiro, especialmente “porque o sistema de poder está forte e exerce um controle real da situação”. Destacando a forma lenta como vem sendo conduzido o processo de abertura, Bethel disse que a falta de unidade e de um programa claro de oposição contribuem para “anuviar o quadro”. A confusão, segundo o inglês, é “grandemente estimulada pelo governo.

Porém, a imprensa nacional noticiou o que era esperado, apesar das inúmeras formas de resistência da população, segundo a retórica militar (“ação típica dos *subversivos*”). Através de músicas, uso de faixas, cartazes e pichações (abaixo a ditadura, fora ditadura ou ditadura assassina) tornaram-se contínuas na paisagem urbana. Os muros prediais e dos viadutos nas médias e grandes cidades, servem no

campo das experiências individuais e coletivas, como “outdoors”, espaços abertos favoráveis a declarações e insatisfações do povo, sobretudo, o grito dos excluídos, reveladores dos sentimentos dos esquecidos da “pátria mãe gentil”.

As discussões sobre o processo de dissolução do modelo governamental dos militares, vão se tornando evidentes nas narrativas do jornal *O Mossoroense*, em decorrência das medidas tomadas pelos militares, porém, com resistência de alguns setores políticos, representado pela Lei Falcão, pelo “pacote de abril” e pela escolha de “senadores biônicos”, além da amarga censura aos meios de comunicação. O editorial do jornal ¹⁴*O Mossoroense* na coluna Momento Político, Dorian Jorge Freire ironiza:

A democracia autêntica (e não a democradura, que é a atual mistura de democracia com ditadura) a gente só conquistará com muita decisão, muita lucidez, muito bom senso. É preciso que aquele grito demagógico de Café Filho do “lembrai-vos de 37”, gremos o “lembrai-vos de 68”. Mas que não haja provocações inúteis. Que não se faça esquerda festiva. Que não se brinque com coisa séria. Teremos sempre a democracia que merecermos e que soubermos conquistar.

O cronista utiliza o termo “democradura” — uma junção paradoxal entre dois sistemas antagônicos, a democracia e a ditadura — para caracterizar o contexto da transição política brasileira. Trata-se de uma contradição evidente na estratégia e nas intenções políticas dos militares: ao mesmo tempo em que propunham a abertura democrática, censuravam a imprensa e mantinham o controle sobre o sistema eleitoral. Essa combinação antagônica revela a forma contraditória de condução do poder e da organização do Estado. A palavra (democradura) usada pelo cronista, consiste em uma análise própria apresentada no periódico *O Mossoroense*. Revela a habilidade e criatividade do autor sobre a compreensão política percebida nas redações jornalísticas.

O cronista também intensifica o uso do advérbio “muito”, atribuindo-lhe caráter de ênfase e urgência na luta pela conquista legítima da democracia. As notícias jornalísticas apontavam para o fim do aparelho repressivo, especialmente aquele instrumentalizado pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5). A redação do jornal ¹⁵*O Mossoroense*, por meio da coluna de Félix de Athayde, noticiou – Contra o pessimismo:

[...] A abertura gradual e lenta é de orientação burocrática, e não é boa política. O governo erra em protelar a abertura. O ministro da justiça, sendo, cheio de azebres, cruza os braços diante dos restos do autoritarismo, está contribuindo para poluir o oxigênio da atmosfera política.

Observa-se, nitidamente, que o tripé geiselista *“lenta, gradual e segura”* de abertura política, processou-se literalmente devagar, ou seja, no ritmo dos militares, visto acontecer eleições diretas para prefeito municipal e governador estadual somente em 1982, já durante o mandato de João Baptista Figueiredo (escolhido de forma indireta pelo ciclo militar) e, posteriormente, eleições indiretas para a escolha do novo presidente da República em 1985. Conquista democrática, que somente se concretizou nas eleições presidenciais de 1989, pelo voto popular, na vigência da nova Carta constitucional. O presidente brasileiro Ernesto Geisel em entrevista no México, apresentou declaração auto afirmativa: [...] que o seu sucessor, general Figueiredo, deverá levar o país a evoluir ainda mais. ¹⁶“Procurará, assim como eu procurei e estou procurando, aprimorar a democracia no Brasil”.

Geisel não pretendia assinar uma anistia e acreditava que seu sucessor deveria concedê-la por partes. Golbery informava que “quem vai dar o bombom é o Figueiredo”. Figueiredo, por sua vez, aceitava a ideia, mas não queria tratar do assunto antes da eleição. Era a calibragem do tempo (Gaspari, 2016, p. 55).

A estratégia da distensão foi formulada pelo presidente Ernesto Geisel e pelo general Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil da Presidência e um dos principais teóricos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) no Brasil. Percebe-se, com clareza, na declaração sarcástica de Golbery na citação supra, que os militares tinham um projeto de poder, em detrimento de um verdadeiro projeto de nação. Na visão das elites militares brasileiras, o general — articulador do Golpe de 1964 e sistematizador do regime de exceção — usufruiu das mordomias e privilégios da chamada “revolução” e, sobretudo, não sofreu qualquer dano pessoal, profissional ou familiar. Assim, a anistia seria, para ele, um “bombom” — uma metáfora de doçura e suavidade — concedido aos beneficiários do instrumento legal de reparação da cidadania.

Sabe-se que os militares zombavam dos hábitos de higiene dos brasileiros ao mesmo tempo em que cerceavam as liberdades civis, detinham o poder político-econômico e mantinham vigilância constante sobre a sociedade. O discurso de “aprimorar a democracia”, segundo as diretrizes e a lógica política dos militares, serviu para justificar o rígido controle do processo de transição democrática até seus últimos desdobramentos — inclusive com o prolongamento do mandato presidencial de João Baptista Figueiredo por seis anos.

Na análise do historiador Carlos Fico (2015), a Lei da Anistia teve como significado e finalidade:

Essa anistia, aprovada em 1979, se tornaria a principal cláusula da transição para a democracia. Pode-se dizer que ela resultou de uma negociação entre as elites políticas que, de algum modo, estabeleceu um pacto marcado pela conciliação que resultou na impunidade dos militares.⁷⁰

Os discursos com um tom de mudanças pela volta da democracia se intensificaram, porém, dentro da lógica estratégica dos generais ao “esticar a corda” do período de domínio nas instituições do País, retardando as eleições diretas para o principal cargo do executivo nacional. Visto que, os militares temiam, após a abertura política, um futuro revanchismo àqueles que apoiaram (militares ou civis) o governo dos generais. Possível revanchismo motivado pelo fracasso (político, econômico e insatisfação social) deixado pelo poder dos militares, como anistiar os agentes repressivos do Estado, crise econômica aguda (economia de guerra) com o tripé (recessão, inflação e desemprego), desigualdades sociais gritantes, eleição indireta para a sucessão presidencial etc. Conjuntura nacional de ressignificação no *modus operandi* da política e dos partidos, através da “militância democrática”. O periódico ¹⁷O Mossoroense em discussão noticiou: Marechal quer “uma democracia”.

No cenário político nacional e no plano das discussões sobre as urgentes demandas não resolvidas pelo sistema político vigente no Brasil. Diante dos indicadores econômicos e das mazelas sociais vividas pelo povo brasileiro. Falar em democracia, liberdades civis e retomada do crescimento econômico no País, soava como possibilidade de solução para minimizar ou superar as feridas e cicatrizes produzidas pela ditadura no Brasil. ¹⁸O *Mossoroense*, noticiou a declaração do arenista João Baptista Figueiredo sobre o AI-5.

“Ninguém está satisfeito com esse regime, mesmo os mais radicais. Se se quer acabar com o AI-5, então é chamar os juristas, estudar, discutir e definir as fórmulas adequadas para dar ao regime os necessários mais de defesa e, ao mesmo tempo, garantir a liberdade do cidadão”. Palavras do general João Baptista Figueiredo, em entrevista à “Veja”. (...) Vamos anotar e guardar na memória.

É importante destacar que João Baptista de Oliveira Figueiredo, 30º presidente da República, quinto e último do rodízio militar brasileiro, um ano depois,

⁷⁰ FICO, ref. 22, p. 96.

no seu discurso de posse proferido em (15 de março de 1979), deixou evidente que “[...] o plano ali era uma democracia e uma abertura pensada e guiada pelas Forças Armadas”.⁷¹ Porém, a imprensa internacional não se declarou otimista com a escolha de Figueiredo pelos militares para ocupar a posição de presidente do Brasil. Diversos jornais do exterior posicionaram-se de forma irônica e cética a respeito da eleição indireta do novo presidente brasileiro.¹⁹ *O Mossoroense* destacou:

Os jornais europeus receberam a escolha do general Figueiredo com ironia e ceticismo. “(...)” fala que o eleito já estava há muito escolhido e dificilmente redemocratizará o país. “Foi uma eleição inútil”, declara. Já o “Martin de Paris” lembra que o “novo presidente não está acima de qualquer suspeita”, o caso das denúncias do general Hugo Abreu. “Liberation” lembra a frase sobre cheiro de povo e cheiro de cavalo. “Le Monde” diz que no Brasil primeiro se elege o presidente e só depois se realiza a campanha eleitoral. “La Stampa” de Turim diz que Figueiredo herda 14 anos de ditadura. O jornal Mexicano “Uno mas Uno” diz que nada mudará. O suíço “24 horas” lamenta a ausência de participação do povo”.

De certo, “Os militares desejavam que, mesmo com o fim do regime dos quartéis, fossem mantidas as estruturas de serviços de inteligência e segurança nacional idealizadas por eles”.⁷² A abertura política vertical, pensada de cima para baixo, decisões repetitivas na história brasileira, através do tempo. Segundo o historiador e cientista político brasileiro Boris Fausto (2012, p. 270), o autor argumenta:

[...]Na prática, a liberalização do regime, chamada a princípio de distensão, seguiu um caminho difícil, cheio de pequenos avanços e recuos. Isso se deveu a vários fatores. De um lado, Geisel sofria pressões da linha dura, que mantinha muito de sua força. De outro, ele mesmo desejava controlar a abertura, no caminho de uma indefinida democracia conservadora, evitando que a oposição chegasse muito cedo ao poder. Assim, a abertura foi lenta, gradual e insegura, pois a linha dura se manteve como uma contínua ameaça de retrocesso até o fim do governo Figueiredo.

Nesse sentido, dialogando com a música, ao som de “O bêbado e o equilibrista”, de Aldir Blanc e João Bosco, foram recebidos com festa em aeroportos gente como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Fernando Gabeira e Herbert de Souza (Vizeu, 2019, p. 236). “[...] *Que sonha com a volta do irmão do Henfil com tanta gente que partiu, num rabo de foguete. Chora a nossa Pátria mãe gentil, choram Marias e Clarisses no solo do Brasil*”. A linda canção, eternizada na voz de Elis Regina com um tom melancólico e indignação, cuja expressão poética tornou-se o

⁷¹ VIZEU, ref. 63, p. 233.

⁷² *Ibid.*, p. 233.

“Hino da Anistia”, nos anos finais da Ditadura Militar, transmitindo saudosismo e acolhida aos exilados pela volta à pátria, as famílias e a normalidade cidadã. Vozes que foram silenciadas e perseguidas pelo regime das três armas brasileiras. Nessa perspectiva, conforme argumenta Farias (2024), diversos setores da sociedade se mobilizaram em prol da abertura política.

A chamada grande imprensa e diversos outros atores sociais, instituições e entidades de classe, a exemplo de estudantes, trabalhadores, Igreja Católica e Ordem dos Advogados (OAB), compuseram uma frente, a partir da segunda metade dos anos 70, em prol da redemocratização do País.⁷³

As mobilizações de setores heterogêneos da sociedade civil organizada: representações de expressivas instituições da Imprensa (apesar da censura), Igreja Católica, profissionais liberais e lideranças políticas, sindicais, religiosas e movimentos estudantis (Imprensa, CNBB, OAB, UNE), não se omitiram na contínua luta pelo fim do estado autoritário no Brasil e, naturalmente, pela defesa das liberdades e direitos individuais e coletivos do povo brasileiro. A redação do jornal

²⁰O Mossoroense republicou uma manchete da “Folha de S. Paulo”, com o título: Se o governo não sabe...

Nos regimes democráticos é previsto o rodízio no governo através do voto popular, quer dizer, sempre que um governo se mostra incapaz de resolver os problemas nacionais, o povo, na sua imensa sabedoria, troca de governantes, elege outros homens e espera resultados. Não conseguindo os eleitos resolver nada também troca novamente, e assim é feito o rodízio que caracteriza a democracia. Mas no regime em que vivemos o povo nada pode fazer além de sofrer na própria carne a incúria e o despreparo dos que o governam.

Importante ressaltar a relevância do posicionamento da Igreja Católica Apostólica Romana no processo de “abertura política”. Trata-se de uma instituição religiosa cristã, milenar, transnacional e politizada, com forte presença no Brasil desde a chegada dos primeiros padres jesuítas, em 1500. A Igreja exerceu significativa influência política, considerando que “a trajetória da Igreja Católica é inseparável da história da sociedade e da política dos países que formam o subcontinente latino-americano”.⁷⁴

Embora setores do catolicismo tenham apoiado, inicialmente, o golpe de 1964, a posição da Igreja evoluiu. Na clássica obra *Brasil: Nunca Mais*, prefaciada por Dom Paulo Evaristo Arns — arcebispo de São Paulo nas décadas de 1960 e

⁷³ FARIAS, ref. 67, p. 20.

⁷⁴ CANCIAN, ref. 60, p. 100.

1970 —, registra-se: “[...] a Igreja Católica, especialmente sua hierarquia, que se une à agitação contra o governo, amparada pela grande imprensa, e enseja as célebres 'marchas da família, com Deus, pela liberdade'" (Brasil, 1985, p. 59).

A referida obra tornou-se, conforme destaca Marcos Napolitano (2015) “[...] um marco central na produção de uma memória do terror de Estado e na sistematização do sentido histórico contido no embate entre os grupos de oposição ilegais ou clandestinos e as forças de segurança”.⁷⁵

A Igreja Católica, como liderança religiosa e social, sobrepôs-se a outros grupos religiosos atuantes no Brasil, como os protestantes, religiões de matriz africana e asiáticas, sendo a religião majoritária no Brasil ao longo da história brasileira e, em particular, no período histórico entre 1964 e 1985. Esse protagonismo foi sustentado por sua estrutura organizacional e institucional: templos espalhados pelo país, lideranças religiosas influentes, grande número de fiéis (sacerdotes e leigos), além de forte presença nos meios de comunicação (jornais, revistas, rádio e TV), universidades, editoras, escolas e seminários. Nesse contexto, a Igreja tornou-se uma voz crítica e oposicionista à permanência do regime militar.

Nessa perspectiva, o periódico ²¹*O Mossoroense*, na coluna *Hora H*, noticiou:

A Igreja Católica se pronunciou oficialmente, através de sua CNBB pelo fim do arbítrio no Brasil, contra a nova e a velha Lei de Segurança Nacional pela anistia ampla e irrestrita que beneficie todos os preços [sic] processados, demitidos, exilados e banidos, pelo fim da censura à imprensa, rádio e televisão. A Igreja advoga a imediata instauração do Estado de Direito.

O editorial do jornal ²²*O Mossoroense*, noticiou - Na história do Brasil, 10 anos de repressão à Igreja. Setores da Igreja, que ora, apoiou o golpe civil-militar em 1964, porém, sentiu os efeitos arbitrários do regime, hasteou a bandeira da resistência em prol da abertura política, as liberdades civis e os direitos humanos.

Um impressionante documento, agora divulgado, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação compilou os acontecimentos mais gritantes ocorridos nos últimos anos no Brasil, envolvendo a “repressão na Igreja no Brasil, reflexo de uma situação de opressão (1968 a 1978)”, são registrados os ataques difamatórios, as invasões de igrejas, de sedes de bispados, cúria, CNBB, residências, movimentos, Universidades. As prisões de padres, religiosos, seminaristas e leigos, detenções e bispos. As torturas, as mortes, as ameaças, expulsões, banimentos e censura.

⁷⁵ NAPOLITANO, ref. 64, p. 24.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em 1952, tendo como um dos principais fundadores o bispo Dom Hélder Câmara “[...] quando dou comida aos pobres, me chamam de santo. Quando pergunto por que eles são pobres, chamam-me de comunista” (Dom Helder Câmara - 1964). Ações pastorais e obras sociais direcionadas às pessoas sob condição de segregação social. Constitui-se como forte defensor dos direitos humanos no período dos governos militares (1964-1985). Verifica-se, claramente, conflitos de interesses na relação Estado-Igreja. A redação do jornal ²³*O Mossoroense*, noticiou sobre ELEIÇÕES:

A Igreja quer conscientizar os fiéis para que, em massa, compareçam às urnas e votem nos candidatos comprometidos com as causas dos mais pobres. A CNBB vai estimular as dioceses de suas 14 regiões a reeditarem cartilhas que ajudem na conscientização do povo. As cartilhas defenderão: direitos da pessoa humana; bem comum para todos; participação ativa em todas as atividades; liberdade: fim dos estatutos do arbítrio. Condenará: abortos e limitação de filhos, concentração de rendas, censura à imprensa, multinacionais.

Conforme mencionado anteriormente, a linha editorial do jornal *O Mossoroense* não noticiou significativas narrativas sobre o posicionamento dos protestantes (ramificação cristã) concernente à problemática da ditadura, salvo declarações isoladas como a do pastor luterano sobre a anistia. Talvez, pela inexpressividade política e midiática do segmento cristão ou por opção da redação do jornal. Visto que, sem significativa representatividade parlamentar no cenário político nacional, naturalmente, ficando ausentes ou anônimos nas discussões políticas do Brasil. Do ponto de vista político, midiático e religioso, comparando com a conjuntura político-religiosa atual, o cenário era outro. O editorial de ²⁴*O Mossoroense* trouxe a notícia na coluna Cota Zero, assinada por Dorian Jorge Freire e Luís Fausto M. F. de Andrade:

[...] O presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, pastor Augusto Ernesto Kunter, pediu a ampliação da anistia a ser concedida pelo governo. “O evangelho não faz discriminação: todos são iguais perante Deus. Além disso, temos de considerar a duplicidade do problema da anistia, pois tanto podem ser considerados culpados os que deverão recebê-la como os que torturaram e mataram”. O pastor luterano também pediu a legalização do Partido Comunista Brasileiro.

Os protestantes tentaram se estabelecer no Brasil desde as invasões francesas (1555) e holandesas (1624–1654). No entanto, foi a partir de 1824, com a chegada dos primeiros imigrantes alemães de confissão luterana — uma ramificação

do cristianismo protestante — que se fixaram no centro-sul do país, onde consolidou-se uma presença mais duradoura. Com o crescimento do número de fiéis, sobretudo ao longo do século XX, esse grupo passou a exercer uma influência política discreta, especialmente em âmbito regional, concentrada no Sul do Brasil. O protestantismo, inclusive, foi o berço religioso do presidente Ernesto Geisel, de confissão luterana.

Do ponto de vista político, observa-se que os luteranos apresentaram um posicionamento ambivalente ao longo do regime militar: ora declarando apoio ao governo, ora representando um segmento crítico, com manifestações de resistência. Essa dualidade ficou evidente, por exemplo, na atuação de líderes religiosos que defenderam a ampliação isonômica da Lei da Anistia e a normalização da atuação política do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A linha editorial de ²⁵O *Mossoroense* noticiou na coluna Cota Zero, sobre o posicionamento de outra instituição relevante na organização da justiça social no País e a sua defesa pela anistia. Trata-se da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entidade de natureza jurídica, *sine qua non* à administração da justiça, indispensável para a solução pacífica dos conflitos e das demandas existentes entre Estado e sociedade, posicionou-se pelo fim das arbitrariedades do Estado, visto ter sido cerceada nos períodos sombrios da ditadura e sofrido ataques terrorista em sua sede e em escritórios de advocacia durante o processo de abertura política, mobilizou-se através da organização de eventos, contrária ao regime de exceção, declarando-se e mobilizando-se favorável a reconstrução democrática brasileira.

[...] O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Eduardo Seabra Fagundes pediu ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana que o órgão apure as denúncias de existências de locais de tortura. Segundo o presidente da OAB, com a abertura não houve a desmobilização dos aparatos de torturas em todo país. Também o SNI continua funcionando a pleno vapor. A abertura ainda não fechou o submundo da violência. Eis o dramático problema.

A abertura lenta e gradual, naturalmente, não desmontou, imediatamente, a estrutura coercitiva de violência e horror usadas contra os opositores dos ardis políticos e da agressividade do governo. Além da Igreja Católica e da OAB, outra instituição, como representação de classe, reacendeu o ânimo e pleiteou pelo fim do regime militar e a volta da normalidade democrática. O editorial de ²⁶O *Mossoroense* na coluna Cota Zero, noticiou sobre outra entidade perseguida e rapidamente

fechada pelo regime militar, a União Nacional dos Estudantes (UNE). Instituição, representante dos estudantes brasileiro.

A UNE renasceu na Bahia, após 11 anos de silêncio forçado. Caberá ao governo do general Figueiredo, agora, reconhecer, a realidade e aceitar, com bom senso, conviver com ela. A UNE, como órgão máximo do estudante brasileiro, tem um grande papel a continuar cumprindo, sem agitações inaceitáveis, sem preconceitos, voltada para o estudante e para o futuro. O reitor Diógenes da Cunha Lima explicou ser favorável a reorganização da UNE e a um diálogo aberto com os estudantes de acordo com as garantias constitucionais. Assim é que se fala.

A instituição estudantil que foi extinta durante o comando das Forças Armadas até a abertura política em 1979. O reitor declara apoio ao renascimento da UNE, visto ser uma instituição imprescindível para as novas e as futuras gerações de estudantes, porém, devia conter as agitações descontroladas e ilegais, prática incompatível com a democracia e a civilidade.

²⁷O Mossoroense na coluna Cota Zero noticiou sobre a insistente censura às produções culturais musicais, composições que transmitiam duras críticas ao regime militar, na voz de uma multidão como despedida às vítimas das atrocidades da força policial aplicada contra o jornalista e o metalúrgico em São Paulo. Enquanto a narrativa oficial do governo classificou como suicídio a morte do jornalista Vladimir Herzog, a análise dos fatos corrobora com a divulgação feita pela imprensa, que foicrime cometido pela força policial, constituindo-se um atentado à vida humana, sem a mínima chance de autodefesa.

[...] A censura continua, o que quer dizer que a abertura é meia fechadura. A música “Para não dizer que não falei de flores”, de Geraldo Vandré, continua proibida. Está proibida há 10 anos, informa a Polícia Federal, que agora está apreendendo discos. A música foi cantada pela multidão de São Paulo, duas vezes: nos enterros dos assassinados Vladimir Herzog (jornalista) e Santos (metalúrgico).

Segue o colunista usando um tom ora ameno, ora áspero sobre a política institucional dos generais presidentes. O autor da matéria, reafirma que “chegou o momento de lutar a nação por novas conquistas democráticas”. Destacam-se a anistia, o pluripartidarismo, eleições diretas, entre outras. Finda a vigência e a validade do AI-5, instrumento autoritário, ultrajante e nocivo na história da república brasileira. Nas palavras de Nelson Werneck Sodré (1999) “[...] só existe imprensa livre quando o povo é livre; imprensa independente, em nação independente – e não

há nação verdadeiramente independente em que o seu povo não seja livre”.⁷⁶ Visto que, a censura afasta as criações e produções artísticas do povo. A redação do jornal ²⁸O Mossoroense assinada pelo jornalista Dorian Jorge Freire noticiou enfaticamente sobre a abertura e a anistia. Os Jornais em Revista:

“Os rigores da ditadura foram abrandados com a “abertura”. Ele colocou a palavra abertura entre aspas e, em seguida, chama de parcial a anistia “decretada pelo regime”. (Paulo Linhares na Gazeta do Oeste, republicado por Dorian Jorge Freire no O Mossoroense)”.

Sabemos que, na conjuntura histórica — seja em âmbito global, nacional, regional ou local —, enquanto expressão da dinâmica social, o encerramento de um ciclo e o surgimento de um novo modelo de sociedade pautado em valores democráticos, convive frequentemente com paradigmas e resquícios do modelo anterior. Essa lenta catarse histórica, manifesta-se sob diversos aspectos (políticos, econômicos, culturais etc.), constituindo-se como obstáculos às transformações e ao avanço das relações sociais e do convívio humano necessários ao desenvolvimento da nação. Pois, historicamente, inexiste ruptura instantânea, imediata do sistema dominante, sem que os atores responsáveis pelas mudanças consigam afastar-se repentinamente da presença do passado ou de práticas da velha ordem política e social.

É importante reconhecer que muitos dos avanços significativos na história brasileira, quando comparados a outras nações ocidentais (Europa e América), ocorreram de forma tardia. São exemplos emblemáticos: a ruptura política com a Coroa Portuguesa, ou seja, a Independência em 1822; a Abolição da Escravidão em 1888; a Proclamação da República em 1889 etc.

No processo de abertura política, por exemplo, o cargo de Presidente da República — principal posto do Poder Executivo nacional — ocupado pelo general João Baptista Figueiredo com duração de seis anos (1979-1985), sucedido por um civil, mas não por meio de eleição direta. Tancredo Neves, político mineiro, foi eleito pelo Colégio Eleitoral, ainda sob a lógica do regime militar, falecendo antes de tomar posse. Com isso, o vice-presidente, o maranhense José Sarney, inicialmente filiado ao PDS (partido de sustentação da ditadura), assumiu a Presidência pelo PMDB. Coube a ele, viabilizar soluções das urgentes demandas políticas, econômicas e sociais, no processo de redemocratização do Brasil.

⁷⁶ SODRÉ, ref. 52, p. 8.

Uma das prioridades de seu governo foi a convocação de uma Assembleia Constituinte, proposta já defendida anteriormente por Ulysses Guimarães (PMDB), com o objetivo de aprovar uma nova Constituição para o País — a sétima Carta Magna da história brasileira (1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967/69 e 1988), sendo esta última, a Carta Cidadã vigente. O historiador Roberto Sousa Santos afirma:

A redemocratização pode ser entendida como o período final do regime militar, que nesse caso era governado pelo general João Figueiredo (1918-1999) e os governos democráticos que o seguiram até o momento. Os projetos de abertura política conduzidos por Ernesto Geisel (1907-1996) e Figueiredo culminaram em 1985 com a eleição do primeiro presidente civil eleito por voto indireto, que surge da vontade e reivindicação da sociedade brasileira (Santos, 2011, p. 136).

Sabemos que os principais líderes políticos do período da transição democrática, encerraram a trajetória terrena (falecimento), se aposentaram e, alguns, como o presidente da República atual, Luís Inácio Lula da Silva, cuja projeção pública deu-se nas greves sindicais do ABC Paulista (1979) como instrumentos de lutas, mantém a carreira política, porém, já preparando caminho para novas lideranças petista.

A substituição de um regime de exceção por um modelo fundado no Estado Democrático de Direito, na percepção dessa aliança, não poderia prosseguir se não fosse por meio do seu controle rígido e efetivo sobre os rumos constitucionais do país. O maior perigo vislumbrado por suas lideranças mais expressivas era a ascensão ao poder de um político de esquerda identificado com as demandas populares, capaz de pôr em ação uma administração pública voltada para a ampliação dos direitos trabalhistas e dos benefícios sociais.⁷⁷

Os desdobramentos históricos brasileiro, tomando como parâmetro a ditadura civil-militar, a Constituição de 1967/69 e a rigidez do AI-5, com duração de dez anos, a sociedade brasileira não se livrou imediatamente do rigoroso instrumento e seus efeitos, pois somente após uma década da extinção do Ato Institucional 5, foi promulgada a nova Carta Constitucional. As tomadas de decisões não foram inocentes, precipitadas ou improvisadas, mas, planejada e articulada pela elite política brasileira na formação do novo xadrez político, através da formação dos partidos políticos, o pluripartidarismo. O conteúdo dos textos jornalísticos em

⁷⁷ CURY, ref. 63, p. 9.

discussão, demonstravam o intuito de informar o público leitor como a abertura política indicava a formação de uma nova conjuntura política surgindo no País.

Nessa perspectiva, começa o processo de reorganização partidária, a corrida por alianças, articulações políticas visando as eleições de 1982. Pleito eleitoral que serviu como “mola propulsora” ao movimento das Diretas Já! (1984) e a busca por novas conquistas democráticas na dinâmica política brasileira. A oxigenação da democracia, torna-se realidade no Brasil. Assim, a narrativa jornalística compreendia a abertura política como o caminho aberto para a reativação ou criação de novos partidos políticos.

3.2 O Pluripartidarismo: caminho aberto para novas siglas político-partidárias

O homem é um ser eminentemente social, motivo pelo qual se reúne com seus semelhantes em função de diferentes interesses e motivações, organizando-se por distintas representações, tais como associações, cooperativas, instituições religiosas, entidades sindicais e agremiações políticas, entre outras — todas constituídas como forças vivas da sociedade. Essas instituições apoiam a busca por interesses coletivos, reivindicam novos direitos e lutam pela manutenção ou renovação de conquistas passadas, podendo atuar de forma pacífica, moderada ou, em alguns casos, de caráter radical, ao longo dos séculos.

Entende-se que os partidos políticos constituem um dos principais instrumentos históricos e legais de atuação na esfera pública. Conforme afirmam Silva e Silva (2009, p. 335):

A palavra “política” está estreitamente relacionada à ideia de poder. Segundo Nicolau Maquiavel (1469-1527), o fundador da política como ciência, a política é a arte de conquistar, manter e exercer o poder. Já para Michel Foucault (1926-1984), o poder não se concentra somente no Estado, mas está distribuído por todo o corpo social.

A formação de diferentes siglas político-partidárias teve um progresso na história republicana brasileira, desde a fase final da ditadura-fascista de Vargas, conhecida como Estado Novo (1937-1945). A situação paradoxal do Brasil em decorrência de sua participação no conflito bélico internacional. Posicionamento político contraditório, visto que era governado por um Estado ditatorial, enquanto defendia a democracia no mundo, ao lutar contra o nazifascismo no território

européu. A entrada brasileira nas hostilidades beligerantes internacional, foi determinante, favorecendo o processo de redemocratização com a criação de diversos partidos políticos, dentre eles: a União Democrática Nacional (UDN); o Partido Social Democrático (PSD); o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); o Partido Social Progressista (PSP) e a legalização do Partido Comunista do Brasil (PCB), este último, cassado pelo governo Eurico Gaspar Dutra. Legendas políticas que protagonizaram os processos político-eleitorais através de alianças, divergências e coalizão durante a república populista (1945-1964), período democrático que sofreu ruptura política, constitucional e civil, a partir de 1964. A extinção dos partidos políticos é uma das principais medidas autoritárias, quando os atores sociais, por divergências político-ideológicas, rompem com a democracia e instalam um regime ditatorial. Por definição, os partidos políticos:

Partidos políticos, em essência, são agrupamentos de pessoas que almejam o poder político, seja para conquistar ou para conservar o governo de determinada organização estatal. Para tanto, são formados a partir de um projeto político, a fim de atrair pessoas para a sua implementação. Nesses termos, os partidos políticos apresentam uma motivação ideológica e uma ambição pelo poder (Ortega; Silva, 2020, p. 114).

Nesse sentido, o pluripartidarismo consiste na coexistência de diferentes ideologias, doutrinas políticas, agremiações legítimas presentes nas discussões de interesses da elite, dos trabalhadores e da população, como representações nas instituições e poderes do Estado. Contrapõe-se com a existência, o funcionamento e o predomínio do unipartidarismo presente em determinados contextos históricos europeu, que tomaram o poder, por exemplo: o fascismo (Itália) entre 1922-1943, o nazismo (Alemanha) no período de 1933-1945, entre outros sistemas totalitários ou ditatoriais pelo mundo afora. Enquanto no Brasil, durante o Estado Novo varguista (aboluiu os partidos políticos) e no governo dos militares funcionou o (bipartidarismo). Este último, com o estabelecimento da primazia arenista no governo militar (1964-1979), apesar de permitir o MDB, considerado num primeiro momento, como “partido de fachada”. Todavia, em contínua ascensão, tornando-se protagonista na luta pela redemocratização.

Os partidos políticos constituem-se como legítimos intermediários entre os candidatos previamente escolhidos nas convenções partidárias e o eleitorado. A soberania popular elege o candidato de sua preferência (nem sempre a melhor

opção) filiado e investido pelo partido em busca de aprovação no processo eleitoral. Período de interlocução entre os candidatos e os cidadãos sobre as discussões das problemáticas sociais, econômicas, ambientais etc., existentes no País ou região. Os autores Clovis Gorczewski e Nuria Belloso Martin (2018, p. 10) defendem que:

Cidadania, democracia e participação política são três noções que estão profundamente inter-relacionadas. A forma de governo democrático não pode ser entendida sem participação política e, por sua vez, quem exerce a participação política são os cidadãos. Essa trilogia que pode, à primeira vista, parecer simples traz, em si, uma grande complexidade porque a afirmação de cada uma dessas três categorias é o resultado de lutas e notáveis esforços ao longo da história.

Ser cidadão, portanto, significa ter os seus direitos civis fundamentais garantidos e protegidos pelo ordenamento jurídico do Estado, como: (à vida, à igualdade perante a lei, à propriedade, o trabalho, à liberdade de pensamento e de opinião), em sintonia com os valores de participação política ativa na sociedade. Os direitos de cidadania, tornam-se incompatíveis com a “apatia cidadã” ou posição de mero espectador, frente aos desafios e discussões das demandas vitais da sociedade. O periódico ²⁹*O Mossoroense*, noticiou sobre a abertura política e a redemocratização:

Esperamos o fim de todos os atos de exceção, a começar do AI-5. Esperamos o retorno do habeas corpus. Esperamos a anistia geral, ampla e irrestrita. Esperamos o fim definitivo da censura. Esperamos o fim do bipartidarismo que não convenceu. Esperamos o enterro da Lei Falcão. Esperamos liberdade sindical. O direito de associação dos estudantes. O sagrado respeito à dignidade da pessoa humana. Esperamos eleições para presidente e vice-presidente da República, governadores de Estados, prefeitos das capitais e grandes cidades. Esperamos uma Constituição democrática, asseguradora de um verdadeiro estado de direito. Esperamos um Legislativo forte e um Judiciário autônomo. Numa palavra: esperamos democracia.

Nesse sentido, a linha editorial do jornal *O Mossoroense* no contexto da abertura política brasileira, transição do último regime de exceção do País para o sistema democrático vigente, apesar de enfrentar ataques individuais e de grupos insatisfeitos com a dinâmica democrática brasileira em curso. A redação do jornal ³⁰*O Mossoroense* posicionou-se enfaticamente favorável à democracia.

Uma democracia só se faz com povo. Só se faz com eleição. Toda ideia prorrogacionista é infeliz. Porque rouba ao povo um direito que é seu. Preferível mil vezes, acabar com a inelegibilidade dos prefeitos por mais um período. Ou seja, impedir reeleição. Se o governo quer democratizar o

Brasil, transforme o atual Congresso em Assembleia Constituinte, dê anistia geral e irrestrita, permita a todos se organizarem em partidos de verdade, acabe com o arbítrio. E chame o povo a votar. Democracia é voto na urna.

Na conjuntura dos acontecimentos políticos, a partir de meados da década de 1970, o modelo bipartidário já apresentava sinais de desgaste no governo dos militares, que sentia claramente não ter controle total do processo político. Com o fim do AI-5, a aprovação da Lei de Anistia e a reforma partidária de 1979, emerge a reorganização, reestruturação e ressignificação do sistema partidário brasileiro com a desconstrução da matriz bipartidária (ARENA e MDB), proporcionando significativas mudanças na formação dos partidos no cenário político nacional e subnacional, pautados nos valores democráticos.

Desde a transição que pôs fim ao regime militar em princípios dos anos 1980, o sistema partidário brasileiro passou por um processo de reconfiguração em que é possível identificar pelo menos três momentos. Tal reconfiguração relaciona-se ao sistema partidário brasileiro em geral, implicando mudança de uma lógica bipartidária (anos 1980) para uma lógica multipartidária (anos 1990 em diante), inicialmente fragmentada e depois relativamente estável, bem como uma reconfiguração envolvendo as forças políticas dentro de cada espectro ideológico (Silva, 2016, p. 68, 69).

O editorial de ³¹O Mossoroense noticiou na coluna (**É hora de saber**) - As siglas partidárias. Costumeiramente, no Brasil, à medida que se aproxima os pleitos eleitorais, criam-se e aprova-se leis na seara política, envolvendo o sistema político, as eleições e o eleitorado.

Como todos sabem, a partir de 1º de janeiro desse ano foram extintos os dois partidos políticos até então existentes: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o (Movimento Democrático Brasileiro). Já se trata de criação de novos partidos e, alguns – já nas próximas eleições – poderão apresentar seus candidatos às cadeiras de prefeito, vice-prefeito e vereador. São eles o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Popular (PP), o Partido Democrático Social (PDS), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). O PDS é o partido do governo e os demais fazem parte da oposição, isto é, dos que pensam de modo diferente do Governo. Porém, todos os partidos da oposição têm possibilidade de algum dia chegar ao poder e passar a ser “situação”.

Na coluna Momento Político de ³²O Mossoroense, assinada pelo jornalista Dorian Jorge Freire, o colunista defende com veemência a formação e atuação dos partidos políticos, o pluripartidarismo. Constituindo-se renovação na estrutura político-partidária brasileira, nascedouro de dezenas de siglas e nomenclaturas políticas. O Brasil tornou-se um celeiro de agremiações políticas, aproximadamente

(30 partidos em exercício) atualmente, possibilitando a presença de novas lideranças, bandeiras, e pautas no cenário político nacional.

Eu sou um fervoroso defensor do pluripartidarismo partidário. Não há democracia com partido único e bipartidarismo também vicia o processo democrático. Só havendo partidos poderá haver controvérsias e debate. E é preciso ainda que se permita a alternância no poder.

Nesse sentido, o processo de abertura democrática brasileira contribuiu, fundamentalmente, por meio da habilidade política de seus líderes, inicialmente com a formação de cinco partidos de forte atuação no panorama político nacional: PDS, PMDB, PTB, PDT e PT. Vale destacar que os partidos políticos também funcionam como abrigos para o poder de grupos político-familiares (as oligarquias).

Nessa dinâmica, durante a transição política, a partir do fim do AI-5 e da promulgação da Lei de Anistia, militantes beneficiados pela liberdade após prisões arbitrárias e outras lideranças que retornaram do exílio procuraram se reencontrar, inserir-se na nova agenda política e reativar projetos para conquistar espaço nos poderes executivo e legislativo no cenário público brasileiro.

A redação do jornal ³³O Mossoroense, na coluna Momento Político, manifestou opinião favorável à nova agremiação política liderada por Leonel Brizola.

A longa ditadura acabou com os quadros políticos do país e deste Estado. Impediu o aparecimento de novas lideranças. O decreto 447, contra os estudantes, serviu de obstáculo a movimentação da mocidade nas escolas. O arrocho contra os sindicatos e a classe operária, subjugou os trabalhadores. O monstruoso AI-5, cerceou todas as liberdades. A camisa-de-força do bipartidarismo, fez o resto. O resultado está aí: ninguém neste Estado (Rio Grande do Norte) para sustentar a bandeira do trabalhismo. Ninguém. Até agora ninguém. Os quadros populares desapareceram. Foram tragados. Ou morreram, como é o caso do grande e saudoso prefeito Djalma Maranhão. Resta, agora, ao líder Leonel Brizola e aos seus correligionários, a tarefa de descobrir as novas lideranças. Elas, decerto, estão aí, Escondidas, mas latentes.

Desse modo, observamos a formação de novas siglas partidárias na seara política brasileira. Os partidos se reinventam, reformulam-se politicamente, conforme a conjuntura política nacional, por exemplo: UDN-ARENA-PDS-PFL-DEM (1945-2007). Assim, percebe-se claramente, que nas legendas políticas anteriormente mencionadas, comprova-se a ausência de perenidade na esfera político-ideológica. A afirmação não contempla todas as legendas políticas, como o PTB, o PT, o PDT, entre outras.

A criação da União Democrática Nacional (UDN), de 1945 a 1965, agremiação que deu origem a Arena, ao PDS, ao PFL e ao DEM, em seguida, as remodelações do partido para adaptar-se aos momentos históricos que seguiram, quando o Brasil passou a ser governado pelos militares (1964-1985), e que ganhou a nomenclatura de Aliança Renovadora Nacional (ARENA), de 1966 a 1979. No último governo dos militares, em 1980, a Arena renomeou-se de Partido Democrático Social (PDS) e, com a redemocratização do país, entre 1986 e 2007, passou a chamar Partido da Frente Liberal (PFL) até 2007, quando o partido anunciou um renascimento, agora como Democratas em 2007, nomenclatura que permanece até os dias atuais (Filho, 2019, p. 15, 16).

Nesse sentido, cada agremiação partidária, que surgiu no cenário político brasileiro ao longo do processo de abertura política, possui raízes, historicidade e especificidade como instrumento legítimo, sendo originária de grupos elitistas ou de base popular na esfera política brasileira. Desse modo, o PDS (Partido Democrático Social) sucedeu a extinta ARENA governista, tornando-se, nesse contexto, o partido do presidente da República (Figueiredo), do governo estadual potiguar (Lavoisier) e seu sucessor, eleito pelo povo (José Agripino) e do prefeito de Mossoró (Dix-huit), estes últimos, conquistaram o novo mandato no poder executivo, via eleições diretas em 1982.

Nessa perspectiva, conforme declarado acima, o PDS, tornou-se a legenda política sucessora da ARENA dos militares no processo de abertura política.³⁴ O Mossoroense fez referência na coluna Cota Zero sobre a percepção do presidente da República sobre o **partido**.

O presidente Figueiredo define o que quer de um partido. “Um partido em que os representantes do povo compareçam ao Congresso para dizer o que o povo quer, o que o povo sente e não para dizer o que eu quero, o que o presidente quer, o que o presidente sente”. O presidente quer, contudo, um só partido do governo. Só dará cobertura oficial a um partido. Os outros serão sempre considerados outros. Não adianta o deputado Magalhães Pinto e o senador Tancredo Neves quererem um Partido Independente, não-oficial, mas apoiando o governo. Não receberá os seus favores.

Enquanto o MDB-PMDB-MDB (1966-2017), que surgiu durante o regime militar como oposição permitida, também mudou a sua nomenclatura desde o surgimento, pois acrescentou a palavra partido a sigla no período de redemocratização e, a partir de 2017, voltou a sigla de origem. Tornou-se um partido fundamental, pela redemocratização brasileira, com forte presença nas eleições de 1982, pelas Diretas Já, na Assembleia Constituinte e na aprovação da Carta Magna

de 1988, tendo como grande representante o deputado Ulysses Guimarães. Lembrando que nesse período (1985-1990), o presidente da República, José Sarney, era filiado ao PMDB.

Já o Partido dos Trabalhadores (PT), desde a sua fundação no Brasil em 1980, sempre se manteve em evidência como militante, ora como oposição, ora como situação nas principais disputas políticas para os cargos do executivo nacional (presidente da República), estadual (governador) e municipal (prefeito), concorrendo vagas nas Câmaras municipais, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Federais (Deputado e Senador). Inclusive, lançando candidatos para disputar os cargos do executivo municipal (Mossoró) e estadual no RN, em 1982. A redação do jornal ³⁵O Mossoroense noticiou na coluna COTA ZERO sobre PARTIDOS, segundo o entendimento de um padre católico.

Para o bispo de Juazeiro, José Maria Rodrigues, o PDS é um partido da máquina estadual e sustenta o governo de modo servil. O PP é o partido dos banqueiros, porta-voz da burguesia e aliado do Imperialismo. O PTB faz a jogada do governo. O PDT é a mágoa com Ivete. O PMDB só fala em Constituinte. O PT é o único partido formado de baixo para cima, nascido das lutas operárias, o único que permite ao povo fazer política.

A redação do jornal ³⁶O Mossoroense noticiou na coluna (**Eles disseram**) sobre a abertura na opinião do sindicalista, Luiz Inácio da Silva, Lula, presidente do PT, tornando-se, ao longo de sua trajetória política, uma das maiores lideranças do país na república brasileira. “A abertura política não passa de um projeto de aparentes e superficiais no regime, com o objetivo de manter sua continuidade. Os homens do poder estão cedendo os anéis – e com muita lamentação – para não perder os dedos”.

A redação do jornal ³⁶O Mossoroense na coluna Cota Zero noticiou sobre Brizola. Leonel Brizola, voltou do exílio e tratou logo de retomar a sua liderança política, declarando o seu posicionamento na imprensa e nas visitas que fizera pelo país, antes liderança do partido getulista (PTB), visto ter perdido na justiça eleitoral, a apropriação da legenda política para Ivete Vargas, tornando-se fundador do PDT e buscando se reencontrar com o eleitorado e o poder público.

[...] Brizola está pedindo que o governo “reconheça que durante 15 anos teve todo o poder e fracassou”. Acha Brizola que o governo deve ir para casa e dar “lugar às novas gerações que aí estão na plenitude das suas energias e capacidades e que até agora foram excluídas de tudo”. Disse Brizola não quer derrubar o governo, mas levá-lo a compreender seu fiasco

e a necessidade de abrir caminho. “Nós somos a mais firme e mais eficiente oposição, porque nós sabemos na carne o que é o autoritarismo, o que foi esta ditadura”.

Desse modo, com o processo de abertura política, torna evidente no cenário político local, o papel de antigas e novas lideranças políticas (membros de oligarquias) na corrida eleitoral para atrair o eleitorado e se eleger aos principais cargos do executivo na administração pública (governador e prefeito) e nas vagas do poder legislativo municipal (vereador), estadual (deputado estadual) e federal (deputado federal e senador) em 1982.

3.3 Oligarquias e lideranças políticas nas eleições para governo estadual e prefeito de Mossoró em 1982

O poder oligárquico, ao longo da história, apoia-se no autoritarismo, tendo como alvo, o controle de cargos, posições e domínio institucionais de diferentes categorias nos espaços de relevância do poder nacional ou subnacional (estados, províncias, municípios etc.).

Na historiografia brasileira, as oligarquias ou grupos políticos familiares, originam-se desde o período colonial (1500-1822), permanecem durante o Império (1822-1889), se fortalecem e reinventam-se em todas as fases republicana. É inegável a presença de expressivas oligarquias na esfera política brasileira, entre elas: Cavalcanti (PE), Accioly e Gomes (CE), Malta e Collor de Melo (AL), Sarney (MA), Magalhães (BA), Albuquerque-Maranhão e Medeiros (RN) e, recentemente, as famílias (Alves, Escóssia, Fernandes, Maia, Rosado etc.). Em linhas gerais, as oligarquias no Brasil, existem em todo território nacional: do Oiapoque (norte) ao Chuí (sul), da Ponta do Seixas (leste) à serra da Contamana (oeste). Desse modo, o colunista Rafael Negreiros do periódico ³⁷*O Mossoroense*, trouxe à tona percepções sobre as oligarquias. Bezerra, Bezerra, Bezerra, Bezerra!!! O cronista destaca enfaticamente o nome de uma oligarquia em sua percepção e análise discursiva, a família Bezerra. No entendimento do autor da matéria jornalística, em cada região brasileira e estado da Federação, existem oligarquias ou grupos políticos perenemente consolidados nas esferas do poder.

As Oligarquias: As de antigamente ficaram famosas, os Aciolly no Ceará, os Bornhausem em Santa Catarina, juntamente com os Ramos, a de Barata no

Pará, enquistada em cada unidade da Federação, havia uma oligarquia, que os tempos destruíram...Doce e ledô engano.

Nessa ótica, considero pertinente contextualizar o panorama histórico, geográfico e cultural, conectando “fios” (Ginzburg, 2007) do passado/presente da cidade gênese da ascensão político-econômica e social da família Rosado, coautora da ³⁸epopeia editorial do jornal *O Mossoroense*. Mossoró (origem indígena: Monxorós), fundada em 1852 (elevada à categoria de Vila, emancipando-se ao status de cidade em 1870).

Mossoró é o segundo maior centro urbano do Estado do Rio Grande do Norte, distando 275 km de sua capital, Natal. Localiza-se às margens do Rio Apodi-Mossoró, na Região Oeste do Estado e na microrregião homônima. Constitui-se um importante entroncamento rodoviário entre Natal e Fortaleza, encontrando-se equidistante entre estas duas relevantes capitais do Nordeste brasileiro (OESTE, 2010, p. 86)⁷⁸.

Desenvolveu-se em uma localização geográfica privilegiada, distante 42 Km do litoral (praia de Tibau-RN), situada entre as capitais Fortaleza/CE e Natal/RN. Integra uma população total estimada em 264.577hab. de acordo com o (Censo Demográfico IBGE/2022), constituindo-se, a principal cidade do interior potiguar, a segunda maior cidade norte rio grandense, conseqüentemente, o segundo maior colégio eleitoral estadual. Crescimento populacional, influenciado por fatores naturais (secas) na região nordestina, que provoca o êxodo rural dos sertanejos em busca de guarida nas cidades com perspectivas socioeconômica atrativas. Mossoró, em função da espacialidade e dinamismo socioeconômico, atende intensivamente com serviços públicos e privados (comércio, negócios, operações bancárias, saúde, educação, segurança, eventos culturais etc.) a significativa população nordestina, oriunda, sobretudo, do interior Potiguar e dos estados vizinhos, Ceará e Paraíba.

Polo comercial e agroindustrial da região, com refinaria de sal, Base da Petrobrás, fábrica de cimento, produção de fruticultura, hotelaria, entre outras potencialidades econômicas. “Sua economia se alicerça principalmente sobre o tripé sal marinho, petróleo e a fruticultura irrigada, que em quantidade significativa, está voltada para exportação”⁷⁹. De acordo com o historiador Bruno Balbino em seu artigo Mossoró: a cidade como Região, publicado na Revista Espacialidades, em

⁷⁸ OESTE. **Revista do Instituto Cultural do Oeste Potiguar**: ICOP. / Instituto Cultural do Oeste Potiguar – n. 12, setembro, 2010. Mossoró: ICOP, 2010.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 86.

análise do livro *Mossoró, região e cidade* (1980), escrito pelo intelectual Luís da Câmara Cascudo.

Cascudo estabelece para Mossoró, uma posição singular que a define e a diferencia de qualquer outra urbe”. No entanto, a construção cascudiana que destina a Mossoró um lugar diferenciado em relação aos outros domínios do Estado esteve vinculado aos interesses das esferas do poder público do município (Costa, 2011, p. 2).

Frente a essa premissa, é relevante destacar que as suas principais instituições de ensino são: o centenário Colégio Diocesano Santa Luzia (criado em 1901), as Universidades UERN, anteriormente, FURRN/URRN e a ESAM, atual UFERSA, o IFRN, além de Faculdades da rede particular. Expressivos jornais impressos como *O Mossoroense* (fonte documental desta pesquisa), *O Comércio de Mossoró*, *Gazeta do Oeste*, *Correio da Tarde* e o *Jornal de Fato* etc. Na historiografia local/regional, destaca-se o protagonismo do clã político-familiar, a oligarquia Rosado (representantes das siglas partidárias ARENA-PDS mossoroense) através da história, mantendo ligações direta ou indireta com a conjuntura política nacional e regional, aliando-se ou divergindo com outros atores políticos, como as famílias Escóssia, Maia e Alves. Segundo o historiador (Silva, 2004, p. 97), em seu livro⁸⁰, o autor afirma sobre a vinculação entre o poder econômico com o poder político da família Rosado, ao se estabelecer como oligarquia na urbe mossoroense.

A participação dos filhos de Jerônimo Rosado apoiando candidaturas num primeiro momento e, posteriormente, suas próprias candidaturas, era respaldada pela própria condição financeira da família. Dispondo de uma bem estruturada empresa de mineração, trabalhando com a exploração e comercialização de gipsita, a família Rosado se consolida no ramo empresarial e articula a sua ascensão ao poder municipal.

Os grupos oligárquicos estaduais, nessa discussão, alcançam projeção política em períodos simultâneos. A família Rosado, ascende economicamente na década de 1930, período marcado pela reestruturação político-econômica e pelo desenvolvimento urbano nas principais cidades do espaço geográfico brasileiro, em particular, na cidade de Mossoró. Chegando ao poder executivo municipal mossoroense em 1948 e ao governo estadual em 1951, ambos com Dix-Sept Rosado. Igualmente, Alves e Maia, militam na política estadual, no período populista brasileiro (1946-1964), se firmam durante o regime militar, consolidam-se e se

⁸⁰ Os Rosados Encenam: Estratégias e Instrumentos da Consolidação do Mando.

perpetuam no poder durante as décadas seguintes - da abertura política à Nova República (1985-...) brasileira. A antiga estratégia de alternância no poder fortemente adotada nos desdobramentos políticos desde a República Velha ao tempo presente, com predominância das oligarquias no cenário político nacional e subnacional. Desse modo, por definição:

Uma oligarquia é um grupo social, um grupo de elite, e, logo, o governo oligárquico é também um governo de elite. Assim, para o melhor entendimento do papel do conceito de oligarquia na história, temos de compreendê-lo em conexão com o conceito de elite. Tal noção vem da Sociologia, que a define como um conjunto de grupos sociais que dominam a sociedade por meio do poder econômico, cultural ou político. Para a História, as elites sempre estiveram em pauta de uma forma ou de outra, na figura dos grandes homens, por exemplo (Silva; Silva, 2009, p. 316, 317).

A tradicional família Rosado, oligarquia político-familiar estabelecida na zona urbana de Mossoró, figura como um dos principais atores político-sociais na história estadual, considerando as especificidades e o desempenho individual de seus membros em diferentes áreas, como política, empresarial e acadêmica. Jerônimo Rosado, patriarca da família, tendo vários filhos que se destacam na historiografia local, entre eles: Dix-Sept Rosado, conhecido como “redentor” pelo estilo populista, tornou-se vereador, prefeito de Mossoró e governador do estado. Entretanto, um trágico acidente aéreo interrompeu precocemente a trajetória política de Dix-Sept.

Dix-Neuf Rosado, empresário, e Vingt-un Rosado, intelectual e homem de cultura, fundador da Coleção Mossoroense, deixou um legado intelectual marcante que entrou para a memória da cidade, considerado o “Mecenas de Mossoró” (Silva, 2004, p. 98)⁸¹. Enquanto Vingt Rosado, líder e articulador político, e Dix-huit Rosado, grande orador, criou o jornal Diário de Mossoró. Vale lembrar que o jornal de maior expressão local, O Mossoroense, junto à produção literária da Coleção Mossoroense, constitui-se em um dos principais instrumentos de dominação ideológica da família, onde seus membros são apresentados como figuras fundamentais na formação histórica da cidade⁸². Além disso, conforme Nascimento (2008, p. 30), “os Rosado usaram universidades, coleções literárias (Coleção Mossoroense), festas cívicas e até mesmo o espaço urbano como estratégia de consolidação da sua força política”.

⁸¹ **Os Rosados encenam:** estratégias e instrumentos da consolidação do mando / Lemuel Rodrigues da Silva. – Mossoró: Queima Bucha, 2004.

⁸² *Ibid.*, p. 105.

As famílias tradicionais, enquanto elite social, se fortalecem por meio de alianças matrimoniais, como casamentos entre primos, motivados por interesses e estratégias político-econômicas, uma forma de manter o compadrio e o poder na cidade ou região. A segunda geração da família Rosado é representada por nomes como o casal de políticos, Laíre Rosado e Sandra Rosado (“a guerreira”), Rosalba Ciarlini Rosado (“a rosa do povo”) - quatro vezes prefeita de Mossoró, eleita por um mandato como senadora da República e outro para governadora do Rio Grande do Norte. O deputado estadual, Carlos Augusto Rosado (esposo de Rosalba), e o deputado federal, Betinho Rosado etc. Já a terceira geração conta com Larissa Rosado (quatro vezes deputada estadual), Laíre Rosado Neto (Lairinho, duas vezes vereador), Fafá Rosado, ex-prefeita de Mossoró (dois mandatos), entre outros.

Dix-huit Rosado foi cogitado para o governo do estado nas eleições indiretas de 15 de novembro de 1978. O jornal ³⁹O Mossoroense noticiou na coluna Hora H, a provável candidatura de Dix-huit ao governo. “Para o governo do Estado irá o ex-prefeito Dix-huit Rosado. Dificilmente irá outro, dado que o consenso arenista já parece ostensivo, óbvio e indiscutível”. O jornal ⁴⁰O Mossoroense divulgou com letras garrafais, trecho do discurso pronunciado pelo ex-governador Tarcísio Maia no Sesi de Mossoró, a declaração: “Dix-huit é um dos maiores oradores de todos os tempos”. Porém, a sua candidatura não foi aceita, atendendo aos interesses do governo estadual de Tarcísio Maia e da cúpula militar, liderada por Ernesto Geisel. O escolhido do partido ARENA foi o médico Lavoisier Maia Sobrinho.

Homens como Vingt e Dix-huit, ambos com vários mandatos políticos e lideranças destacadas, atuantes nos holofotes da política nacional, regional e local durante o regime militar e no processo de transição democrática. As narrativas do jornal O Mossoroense sempre se referiu a Vingt Rosado nas manchetes de capa e na posição superior do caderno destacadas com letras garrafais, elogios e aplausos (amigo do povo), enaltecendo sua liderança política e as conquistas parlamentares em benefício de Mossoró e região. O editorial de O Mossoroense noticiou em matéria de capa no calor da campanha de 1982. ⁴¹“Mossoró inteira está com Vingt. E não abre”. A redação do jornal fez uso recorrente do enunciado Resistência– em suas páginas. Termo historicamente vinculado à memória da cidade de Mossoró, além de incentivar o eleitorado durante o processo eleitoral a não votar no candidato a governador e de senador do partido (PDS), chamado “voto camarão”. Alternativa política, oriunda do “Pacto Solidão”, decorrentes de insatisfação político-partidária.

A família Rosado estabeleceu-se em Mossoró, principal reduto eleitoral, constituindo-se como elite político-oligárquica, cujos membros são “perpetuados” em nomes de ruas, avenidas, bairros, praças, edifícios, estátuas, aeroporto, escolas, hospitais, museus, teatros e outros espaços culturais. O nome da família expandiu-se além do núcleo urbano da cidade, chegando a outros locais, como o antigo distrito de São Sebastião (hoje município de Governador Dix-Sept Rosado), que pertencia a Mossoró, bem como ao nome da avenida principal de Baraúna, que recebeu o nome Jerônimo Rosado — homenagem comum a atores políticos das oligarquias presentes no território nacional e nos espaços de poder.

Grupo oligárquico que, naturalmente, manteve períodos de estabilidade na vida pública, buscou renovação, dividiu-se através da tomada de decisões políticas, escolhas simultâneas à conjuntura (movimento não congelado, mas dinâmico) dos desdobramentos políticos nacional, estadual e local. Na discussão acadêmica defendida por Cirilo, o jornalista em sua pesquisa⁸³, afirma: “[...] no período entre 1980 e 1988, quando a divisão política se iniciou (1982), foi sacramentada (1985) e se consolidou (1988)”.⁸⁴ Divisão política que se desenvolveu a partir da segunda geração dos membros da família.

Outras oligarquias na terra Potiguar, são representadas pelos grupos político-familiares (Alves e Maia), famílias de políticos carreiristas ou políticos profissionais. Algumas oligarquias são mais expressivas do que outras na hierarquia e conjuntura dos poderes de representação nacional, regional e local. Motivadas pela ascensão política, consolidação e influência econômica das famílias. Interessante observar, que o sistema bipartidário (ARENA e MDB) do regime militar contribuiu positivamente na formação e crescimento dos blocos políticos: Alves, Maia e Rosado na conjuntura política potiguar. O fenômeno político se discute e se transforma. Conforme narra Andrade (1996, p. 124):

O bom desempenho do governo Tarcísio Maia, tanto do ponto de vista administrativo como político, garantiu-lhe a condição de articulador político do partido situacionista, em substituição a Dinarte Mariz, cabendo a ele o comando do processo de sua sucessão em 1978. [...] Novamente, é com o apoio do general Golbery do Couto e Silva que o governador garante a indicação do seu primo, o Dr. Lavoisier Maia. Médico, professor universitário, sem nenhum passado político, Lavoisier Maia havia sido secretário de saúde no governo de Tarcísio.

⁸³ A DIVISÃO POLÍTICA DA FAMÍLIA ROSADO EM MOSSORÓ CONTADA NAS PÁGINAS DOS JORNAIS O MOSSOROENSE E GAZETA DO OESTE: 1980-88.

⁸⁴ CIRILO, ref. 16. p. 4.

A redação do jornal ⁴²O Mossoroense, destacou uma manchete de capa com letras garrafais, referindo-se ao grupo Maia, quando o político Martins Filho, insatisfeito com os “apadrinhamento e arranjos políticos” no calor das candidaturas para a campanha de 1982, declara forte oposição ao clã político-familiar Maia, classificando-o de “dinastia familiar”. Dinastia, lembra reino, hereditariedade, poder vitalício, trono e coroa.

Assumo a posição irreconciliável de não apoiar outro Maia para governador potiguar”. Porquê da dinastia se sente separado por uma verdadeira muralha da China. Disse que a confusão no PDS do Estado começou com o ex-governador Tarcísio Maia, através de seu primo Lavoisier Maia, querendo entregar o governo a seu filho José Agripino Maia, “numa vocação dinástica da família”. E podia revelar que a intenção dos Maia já é assegurar a candidatura de um quarto Maia para 86, o hoje governador Lavoisier Maia, que já manda confeccionar cartazes, em São Paulo, com referências a “Lavoisier, 86”.

No contexto de abertura política e sucessão ao governo estadual, o grupo político-familiar Maia exerceu três mandatos consecutivos no governo estadual (principal cargo de comando) no período de 1975-1986, representados por Tarcísio Maia, Lavoisier Maia e José Agripino Maia. Este último, prefeito de Natal, duas vezes governador do estado e quatro vezes Senador da República, nos sucessivos mandatos na carreira política. O ex-governador e líder da oligarquia (Tarcísio Maia), costumeiramente, reunia em sua propriedade, refúgio preferido (Fazenda São João, localizada no município de Mossoró-RN) familiares e amigos, além de lideranças políticas e correligionários para discutir o futuro do partido e dos “melhores nomes”, visando a continuidade do seu projeto político no estado do Rio Grande do Norte.

Os membros de famílias tradicionais oligárquicas, normalmente, gozam de posição privilegiada no tecido social, adquiridos por herança e, também, por conquistas pessoais, resultantes de uma Educação de qualidade, em escolas de referência na cidade de origem, na capital estadual, noutro estado da Federação ou até fora do País, tornando-se profissionais liberais: administradores, advogados, economistas, engenheiros, médicos, professores, além de gestores empresariais.

Nomes presentes na mídia e nos eventos sociais, religiosos, politicamente oportunos (negócios, reuniões políticas, festas religiosas, culturais e esportivas) e favoráveis ao registro do marketing pessoal, oportunidade de aproximar-se do público (o eleitorado) em potencial. Muitos afastam-se dos ofícios profissionais ou dos negócios econômicos-empresariais, definitiva ou temporariamente, a fim de

dedicar-se à carreira política, tendo a possibilidade de exercer vários mandatos nos poderes (executivo ou legislativo) na esfera pública.

Todavia, ressalte-se, que nem todos(as) membros (descendentes e ascendentes) de famílias oligárquicas, seguem, naturalmente, a tradição política da família, embora se beneficie do poder conquistado pelos ancestrais ou por aqueles (as) que exercem plenamente mandatos na vida pública. O jornal ⁴³O Mossoroense noticiou na coluna COTA ZERO, o pensamento do governador estadual sobre o fenômeno das oligarquias (Lavoisier justifica oligarquia. É assim e deve ser assim).

Discutindo com Dinarte na porta do gabinete da Casa Civil da presidência da República. Lavoisier Maia justificou a oligarquia como costume que deve ser preservado no Rio Grande do Norte. Disse que sempre foi assim e que é bom que assim continue. “Sempre de pai para filho, tio para sobrinho, primo para primo, cunhado para cunhado”. A confissão de Lavoisier Maia deveria ser levada ao conhecimento de cada eleitor do Rio Grande do Norte.

O governador declarou um pensamento tipicamente conservador pela manutenção do poder. Cabe destacar, na história brasileira, a ausência de participação popular nos momentos decisivos da trajetória política do país. O evento histórico da Independência, proclamada por D. Pedro I em 7 de setembro de 1822, marcou a emancipação política do Brasil em relação a Portugal, após três séculos de domínio, exploração e violência por parte dos colonizadores europeus. A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, liderada pelo marechal Deodoro da Fonseca, também ocorreu sem participação popular, representando a derrocada definitiva do regime monárquico brasileiro. Durante oito anos na Era Vargas (1930-1945) e no regime militar (1964-1985), foco deste trabalho acadêmico, o povo foi ignorado e privado do seu direito natural de participação política, segundo o pensamento do consagrado filósofo Jean-Jacques Rousseau, — o poder emana do povo — nas discussões essenciais para o desenvolvimento e fortalecimento democrático da nação.

O voto no Brasil passou por diferentes modelos, sejam eles institucionais (censitário, aberto, secreto, vinculado, entre outros) ou incentivados. O voto não é mero compromisso cívico. O sistema político, constitucional e democrático de um Estado soberano — compreendendo Estados, municípios, províncias e distritos — pressupõe a criação legal de partidos políticos, eleições diretas, voto livre e consciente, oposição responsável e liberdade de escolha entre representantes e

representados. O voto é o meio legítimo pelo qual os cidadãos escolhem seus representantes democraticamente, expressando a vontade popular que, nas urnas, julga apto aquele considerado adequado para a gestão pública no município, na unidade federativa ou no País.

No sistema democrático, durante as campanhas eleitorais, os candidatos concentram seus esforços em discutir pautas econômico-sociais, adotando estratégias políticas para conquistar a atenção do eleitorado e assegurar sua escolha nas eleições. A população deve interessar-se pela política não apenas por razões emotivas — como cores simbólicas, siglas partidárias ou discursos eloquentes capazes de persuadir as massas —, mas, sobretudo, com motivações conscientes e responsável no trinômio fundamental: eleição, eleitor e eleito.

Outra oligarquia expressiva no cenário político estadual e nacional é a família Alves, estabelecida na capital potiguar, Natal, composta por vários membros que ocuparam cargos relevantes nos poderes executivo e legislativo estadual e federal. Destacam-se Garibaldi Alves (pai), Garibaldi Alves Filho (exerceu cargos expressivos na política, como governador do estado e senador da República), Agnelo Alves, Carlos Eduardo Alves e Henrique Eduardo Alves — este último, deputado federal por onze mandatos, filho de Aluizio Alves, entre outros. Aluizio Alves teve longa carreira política, testemunhando momentos históricos significativos da república brasileira: a redemocratização de 1945, o período democrático populista (1946-1964), o regime militar brasileiro (1964-1984) e, novamente, a redemocratização a partir de 1985. Governava o RN na ocasião do Golpe Militar em 1964.

Por “cenário político local”, entende-se a inter-relação entre lideranças políticas e partidos, bem como as expectativas e perspectivas das discussões concernentes ao poder público, incluindo as articulações estratégicas de alianças no processo eleitoral para atrair a atenção popular e conquistar o eleitorado.

Nas eleições indiretas de 1978, ainda com os direitos políticos cassados, mas mantendo liderança política (MDB), Aluizio Alves aproxima-se do governador Tarcísio Maia, em prol da candidatura de Jessé Freire (ARENA) ao Senado, candidato único, episódio conhecido como “Paz Pública”. Decisão política que suscitou vários comentários dos analistas e, que influenciou de algum modo, as eleições posteriores, em 1982.

É importante mencionar que Aluízio Alves se tornou uma das maiores lideranças políticas do Rio Grande do Norte, colecionando admiradores, seguidores e adversários políticos. Sua trajetória político-administrativa está presente em obras públicas no estado, no Nordeste e no país. Durante a ditadura militar, teve seus direitos políticos cassados, mas recuperou-os após o fim do AI-5, em 1978, candidatando-se ao governo estadual em 1982. Nessa perspectiva, a redação do jornal ⁴⁴O Mossoroense, na coluna Cota Zero, noticiou sobre os candidatos garantidos na campanha ao governo estadual naquele ano.

Duas candidaturas estão postas. José Agripino Maia e Aluízio Alves. A primeira, contestada pelas maiores lideranças do PMDB. As duas colocadas. O prefeito me disse que só admite abandonar sua candidatura, derrotado na convenção. O ex-governador me disse em Natal que a sua candidatura é definitiva. Pela incorporação PP-PMDB e cobertura do PDT, PTB e PT, ou apenas pelo PP.

As eleições para os cargos do executivo estadual (governo) e municipal (prefeito) em 1982, aconteceram dentro do processo de renovação das elites políticas potiguaras. Conforme Carvalho (2018, p. 45) afirma que: “[...]a conjuntura de abertura do regime criou a plataforma de renovação de lideranças locais, que mesmo agindo nepoticamente e clientelisticamente em determinadas circunstâncias, conseguiu imprimir a marca do novo”. Raciocínio defendido na pesquisa⁸⁵.

Brasília – O senador Martins Filho, PDS Rio Grande do Norte, anunciou ontem que processará o governador Lavoisier Maia, do Rio Grande do Norte, acusando-o de estar usando o poder para enriquecer a sua família. Ele ingressará com uma ação popular na justiça estadual e se possível com outra ação no Tribunal Federal de Recursos. Segundo a denúncia do senador, em fins de 1979, o governador Lavoisier Maia baixou decreto nº ... 7.797, isentando da cobrança de ICM o melão e o mamão. O seu primo-irmão ex-governador Tarcísio Maia é o segundo produtor de melão do país e até o fim deste ano começará a colher mamão em grande quantidade. “Este decreto de Lavoisier causou ao Rio Grande do Norte, no ano passado, um prejuízo de quase 120 milhões de cruzeiros. Enquanto isso, os pequenos produtores pagam imposto de 16 por cento quando vendem seus melões na CEASA. Os de Tarcísio são mandados para São Paulo e Rio de Janeiro sem pagar nada” afirma o senador Martins Filho. “O decreto 7.797 – diz o senador – é uma pequena demonstração de feudo familiar em que os Maia pretendem transformar o Rio Grande do Norte. Em qualquer posto de destaque tem um Maia para manobrar a favor da família. Basta dizer que nosso Estado vem sendo administrado, na verdade, pelo João Agripino, ex-governador da Paraíba, irmão de Tarcísio Maia”. “Os Maia pretendem

⁸⁵ FAMÍLIA E POLÍTICA NO RN: ALVES, MAIA E O SUPORTE DO SENADO.

O jornal ⁴⁵ O Mossoroense republicou uma manchete originária da Folha de S. Paulo (“A FOLHA DE S. PAULO” 2 – 4 – 82. NA ÍNTEGRA): “GOVERNADOR DO RIO G. DO NORTE É ACUSADO DE NEPOTISMO”

estabelecer no Estado um absoluto controle. Tanto político como econômico. Por isso querem impor como futuro governador, José Agripino, filho de Tarcísio Maia” – acentua Martins Filho.

O mundo da política não se dissocia do poder econômico e das narrativas construídas pela imprensa funcionando, habitualmente, através dos mecanismos: nepotismo, clientelismo político, patronagem e assistencialismo social. Admitindo que a principal função no mandato/governo, constitui-se como legítimos mediadores diretos das reais e equânime necessidades da população (saúde, educação, segurança, obras públicas etc.).

Desse modo, configura-se, uma continuidade na esfera política, com a permanência de conhecidos (“caciques”, “dinossauros”), termos pejorativos usados pelos adversários de famosos políticos, populares ou impopulares no âmbito da política, sobretudo, durante o período eleitoral, nos debates.

Lavoisier Maia procurou dar prosseguimento às ações administrativas do seu antecessor, Tarcísio Maia. O momento, porém, era outro. O país passava pelo processo de redemocratização, com a volta dos anistiados, o fim do bipartidarismo e uma atuação mais desinibida dos grupos de oposição, com a ocorrência de greves dos servidores públicos estaduais além de ter uma imprensa oposicionista mais aguerrida e vigilante. Como dito acima, o confronto entre Alves e Maia surgia no horizonte político estadual. José Agripino Maia e Aluísio Alves era os prováveis candidatos ao governo do estado nas eleições diretas marcadas para o ano de 1982. O rompimento da aliança era algo cada vez mais real. Algumas lideranças ligadas à família Alves tentaram viabilizar a candidatura de Aluísio como forma de evitar o rompimento. A atitude de Tarcísio, confirmando a candidatura de José Agripino, em meados de 1981, pôs fim ao acordo urdido na segunda metade da década de 1970 (Trindade, 2010, p. 261).

A população reivindicava eleições diretas para todas as instâncias dos poderes: federal, estadual e municipal, porém, o processo de abertura política não evoluiu no tocante às eleições de caráter nacional, isto é, para presidente da República em 1982. Sem a convocação de uma Assembleia Constituinte e a aprovação de uma nova Carta Constitucional, tornou-se possível apenas as eleições diretas estaduais e municipais nas unidades da Federação.

Na conjuntura dos desdobramentos do cenário político do País, o Rio Grande do Norte se prepara para a realização das eleições, escolha democrática do governador estadual. Ressalte-se que os três governadores estaduais antecessores foram escolhidos pelo modelo biônico (Cortez Pereira, Tarcísio Maia e Lavoisier Maia).

No Rio Grande do Norte, José Agripino Maia, ao lado do seu vice Radir Pereira de Araújo, foi eleito em 1982, nas primeiras eleições diretas para governador do período em questão. Candidato pelo PDS, partido governista, apoiado pela máquina administrativa, enfrentou e derrotou a oposição representada pelo ex-governador Aluizio Alves, PMDB, que retornava à vida pública. Ao assumir o governo em 15 de março de 1983, firmava-se, como o centro da maior estrutura montada no Estado, derrotando seu opositor por uma maioria de cerca de 107 mil votos, numa campanha em que ele, jovem, utilizara métodos modernos, enquanto seu opositor retornara aos métodos e discursos dos anos sessenta (Mariz; Suassuna, 2005, p. 366).

Desse modo, o governo estadual em 1982, se manteve com o grupo oligárquico Maia. No pleito eleitoral pelo governo do Rio Grande do Norte, disputaram, democraticamente, embora houvesse outros candidatos, com chances reais de sentar-se na cadeira do executivo estadual no Palácio do Potengi, o ex-governador Aluizio Alves (veterano) pelo PMDB, apelidado de “cigano feiticeiro” (músicas de campanhas anteriores) e o prefeito de Natal José Agripino Maia (novato) pelo PDS, este último, lançado na política pelo pai, o ex-governador Tarcísio Maia, presidente estadual do partido e apoiado pelo primo Lavoisier Maia, governador com mandato em curso. Debate político chamado pela imprensa, aliados e admiradores, entre aluizistas e agripinistas.

A vitória de Agripino selou o fim da rivalidade Alves-Mariz, substituída agora por Alves-Maia. As duas famílias, apesar de rivais no estado, estiveram unidas, em 1984, no apoio à candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República (Trindade, 2010, p. 261).

Desde então, consolidou-se uma histórica rivalidade no cenário político estadual, protagonizado pelas famílias Alves (bacurau) e Maia (bicudo). As eleições de 1982, constituíram-se um “divisor de águas” no processo de abertura democrática e na conjuntura política regional/local, com a permanência de antigos atores políticos e a ascensão de novatos na competição eleitoral.

Anos depois, Aluizio Alves em depoimento, publicado no livro de sua autoria – O que eu não esqueci: reminiscências políticas, 1933/2000. O experiente político, líder da oligarquia Alves, atribuiu a sua derrota em 1982 (“a única e não a maior”) a decisões tomadas na campanha de 1978, a não aceitação por Tarcísio Maia do nome do vice-governador Geraldo Melo como candidato ao governo estadual em 1982, preferindo indicar o filho José Agripino Maia e, também, considerou que o voto vinculado - obrigava o eleitorado a votar nos candidatos do mesmo partido -

contribuiu para a sua derrota eleitoral ao governo do Rio Grande do Norte (Alves, 2001, p. 162-163).

A redação do jornal ⁴⁶*O Mossoroense* noticiou o posicionamento do vereador Manoel Mário na coluna OM – Opinião Pública sobre o fim dos Biônicos:

As eleições diretas para governador e vice-governador dos Estados membros da Federação e a extinção dos chamados senadores biônicos, é mais uma conquista do povo brasileiro no campo político. Ao mesmo tempo, o cumprimento da decisão revolucionária de restaurar a democracia plena em nosso país. Pois é o povo votando e escolhendo livremente nas urnas os seus dirigentes.

No pleito municipal (Mossoró), as eleições para prefeito tiveram vários candidatos, destacando-se o político escolhido pelo partido do governo (PDS), candidato experiente na vida pública, Dix-huit Rosado. O periódico ⁴⁷*O Mossoroense* noticiou com letras garrafais sobre a formação da chapa do ex-prefeito e senador Dix-huit. **DIX-HUIT E SÍLVIO: DOBRADINHA PARA A PREFEITURA.**

Está na cidade o senador Dix-huit Rosado, ex-prefeito de Mossoró e candidato do PDS a prefeito municipal. Dificilmente, muito dificilmente, Dix-huit terá outro companheiro de chapa que não seja o industrial Sílvio Mendes de Souza. Mais dificilmente ainda, a dobradinha Dix-huit Sílvio deixará de empolgar o eleitorado de Mossoró. Na companhia de Sílvio Mendes de Souza, amigo provado, correligionário corretíssimo, exemplar homem da cidade, acha Dix-huit poder oferecer a cidade a garantia de novos quatro anos em paz e de muito trabalho em favor do povo.

Outros candidatos à prefeitura de Mossoró foram o jornalista Francisco Canindé Queiroz apoiado pela oligarquia Maia (sublegenda do PDS), o professor universitário João Batista Xavier (PMDB), Mário Fernandes (PT) e Paulo R. Oliveira (PTB). Vitória expressiva de Dix-huit Rosado, ao executivo municipal de Mossoró, poder transferido da mão de João Newton Escóssia para Dix-huit, membro da família Rosado, grupo político consolidado no mandonismo local.

As eleições democráticas de 1982, tendo como candidatos aos cargos de prefeito, governador e, também, ao legislativo municipal, estadual e federal, representaram, substancialmente, a vitória da democracia. Porém, insuficiente, visto que, no plano federal, uma nova Constituição e o presidente eleito pelo voto popular, efetivou-se, anos depois.

Após as eleições de 1982 e o “Voto Camarão”, a política de Mossoró nunca mais foi a mesma. Os rosados já não estavam tão alinhados como antes. Havia um foco de dissidência personificado na figura do deputado estadual Carlos Augusto Rosado (Cirilo, 2016, p. 84).

O clã político-familiar no cenário político local, ora unida, separada ou subdividida, torna-se oposição e situação simultâneo, como *locus* estratégicos para se perpetuar na órbita política de relevância como lideranças representativas populares, presentes nas funções dos poderes executivo e legislativo, nos cargos de direção da administração pública, direta ou indireta.

São as que adentraram o campo político no período da redemocratização sob a força do capital econômico ou ancoradas por meio da parentela e que passaram a construir quadros e inserir parentes para os cargos eletivos e de representação política municipal e estadual. São as que se inseriam ocupando posições privilegiadas e de comando no campo, muitas vezes, deixados por agentes políticos tradicionais que não conseguiram construir o herdeiro consanguíneo direto: filhos(as), por exemplo, por motivos vários (falecimento, não ter herdeiro, possuir herdeira e não a inserir no campo político). Essa classificação de indivíduos políticos, são aqueles que exercem profissões liberais, em sua maioria, são empresários, homens de negócios, que tem se inserido no campo político e colocado, consequentemente, esposas, filhos e netos (Monteiro, 2016, p. 29-30).

Nas últimas décadas, traduz-se na vinculação entre famílias e partidos, que disputam os principais cargos políticos eletivos do País, ocupam a linha de frente da política brasileira, nos poderes Legislativo e no Executivo municipal, estadual e federal, visto que o Congresso Nacional, compõe-se por duas Casas Legislativas (bicameral): o Senado Federal (81 senadores) e a Câmara dos Deputados Federais (513 deputados), além dos suplentes, vagas garantidas pela Carta Constitucional de 1988. A unidade federativa do Rio Grande do Norte, ocupa o total de cargos na Assembleia Legislativa estadual (vinte e quatro), na Câmara Federal (oito de deputados federais) e (três de senadores) na República Federativa do Brasil.⁸⁶

Outros atores políticos, surgiram no cenário (local, estadual e federal) do Rio Grande do Norte, como novas lideranças alternativas, aliadas ou oponentes das tradicionais oligarquias ou oriunda delas, como Geraldo Melo, Wilma de Faria (ex-esposa de Lavoisier Maia), Robinson Faria e Fátima Bezerra, entre outros. Esta última, governadora vigente (PT) no segundo mandato, na terra Potiguar.

⁸⁶ **NOTA:** Falta dos arquivos. No trabalho em apreciação, fundamentado nas narrativas jornalísticas do jornal *O Mossoroense* (1978-1982) e na historiografia especializada, não há referências da fonte documental dos três últimos meses de 1982 (outubro, novembro e dezembro), por falta de acesso. Apesar de não encontrar os arquivos físico ou digital, não compromete a eficácia dos resultados da pesquisa, visto que a análise dos anos/meses anteriores pesquisados, acrescido com a historiografia alusiva ao tema, supre as lacunas e corrobora com os objetivos dela. Porém, consciente que fortaleceria os argumentos na conclusão da presente operação historiográfica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa, o ofício do historiador, direcionou o olhar para o jornal *O Mossoroense* como fonte documental e historiográfica, focalizando a transição democrática e o cenário político local, no recorte temporal abrangendo o quadriênio de 1978 a 1982. Essa periodização histórica é marcada pelo fim do Ato Institucional nº 5 (AI-5), a promulgação da Lei de Anistia (1979), a reformulação político-partidária e culmina nas eleições estaduais e municipais de 1982. A corrida eleitoral foi dominada pelo debate político entre as oligarquias Alves, Maia e Rosado, discussões políticas recorrentes nas manchetes do jornal *O Mossoroense*. O estudo das notícias sobre a abertura democrática partiu da leitura e análise de conteúdo dos textos jornalísticos do jornal ou periódico supracitado com abordagem histórica das informações. Considerando as motivações, valores e interesses das notícias publicadas.

Sabe-se que o periódico ocupa posição relevante na sociedade brasileira. Desse modo, constatou-se que a imprensa jornalística, precursora de outros veículos de comunicação e informação (rádio, TV e cinema), produz registros significativos para a compreensão do passado na historiografia contemporânea. As notícias sobre a redemocratização tornaram-se contínuas nos veículos de comunicação de massa, objetivando informar e influenciar a opinião pública sobre o processo histórico, fundamental para a normalização democrática no País.

Entendemos que a pesquisa ao focar os discursos jornalísticos referentes a transição democrática e o cenário político local (1978-1982), fortalece a compreensão que a produção jornalística do periódico *O Mossoroense*, dialoga e corrobora com o entendimento da imprensa nacional/local, como destaca as notícias, o espírito de resistência e a busca por liberdade diante das incertezas que marcaram o processo de abertura democrática no Brasil. O povo brasileiro, mesmo silenciado por anos de repressão, encontrou formas de se reorganizar politicamente, de expressar seus anseios por mudanças e de reconstruir a democracia a partir das representações de classes e de entidades legítimas (igreja, imprensa, OAB, partidos, sindicatos etc.) e das camadas populares, das vozes locais, dos jornais regionais e da atuação corajosa de professores, jornalistas e lideranças sindicais e estudantis. Essa pesquisa, ao lançar um olhar atento sobre as páginas do jornal *O Mossoroense*, entre os anos de 1978 e 1982, buscou justamente valorizar essas

narrativas locais, frequentemente ignoradas pela historiografia nacional, mas fundamentais para a compreensão do processo democrático em sua essência e plenitude.

Ciente de que as discussões sobre Estado militar, democracia, política e seus desdobramentos não se esgotam. Este trabalho propôs desenvolver, como experiência didática, um plano de aula que utiliza o jornal como fonte-objeto e dialoga com a historiografia especializada, servindo como instrumento pedagógico para as aulas de História e pesquisadores. “Sendo a escola um espaço de criação e não de mera transmissão dos conhecimentos científicos” (Seal, 2023, p. 11). Reconhece-se que a metodologia aplicada não é a única possível, mas espera-se que esta produção acadêmica contribua para a historiografia contemporânea e para o ensino de História.

Ao investigar a origem, evolução e, sobretudo, a narrativa discursiva do centenário e pioneiro jornal *O Mossoroense*, constata-se que sua trajetória e influência na cidade de Mossoró atravessam gerações. A partir da sua fundação em 1872 até o presente, funcionando desde 2016 no formato digital, a história d’*O Mossoroense* confunde-se com a formação, crescimento e consolidação da família Rosado, oligarquia influente na política local e regional, tendo Mossoró-RN como lócus (espaço) de poder. Nesse sentido, o renomado historiador francês Roger Chartier, em sua clássica obra *A História Cultural entre Práticas e Representações*, afirma:

No ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afectam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo (Chartier, 2002, p. 24).

A discussão historiográfica analisada contemplou o processo de abertura democrática como caminho para devolver o governo aos civis — a fonte primária do poder. Durante o período histórico de 1978 a 1982, o jornal ⁴⁸*O Mossoroense* noticiou na coluna *Momento Político*: “(...) o fim do AI-5 tornou cidadãos, outra vez, vários milhares de brasileiros, ‘impedidos’ pela violência ‘revolucionária’”. O periódico posicionou-se com notória convicção discursiva a favor da redemocratização do País, servindo, em suas páginas, como porta-voz das discussões democráticas e da

elite política local, com foco nas eleições municipais e estaduais de 1982, para os mandatos legislativos e executivos, exceto para o cargo de presidente da República.

O historiador francês March Bloch (2001, p. 135), afirma:

“O historiador nunca sai do tempo. Mas, por uma oscilação necessária, que o debate sobre as origens já nos deu à vista, ele considera ora as grandes ondas de fenômenos aparentados que atravessam, longitudinalmente, a duração, ora o momento humano em que essas correntes se apertam no nó poderoso das consciências”.

A decisão por essa temática e periodização histórica (transição democrática: 1978-1982), possibilitou discutir e problematizar questões pertinentes aos governos militares, democracia e cidadania, problemáticas do passado efervescentes no tempo presente, mantendo-se no palco das discussões, mediante provocações, agitações e radicalismos na seara política brasileira.

Nessa perspectiva, aliar pesquisa, ensino e aprendizagem histórica possibilita condições oportunas para o conhecimento do passado e sua relação indissociável com o presente. Problematizar o conhecimento histórico local, mediado pelo professor junto aos estudantes em sala de aula, significa oportunizar à presente geração de educandos o olhar e a compreensão sobre as vivências cotidianas nas quais estão inseridos como sujeitos históricos. Afinal, “(...) o Ensino de História pode ser um agente potencializador para o entendimento das experiências cotidianas locais, conectando os sujeitos ao movimento da vida real, deixando claro que viver está vinculado ao próprio tempo histórico” (Cruz, 2022, p. 101).

Vale destacar que os textos jornalísticos e charges discutidos nessa dissertação, além de outros recortes textuais da periodização histórica pesquisada e debatidos com os estudantes da escola citada no plano de aula (anexo). Coincide com a época em que a cidade dos educandos, Baraúna-RN, foi recém-emancipada de Mossoró. “⁴⁹Baraúna passa a município (parabéns Carlos Augusto)”. Carlos Augusto Rosado, membro da família Rosado, presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, de 1981 a 1983. Isso possibilita discutir com os discentes a valorização do impresso como documento histórico, a relação entre as duas cidades e os atores políticos (oligarquias), atuantes na temporalidade histórica analisada.

FONTES

- ¹ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.400, 27 de março de 1979, pg. 3.
- ² *O Mossoroense*. Mossoró, nº. 5.152, 2 de março de 1978, pg. 2.
- ³ *O Mossoroense*. Mossoró, ano 110, nº 6.022, 19 de novembro de 1981, pg. 5.
- ⁴ *O Mossoroense*. Mossoró, ano 107, nº. 5.743, 21 de setembro de 1980, pg. 5
- ⁵ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.664, 22 de maio de 1980, pg. 1.
- ⁶ *O Mossoroense*. Mossoró, ano 108, nº. 5.803, 17 de dez. 1980, pg. 5.
- ⁷ *O Mossoroense*. Mossoró, ano, nº 5.174, 31 de março de 1978, pg.3.
- ⁸ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.162, 18 de maio de 1978, pg. 3.
- ⁹ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.356, 24 de janeiro de 1979, pg. 1.
- ¹⁰ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.577, ano 108, 22 de dezembro de 1979, pg. 5.
- ¹¹ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.743, 17 de setembro de 1980, pg. 5.
- ¹² *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.717, 10 de agosto de 1980, pg. 5.
- ¹³ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.526, 3 de outubro de 1979, pg. 5.
- ¹⁴ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.363, 2 de fevereiro de 1979, pg. 2.
- ¹⁵ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.420, 26 de abril de 1979, pg. 3.
- ¹⁶ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.118, 17 de janeiro de 1978, pg. 1.
- ¹⁷ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.121, 20 de janeiro de 1978, pg. 1.
- ¹⁸ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.116, 13 de janeiro de 1978, pg. 3.
- ¹⁹ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.283, 20 de outubro de 1978, pg. 3.
- ²⁰ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.692, 4 de julho de 1980, pg. 3.
- ²¹ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.316, 1 de dezembro de 1978, pg. 3.
- ²² *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.363, 2 de fevereiro de 1979, pg. 1.
- ²³ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.946, ano 108, 31 de julho de 1981, pg. 5.
- ²⁴ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.484, 28 de julho de 1979, pg. 5.
- ²⁵ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5. 491, 9 de agosto de 1979, pg. 5.
- ²⁶ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.446, 2 de junho de 1979, pg. 5.
- ²⁷ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.556, 21 de novembro de 1979, pg.5.
- ²⁸ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.648, 27 de abril de 1980, pg. 8.
- ²⁹ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.158, 9 de março de 1978, pg.2.
- ³⁰ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.430, 11 de maio de 1979, pg. 3.
- ³¹ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.611, 24 de fevereiro de 1980, pg. 8.

- ³² *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.363, 2 de fevereiro de 1979, pg. 2.
- ³³ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.416, 19 de abril de 1979, pg. 3.
- ³⁴ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.535, 14 de outubro de 1979, pg. 5.
- ³⁵ *O Mossoroense*. Mossoró, ano 108, nº 5.956, 14 de agosto de 1981, pg. 5.
- ³⁶ *O Mossoroense*. Mossoró, ano 108, nº 5.769, 25 de outubro de 1980, pg. 3.
- ³⁷ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.604, 9 de fevereiro de 1980, pg. 5.
- ³⁸ *O Mossoroense*. Mossoró, Especial 140 anos, 17 de outubro de 2012, pg. 1.
- ³⁹ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.121, 20 de janeiro de 1978, pg. 3.
- ⁴⁰ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.296, 5 de novembro de 1978, pg. 8.
- ⁴¹ *O Mossoroense*. Mossoró, ano 110, nº 6.190, 5 de setembro de 1982, pg. 1.
- ⁴² *O Mossoroense*. Mossoró, ano 110, nº 6.131, 21 de maio de 1982, pg.
- ⁴³ *O Mossoroense*. Mossoró, ano 110, nº 6.105, 8 de abril de 1982, pg. 5.
- ⁴⁴ *O Mossoroense*. Mossoró, ano 110, nº 6.035, 9 de dezembro de 1981, pg. 5.
- ⁴⁵ *O Mossoroense*. Mossoró, ano 110, nº 6.102, 3 de abril de 1982, pg. 1.
- ⁴⁶ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.728, 27 de agosto de 1980, pg. 4.
- ⁴⁷ *O Mossoroense*. Mossoró, ano 110, nº 6.080, 28 de fevereiro de 1982, pg. 1.
- ⁴⁸ *O Mossoroense*. Mossoró, nº 5.348, 12 de janeiro de 1979, pg. 2.
- ⁴⁹ *O Mossoroense*. Mossoró, ano 110, nº 6.089, 17 de março de 1982, pg. 5.
- ^{50, 51} *O Mossoroense*. Mossoró, ano 110, nº 6.164, 25 de julho de 1982, pg. 7.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural e sociedade** / Theodor W. Adorno; seleção de textos Jorge Mattos Brito de Almeida traduzido por Juba Elisabeth Levy... [et al.]. — São Paulo: Paz e Terra, 2002.

A Escrita da história: novas perspectivas / Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. — São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. — (Biblioteca básica).

ALVES, Aluízio. **O que eu não esqueci:** reminiscências políticas, 1933/2000 / Aluízio Alves. — Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2001.

ANDRADE, I. A. L. **Políticas e poder:** O discurso da participação. São Paulo: Ad Hominem, 1996.

ANHUSSI, Elaine Cristina. **O uso do jornal em sala de aula:** sua importância e concepções de professores. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2009.

A Ordem do Discurso. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio, 17ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura/ introdução e organização Maria Celina D'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro. -Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa:** Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2016.

BARROS, José D'Assunção. **A expansão da História** / José D'Assunção Barros. — Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BARROS, José D'Assunção. **A Fonte histórica e seu Lugar de Produção.** Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas:** introdução aos seus usos historiográficos / José D'Assunção Barros. — Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica/** José D'Assunção Barros. — Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas.** v. 1. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BLOCH, Marc. **Reflexões de um historiador sobre as falsas notícias da guerra.** In: **História e historiadores.** Lisboa, Teorema, 1988, p. 177-198.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política.** 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1986.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania:** 9º ano: ensino fundamental: anos finais / Alfredo Boulos Júnior. – 1. ed. – São Paulo: FTD, 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC – Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC – Ministério da Educação, 2018.

BRASIL: nunca mais. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

CANCIAN, Renato. Conflito Igreja-Estado no período da ditadura militar revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais. **REVISTA ANGELUS NOVUS (...)** USP– Ano VII, n. 11, pp. 95-116, 2016.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A Imprensa na História do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARNEIRO FILHO, Clecio Paulo. **Da UDN ao DEM:** discurso e poder / Clecio Paulo Carneiro Filho. -- 2019.

CARVALHO, José Murilo de, 1939. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho / José Murilo de Carvalho. – 15ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO, Ricardo de Melo. **DEMOCRACIA E REFORMA POLÍTICA NO BRASIL: O VOTO FACULTATIVO.** Monografia apresentada ao Departamento de Direito - FAD. Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, 2016. – Mossoró, RN.

CARVALHO, Robson Vasconcelos. **Família e política no RN:** Alves, Maia e o suporte do Senado /Robson Vasconcelos Carvalho. - 2018.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história** / Michel de Certeau; tradução de Maria de Lourdes Menezes; *revisão técnica [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre Práticas e Representações.** Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 2002.

CHARTIER, R. (1991). **O mundo como representação.** *Estudos Avançados*, 5(11), 173-191.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia** / Marilena de Souza Chauí. – 38.^a ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos: 13).

CHOMSKY, Noam. **Mídia: propaganda política e manipulação**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

CIRILO, Bruno Emanuel Pinto Barreto. **A divisão política da família Rosado em Mossoró contadas nas páginas dos jornais o Mossoroense e Gazeta do Oeste:1980-88.** / Bruno Emanuel Pinto Barreto Cirilo – Mossoró, RN, 2016.

COSTA, B. B. A. da. Mossoró: a cidade como Região. **Revista Espacialidades**, [S. l.], v. 4, n. 03, p. 01–15, 2011.

CRUZ, Gustavo Augusto da Silva. **Às margens do grande rio: usos didáticos do jornal O Jaguaribe para o estudo da história local.** / Gustavo Augusto da Silva Cruz. – Mossoró-RN, 2022.

CURY, Vania Maria. **Como saímos de uma ditadura: das Diretas Já (1984) à Constituição Cidadã (1988)** / Vania Maria Cury. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Mórula, 2023.

DAROS, Otávio. **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a historiografia oitocentista da imprensa.** Hist. Historiogr., Ouro Preto, v. 16, n. 41, e1937, p. 1-26, 2023.

DESMURGET, Michel. **A fábrica de cretinos digitais: Os perigos das telas para nossas crianças** / Michel Desmurget; tradução Mauro Pinheiro. – São Paulo: Vestígio, 2021.

DIAS, André Bonsanto. **Estudos em Jornalismo e Mídia.** v. 19, n. 2, jul./dez. 2022.

DIAS, André Bonsanto. **Percurso do reconhecimento: um caminho teórico-metodológico para pensar o jornalismo enquanto sujeito em Comunicação.** Brazilian Journalism Research, 13(3), 104-125, 2007, pg. 126.

Dicionário de datas da história do Brasil / Circe Bittencourt (organizadora). – 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2012.

Dicionário de ensino de história/ Coordenação: Marieta de Moraes Ferreira, Margarida Maria Dias de Oliveira. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

FARIAS, Airton de. **Explosões conservadoras: atentados de extrema-direita na abertura da ditadura civil-militar** / Airton de Farias. – Fortaleza: Expressão gráfica e Editora, 2024.

FAUSTO, Boris, 1930- **História Concisa do Brasil/** Boris Fausto. - 2. ed., 5. Reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FELIPE, José Lacerda Alves. (2001) **A reinvenção do lugar:** os Rosado e o “País de Mossoró”. *In: Os Rosado em Tese*. V. 2. Mossoró, RN: Coleção Mossoroense, série “C”, v. 1230. p. 17-46.

FERNANDES, Florestan, 1920. **O que é revolução** / Florestan Fernandes – São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984. (Coleção primeiros passos; 14).

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**/ Carlos Fico. - São Paulo: Contexto, 2015.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados** / Selva Guimarães Fonseca. – Campinas, SP: Papirus, 2003. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

GASPAR, Elio. **A ditadura acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros:** verdadeiro, falso, fictício / Carlo Ginzburg; tradução de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES, Maxlander Dias, 1983 – **Os usos políticos do passado:** a transição democrática e o que resta da ditadura nos rastros da revista *Veja* (1978-1985) / Maxlander Dias Gonçalves. – 2021.

GORCZEWSKI, Clovis. **Cidadania, democracia e participação política** [recurso eletrônico]: os desafios do século XXI / Clovis Gorczewski, Nuria Belloso Martin. -1. ed. - Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo - SP: VÉRTICE, 1990.

História da imprensa no Brasil/ Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, (organizadoras). – 2. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. **Análise de conteúdo em jornalismo**. *In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia*. Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2007.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos:** o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAPIASSÚ, Hilton, 1934. **Dicionário básico de filosofia** / Hilton Japiassú, Danilo Marcondes. – 5. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória**/ Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990 (Coleção Repertórios).

LE MOS, André. **Dogmas da inclusão digital**. *Correio Brasiliense*, Brasília, 13 dez. 2003. Caderno Pensar. Disponível em:

<https://facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/inclusao.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.

LOWENTHAL, D. **Como conhecemos o passado**. Projeto História, São Paulo, v. 17, p. 63-201, 1998.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSK, Carla Bessanezi (org.). Fontes históricas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

LUCA, Tânia Regina de. **Práticas de pesquisa em história** / Tânia Regina de Luca. – São Paulo: Contexto, 2020. 144 p. (História na Universidade).

MARIZ, Marlene da Silva. **História do Rio Grande do Norte** / Marlene da Silva Mariz, Luiz Eduardo B. Suassuna – 2ª ed. Natal [RN]: Marlene da S. Mariz, 2005.

MELO, João Wilson Mendes. **Introdução ao estudo da história** / João Wilson Mendes Melo. – 4ª ed. – Natal: EDUFRN, Editora da UFRN, 1998.

MONTEIRO, J. M. **A política como negócio de família**: para uma sociologia política das elites e do poder político-familiar. São Paulo, SP: LiberArs, 2016.

NAPOLITANO, M. **A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro 1965-1985**. / Marcos Napolitano. – Porto Alegre: Estudos Ibero-Americanos, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro / Marcos Napolitano. – São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **Recordar é vencer**: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. Antíteses: V. 8, n. 15 esp., p. 9–44, nov. 2015.

NASCIMENTO, Lerisson Christian. **Profissionalização do jornalismo em Mossoró/RN: profissionalismo e poder local**. 2008. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

NASCIMENTO, Suliendson Dantas do. **O Jornal O Mossoroense e o Espetáculo Cívico (1970-1983)**: Abertura Política, Cotidiano e Ruptura do Sistema de Enunciados. / Suliendson Dantas do Nascimento. - Mossoró, 2023.

OESTE. **Revista do Instituto Cultural do Oeste Potiguar**: ICOP. / Instituto Cultural do Oeste Potiguar – n. 12, setembro, 2010. Mossoró: ICOP, 2010.

O MUNDO COMO REPRESENTAÇÃO: UMA ENTREVISTA COM ROGER CHARTIER. Colirium: **Revista de estudos representacionais e Representologia**, v.1, n.1/2026.

Os Rosados encenam: estratégias e instrumentos da consolidação do mando / Lemuel Rodrigues da Silva. – Mossoró: Queima Bucha, 2004.

ORTEGA, Any. **Dicionário de conceitos políticos**/ organizadores: Any Ortega e Stanley Plácido da Rosa Silva – São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2020.

PARISER, Eli. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Brasil contemporâneo**. 2. ed. / Sandra Jatahy Pesavento. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

PRADO, Giliard da Silva. **Por uma história digital**: o ofício de historiador na era da internet. Tempo e Argumento, Florianópolis, v.13, n. 34, e0201, set./dez. 2021.

RANCIÈRE, Jacques, 1940- **O ódio à democracia** / Jacques Rancière: tradução Mariana Echalar. – I – ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

REBOUÇAS, Ângela Cláudia Rezende do Nascimento. **Tradições discursivas do editorial no jornal O Mossoroense**. Recife: Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Letras, 2017.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales – a inovação em história**. José Carlos Reis. – São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RESENHA DE SCHWARCZ, L. M. (2019). **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

ROSENFELD, Denis L. **O que é democracia** / Denis L. Rosenfield. – 5. ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994. – (Coleção primeiros passos; 219).

ROSSI, Clóvis. **O que é Jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. S. T. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Roberto Sousa. **História do Brasil República**. / Roberto Sousa Santos. – Aracaju: UNIT, 2011.

SANTOS, Rodrigo Otávio dos. **Fundamentos da pesquisa histórica** [livro eletrônico] / Rodrigo Otávio dos Santos: Curitiba: InterSaberes, 2016.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 54-66.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

SILVA, Marcos Antonio da. Partidos e eleições no Rio Grande do Norte (1982-2014): institucionalização e estabilidade relativa. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v.47, n. 2, p.63—91, jul./dez., 2016.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**/ Kalina Vanderlei Silva, Maciel Henrique Silva. – 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** Edição Marcos Marcionilo; Rev. Rita de Cássia; - 2. Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**/ Nelson Werneck Sodré. 4. ed. (atualizada) – Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Vida e morte da ditadura**: 20 anos de autoritarismo no Brasil. Nelson Werneck Sodré, Editora Vozes, 2ª edição– Petrópolis-RJ, 1984.

SOUZA, Duarte. Sobre fake news e fake History. Rosali Fernandez de SOUZA, Rodrigo Aldeia DUARTE. **Revista Mídia e Cotidiano**. Volume 15, Número 3, set./dez. de 2021.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato / Jessé Souza. – Rio de Janeiro: Leya, 2017.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa / John B. Thompson. 9. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TREVISAN, Leonardo. **O pensamento militar brasileiro** [Edição eletrônica] / Disponível em: <https://www.ebooksbrasil.org/eLibris/militar2.html>. Acesso: 16 de nov. de 2024.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **História do Rio Grande do Norte**/ Sérgio Luiz Bezerra Trindade. –Natal: Editora do IFRN, 2010.

VILLA, Marco Antonio. **A HISTÓRIA das CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS (200 anos de luta contra o arbítrio)** / Marco Antonio Villa. - São Paulo, SP: - Ed. Leya, 2011.

VIZEU, Rodrigo. **Os presidentes**: a história dos que mandaram e desmandaram no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro/ Rodrigo Vizeu. — Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2019.

ZIMMERMANN, Ana Carolina. **O revisionismo histórico nas comemorações do golpe civil-militar de 1964 durante o governo Bolsonaro (2019-2022)**: heranças autoritárias e encerramento do passado. Hist. Historiogr., Ouro Preto, v. 16, n. 41, e2003, p. 1-25, 2023.

ANEXO A - Uso pedagógico do jornal como fonte no ensino de História

O jornal como ferramenta pedagógica no ensino de História

Existe uma diversidade de fontes históricas que podem ser inseridas em sala de aula, visando dinamizar o ensino, possibilitando uma aprendizagem acessível, significativa e eficaz. O estudo da imprensa, por exemplo — falada (radiofônica), impressa (jornais, revistas e similares), televisionada (telejornalismo) e digital (plataformas digitais) — constitui fontes de pesquisa capazes de contribuir para a educação dos estudantes no século XXI.

Nossa escolha recai sobre a imprensa impressa (jornais) como uma possibilidade de diálogo com a aprendizagem histórica. Embora não se trate de uma proposta inédita, é, sem dúvida, eficiente. Pretende-se contribuir com a Educação, em particular, na esfera local por meio do manuseio, da análise crítica e da interpretação de textos jornalísticos (linguagem verbal e visual), uma vez que a leitura e o pensamento crítico são imprescindíveis para a formação e construção do conhecimento humano. Isso não se limita a simplesmente ler notícias, mas, sobretudo, a proporcionar “leituras de mundo”. É comum buscar uma notícia nos jornais e absorver outras informações associadas.

De acordo com Adorno (2002, p. 5): “A cultura contemporânea a tudo confere um ar de semelhança. Filmes, rádios e semanários constituem um sistema. Cada setor se harmoniza em si e todos entre si. Toda a cultura de massas, em um sistema de economia concentrada, é idêntica.” Desse modo, o jornal é um produto cultural que, por meio de suas linguagens, é capaz de produzir narrativas e influenciar a opinião sobre os fatos.

Na sociedade da informação em que vivemos, a escola não pode ignorar as mídias em seu contexto educativo. Dessa forma, o uso de textos jornalísticos (impressos ou digitais) na relação ensino-aprendizagem proporciona aos alunos a percepção de que notícia e informação são construções sociais, merecedoras de questionamentos e análise crítica para a compreensão dos acontecimentos. Isso inclui a análise das motivações políticas, das manifestações culturais e dos movimentos sociais em diferentes contextos históricos. Maria Schmidt e Marlene Cainelli (2004, p. 95) refletem:

Referentemente ao processo ensino-aprendizagem, essa nova concepção de documento histórico exclui qualquer tipo de relação autoritária, como a do ensino sempre centrado no professor. O inverso também não está adequado a esse processo de renovação, isto é, o aluno não pode ser relegado a sua própria sorte, como se o ato de conhecer fosse algo dado e espontâneo. Essa concepção propõe que a relação entre professor, aluno e conhecimento seja interativa, uma relação em que o trabalho com os conteúdos e o prazer de aprender poderão ajudar aluno e professor a pensarem historicamente se apoderarem da história vivida numa dimensão totalmente humana.

A pesquisa em análise sobre a transição democrática e o cenário político local nas páginas do jornal *O Mossoroense* (1978-1982), a partir das discussões apresentadas, propõe como produto educacional um plano de aula focado na história local (o papel das oligarquias), por meio da leitura, interpretação e análise crítica de notícias jornalísticas em sala de aula. Analisa-se como essa narrativa influencia o ensino, a aprendizagem, a pesquisa e a produção do conhecimento histórico. De acordo com o jornalista mossoroense Cirilo (2016) “[...] a comunicação, em suas diferentes vertentes, expressa-se como propagadora de informações do presente, mas os registros do dia tornam-se valiosas fontes no futuro, inclusive no resgate da memória de algo esquecido”.⁸⁷

A relação entre mídia, pesquisa e ensino-aprendizagem contribui para a percepção, compreensão e interpretação dos eventos históricos sob diferentes olhares e perspectivas, fomentando a prática da leitura e a busca por novos saberes, enriquecendo o repertório cultural por meio da pesquisa e produção textual. O respectivo plano de aula constituir-se-á como um material acessível e útil para o público escolar, podendo ser inserido no calendário anual e socializado nos eventos da escola, como jornadas pedagógicas, feira de ciências, formações docentes, entre outros. Dessa forma, o professor, ao utilizar o jornal como fonte de pesquisa, possibilita no ambiente escolar: “o estabelecimento da cultura e prática da pesquisa historiográfica”.

O principal propósito do instrumento pedagógico desenvolvido nesta produção acadêmica não é transformar o educando em um “historiador mirim”, conforme Ferreira e Oliveira⁸⁸, mas sim que ele aprenda a lidar com questões presentes em seu cotidiano e na realidade ao seu redor, avaliando criticamente o mundo de informações que o cerca. Nesse sentido, a educadora Circe Bittencourt afirma:

⁸⁷ CIRILO, ref. 16. p. 52.

⁸⁸ Dicionário de ensino de história, ref. 3, p. 201.

Na sociedade contemporânea, as rápidas transformações no mundo do trabalho, o avanço tecnológico configurando a sociedade virtual e os meios de informação e comunicação incidem fortemente na escola, aumentando os desafios para torná-la uma conquista democrática efetiva. Transformar práticas e culturas tradicionais e burocráticas das escolas que, por meio da retenção e da evasão, acentuam a exclusão social não é tarefa simples nem para poucos. O desafio é educar as crianças e os jovens, propiciando-lhes um desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico, de modo que adquiram condições para enfrentar as exigências do mundo contemporâneo. Tal objetivo exige esforço constante de diretores, professores, funcionários e pais de alunos e de sindicatos, governantes e outros grupos sociais organizados (Bittencourt, 2008, p. 14).

Os estudantes do século XXI convivem com uma “avalanche” de informações a todo momento. Torna-se, necessário, através do uso de diferentes estratégias e metodologias no ambiente escolar ou extrassala de aula, ensinar os alunos a “filtrar” as notícias com criticidade, objetivando o aproveitamento cultural e psicoemocional.

Mesmo em uma geração nascida e educada na Era Digital, segundo o pensamento de Marc Prensky (2001), chamados de “nativos digitais”. Os educandos devem conhecer as narrativas impressas, em particular, os jornais (fontes escritas de pesquisas), capazes de desenvolver análise crítica do contexto sociocultural, onde eles estão inseridos (ambiente de pertencimento), mantendo diálogo com o jornal na esfera escolar. Assim, interessa a esta investigação histórica, articular os resultados da pesquisa com práticas de ensino de História, fazendo uso dos jornais como fontes documentais, facilitador no processo de ensino-aprendizagem.

No maravilhoso mundo digital, as ficções são muitas e variadas. No entanto, em última análise, quase todas elas se apoiam na mesma quimera fundadora: as telas transformaram fundamentalmente o funcionamento intelectual e a relação que os jovens, doravante chamados *nativos digitais*, mantêm com o mundo (Desmurget, 2021, p.12).

A crise de uma sociedade nos seus diversos aspectos, afeta a escola. Em face das diferentes consequências que atinge a população jovem, diante dos problemas e dos desafios no período escolar. Os atores corresponsáveis pela Educação no País (exemplos: gestores e professores) e os órgãos competentes, não devem subestimar os efeitos negativos decorrentes de uma educação arcaica, obsoleta, precária ou deficitária. Diante de uma sociedade, cujo retrospecto, marcada historicamente pela exclusão étnica, econômica e social. A educação de qualidade, é a porta que abre possibilidades aos jovens estudantes, pela construção e valorização da dignidade humana.

A educação deve proporcionar um ensino prazeroso às novas gerações, oportunizando o uso de diferentes fontes na construção da consciência histórica, como destaca Fonseca (2008, p. 56):

Diversificar as fontes utilizadas em sala de aula tem sido o maior desafio dos professores de história na atualidade. Superar a relação de submissão e não ceder à sedução exclusivista do livro didático requer uma postura de criticidade diante do conteúdo veiculado. Analisando os livros didáticos de história utilizados atualmente percebe-se que a simplificação de temas amplos em fatos isolados, principal característica, permanece. O ensino de história é um espaço complexo, no qual atuam diferentes propostas de saber e poder, cabendo aos professores de história o papel fundamental de desenvolver um ensino que contribua para a formação do pensamento crítico e reflexivo, para a construção da cidadania e para a consolidação da democracia entre nós.

Em vista disso, entende-se que o Livro Didático, não se constitui a única ferramenta como recurso disponível ao professor para utilizar em sala de aula. A presente geração de estudantes espera receber uma Educação abrangente (holística), conhecimentos interligados sobre a vida, a natureza e a sociedade, tais como: política, economia, cultura, religião, meio ambiente, cidadania, bioética, geopolítica etc. Pluralidade de opiniões, diversidade cultural, convívio pacífico com o outro etc. Educar vai além da obrigatoriedade de decorar teorias, fórmulas e conceitos para os exames escolares/nacionais, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Segundo a Base Nacional Comum Curricular (2017), os estudantes devem:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional e nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica (BRASIL, 2017, p. 570).

Frente a isso, entender as diferenciações ideológicas na sociedade, valores democráticos, noções de cidadania, respeito a diversidade social e a pluralidade de pensamentos, distinguir igualdade, equidade e justiça social, compreender as raízes históricas das desigualdades nacionais e locais, entre outros. Porque, uma das funções da escola, consiste em fazer os estudantes a pensar e ter prazer pelo pensamento. Os educandos precisam “pensar fora da bolha” do universo virtual, decorrentes do uso contínuo e inadequado das redes sociais.

O professor de História pode ensinar o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias; o saber fazer, o saber fazer bem, lançar os germes do histórico. Ele é o responsável por ensinar o aluno a captar e a valorizar a diversidade dos pontos de vista. Ao professor cabe ensinar o aluno a levantar problemas e a reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula de História, temas em problemáticas (Schmidt, 2017, p. 57).

Atualmente, os estudantes têm fácil acesso, contato e manuseio com diversas ferramentas que veiculam notícias, informações e conhecimentos, como as telas da TV, do computador e do celular — este último, onipresente nas mãos e ubiquamente conectado à internet, funcionando como espaço de expressão e refúgio emocional. Nesses dispositivos, circulam livremente notícias, informações e conteúdos históricos. Porém, sem uma formação crítica adequada desenvolvida na escola, que prepare os jovens para analisar informações e notícias, eles ficam vulneráveis ao poder manipulatório da mídia, assimilando ideias, conceitos e valores, inclusive fake News, sem o devido pensamento crítico e autonomia referente às relações sociais e digitais das quais fazem parte.

As fontes históricas são abundantes e diversificadas — literatura (nacional e estrangeira), periódicos, charges, fotografias, música, cinema (documentários, filmes e séries), peças teatrais, obras de arte, moedas/cédulas, entre outras — além dos espaços de memória e locais que guardam registros da presença humana, como museus físicos e virtuais, sítios arqueológicos etc. Esses recursos podem ser inseridos no ambiente escolar para dinamizar o ensino e tornar a aprendizagem mais envolvente. Uma das opções é a imprensa, em suas diferentes formas: falada, impressa, televisionada e digital. Assim, o uso do jornal como fonte de informação e conhecimento, aliado ao suporte pedagógico e à sua conexão com a aprendizagem histórica no espaço escolar — tanto interno quanto externo — pode contribuir significativamente para o processo de ensino, aprendizagem e pesquisa na Educação Básica, desde os Anos Iniciais e Anos Finais até o Ensino Médio.

Os jornais, tanto os impressos quanto os digitais, constituem um instrumento de fácil acesso, atraente, de grande atualidade e com uma cobertura rica de assuntos atuais. O professor tem nos jornais um meio para vitalizar os conteúdos escolares relevantes, pois o ato de ler continuará sendo um meio de apropriação de conhecimentos e ampliação de horizontes (Anhussi, 2009, p. 38).

A partir da análise das publicações dos periódicos, considerando a relação entre ensino de História e notícias jornalísticas como material didático-pedagógico.

Inserindo uma das formas de desconstruir e desviar-se do ensino de história, baseado no “Ctrl C”, Ctrl V” ou no arcaico e acrítico método da “decoreba”, metodologia ultrapassada, onde o estudante é obrigado a memorizar “nomes” de personalidades históricas (membros da realeza, do exército, da igreja, lideranças de classes, artistas e intelectuais etc.), lugares e “datas” importantes, sem questioná-los, problematizá-los e refletir sobre os eventos históricos.

Diante do exposto, o periódico *O Mossoroense* (um pioneiro da notícia), entre outros, enquanto fonte de pesquisa histórica, constitui-se ferramenta capaz de oferecer significativa contribuição, especialmente, para a compreensão da histórica local, muitas vezes esquecida pelos livros didáticos de história ou colocado em segundo plano no currículo escolar. Por fim, vale frisar, que devido aos amplos efeitos negativos decorrentes do período pandêmico (Covid-19), mediante a crise sanitária causada pelo coronavírus no biênio 2020 e 2021, em particular, no cenário educacional brasileiro. A presente geração de estudantes, tornou-se uma parcela da população amplamente afetada, devido ao tempo de isolamento social e escolar, visto que as aulas funcionaram sob condições atípicas, ou seja, na modalidade remota. A crise de uma sociedade nos seus diversos aspectos (político-econômico, social, ambiental, sanitários, conflitos armados etc.) afeta diretamente a escola.

Os órgãos competentes responsáveis pelo levantamento estatístico dos indicadores a respeito da Educação brasileira, comprovam o déficit de leitura, interpretação de textos e escrita dos discentes da Educação Básica e até de estudantes universitários, sentindo constantes oscilações. Diante das inúmeras consequências que atingem a população jovem, os problemas e os desafios no período escolar na Educação nacional, não deve subestimar os retrocessos sociais, decorrentes de falibilidade na educação, obsoleta, precária. O acesso dos estudantes à escola (espaço físico), com instalações, equipamentos físicos e tecnológicos modernos disponíveis (sala de multimídia, laboratórios e biblioteca, quando existem) na unidade de ensino, não garantem que o ensino realizado naquele ambiente é de excelente qualidade. Os educandos são sujeitos de Direito, razão pela qual, deve-se distinguir, claramente, a presente e as futuras gerações, a diferenciação substancial existente entre escolaridade e escolarização.

Em suma, construir uma práxis metodológica de ensinar com sentido, incentivando os alunos na compreensão da realidade onde estão inseridos, também, passa pela pesquisa com fontes históricas. Não se trata de projetos arrojados, mas a

investigação histórica que os incentive a pensar e a ter uma visão crítica dos fatos. Estimulando a valorização de suas identidades e pertencimento como indivíduos proativo na sociedade.

Assim sendo, o presente trabalho propõe desenvolver e executar um plano de aula, objetivando fomentar o fortalecimento das competências e habilidades dos educandos em conhecer diferentes narrativas a respeito do processo histórico, as vivências e os saberes, tornando o aluno partícipe na produção e construção do conhecimento histórico. Procurando contribuir com o debate de qualidade a respeito da história local. As análises oriundas da pesquisa com as narrativas jornalísticas e históricas culminaram com o planejamento pedagógico e execução, objetivando contribuir com a indissociável relação ensino-aprendizagem dos discentes do Ensino Fundamental II (Anos Finais), realizada na turma do 9º ano (2025) da Escola Municipal de 1º grau Pedro Fernandes (22 alunos matriculados), com acesso à Internet, localizada no Projeto de Assentamento (Poço Novo), zona sul do município de Baraúna-RN. Estabelecimento institucional de Ensino Fundamental, fundado há várias décadas.

Época em que o distrito de Baraúna pertencia a Mossoró, emancipando-se no dia 15 de dezembro de 1981, no mandato do governador Lavoisier Maia (1979-1983), noticiada no jornal *O Mossoroense*, conforme citado na introdução desta pesquisa. A referida área rural (antiga fazenda) pertencia aos Fernandes, família tradicional mossoroense. A propriedade foi vendida ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1998, com uma área de 3.172 hectare (Baraúna/Gov. Dix-Sept Rosado), conforme placa oficial na entrada da comunidade, onde hoje estão assentadas 200 famílias. A ampliação e reinauguração da escola aconteceu em 2011, pela gestão pública municipal. Local onde leciono há catorze anos, até a presente data.

Nessa perspectiva, a partir da análise da fonte e investigação histórica, proponho socializar com os professores em exercício na docência e aos pesquisadores em geral, a proposta do seguinte planejamento didático-pedagógico, instrumento de referência docente, essencial ao processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, sujeitos históricos, atores sociais e cidadãos, buscando os saberes histórico e escolar, forma legítima e imprescindível na formação humana por um futuro com dignidade e valorização social.

Proposta de plano de aula

PLANO DE AULA	
Unidade Escolar:	Escola Municipal de 1º grau Pedro Fernandes
Professor:	Ricardo de Melo Carvalho
Turma:	9º ano
Turno:	Vespertino
Carga horária:	7 h/a

Conteúdo ministrado:

- História do Brasil
- Governo militar (1978-1982)
- História do Rio Grande do Norte (1978-1982)
- Oligarquias do Rio Grande do Norte (1978-1982)

Tema: Narrativas do jornal *O Mossoroense* (1982): Oligarquias, eleições e o voto.

Fonte: produção do autor (2025).

Objetivo geral: Compreender o processo de transição democrática (1978-1982) nas narrativas do jornal *O Mossoroense* e os efeitos na história local.

Objetivos específicos:

- ✓ Conhecer o jornal como fonte histórica e ferramenta de pesquisa, informação e aprendizagem;
- ✓ Compreender a história do Brasil, a relação com a imprensa e a história local;
- ✓ Entender a conjuntura política nacional e a relação com as oligarquias nas eleições locais em 1982;
- ✓ Conhecer alguns atores sociais presentes na política, na memória e história local;
- ✓ Estimular os educandos em conhecer a história local como espaço de saber;
- ✓ Cultivar o interesse pela leitura, pesquisa e análise crítica de informações veiculadas na mídia impressa ou digital.
- ✓ Refletir sobre o papel da produção cultural engajada na oposição à ditadura.

Competências Gerais⁸⁹ propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na área de Ciências Humanas

Competência: Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Competência: Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

Competência: Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Habilidades propostas para o Ensino Fundamental II (9º ano) do componente curricular de História da Base Nacional Comum Curricular (2018)

(EF09HI02) – Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954.

(EF09HI20) – Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar.

(EF09HI22) – Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988.

(EF09HI33) – Analisar as transformações nas relações políticas locais e globais geradas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação.

Metodologia:

⁸⁹BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF: MEC, 2018. p. 9-10.

Parte dos alunos da turma (9º ano - 2025) conheceram o acervo físico do jornal *in loco* (Museu Histórico Lauro da Escóssia) em Mossoró-RN, levado pelo professor a uma aula de campo, em outros momentos da escola. Aula expositiva e dialogada, com análise de notícias e reportagens do jornal *O Mossoroense* (textos e charges) incentivando os educandos no conhecimento e criticidade das narrativas pesquisadas, explicação e apresentação (escrita e oral) das notícias em sala de aula. Tendo a possibilidade de novas apresentações em futuros momentos (eventos) externos à comunidade escolar, como Feira de Ciências.

Desenvolvimento:

1. O professor faz uma explanação sobre a origem e evolução histórica do jornal impresso no Brasil e, em particular, do jornal *O Mossoroense*. Momento oportuno para suscitar indagações e diagnosticar os conhecimentos prévios ao ouvir as experiências dos educandos como jornal como meio de comunicação, informação e documento histórico. O que eles sabem sobre o jornal impresso, o contato deles com o periódico, o tempo que ocupam, habitualidade ou eventualidade, o que procuram e assimilam no manuseio com a fonte jornal (físico) ou digital.
2. O docente conduz a discussão com os educandos sobre a influência das oligarquias tradicionais presentes no cenário político brasileiro e, em particular, na terra potiguar, entre elas: Alves, Maia e Rosado. Contextualizando os conceitos de política, oligarquias e o “voto camarão”, usando textos e interpretação de charges do jornal *O Mossoroense*.
3. O professor oportuniza (possibilita) a leitura, interpretação e análise de textos e charges sobre a temática proposta, estimulando os educandos para produção escrita e apresentação oral em sala de aula. Espaço oportuno para ouvi-los, observar as suas abordagens e compreensão a respeito da história local.

Materiais: Apagador, caderno, canetas, cartolina, cola branca, dicionário de conceitos históricos, folha A4, impressora, textos jornalísticos, lápis grafite, lousa, notebook, mouse, papel crepom, pinceis, projetor, régua, tesoura etc.

Avaliação:

O planejamento didático mediado pelo professor regente do Componente Curricular de História e desenvolvido pelos educandos (protagonismo estudantil), leva em consideração o processo de avaliação contínua por observação do professor, considerando (assiduidade, criatividade, participação e organização) o engajamento dos discentes no contato com a fonte histórica (o jornal), apresentações: individual, coletiva e atividade escrita.

Glossário:

- Política: a arte de conquistar o poder e mantê-lo, motivados por interesses e estratégias, através dos séculos.
- Oligarquia: grupo político, econômico e familiar que controla o poder regional/local.
- Voto “camarão”: consistiu na possibilidade de votar (1982, RN) jogando fora a cabeça da chapa - governador do estado e senador - aproveitando o resto.

Questionário:

1. Você já teve contato com um jornal impresso? () Sim () Não
2. O que você espera encontrar nas páginas de um jornal?
3. O que a leitura de um jornal pode contribuir/servir para você?
4. Como o jornal O Mossoroense incentiva os estudantes a prática de leitura?
5. Por que o jornal é uma fonte histórica?
6. Que interesses estão envolvidos na produção de notícias jornalísticas?
7. O que é uma oligarquia?
8. Que oligarquias no Rio Grande do Norte protagonizaram o cenário político local nas eleições de 1982?
9. Na emancipação do município de Baraúna, o povo foi consultado? Como?
10. Qual a relação das oligarquias com a história/memória local?

ANEXO B – Charge A: ⁵⁰Reis Maia



A charge faz referência à sucessão no governo estadual do Rio Grande do Norte por três membros consecutivos da mesma família: a oligarquia Maia, fortemente presente nos espaços de poder estadual e federal. Ao centro, Tarcísio Maia (1975-1979), escolhido pelos militares para governar o estado e líder da ARENA/PDS no Rio Grande do Norte. À esquerda, seu primo Lavoisier Maia (1979-1983), também indicado por Tarcísio e pelo regime militar como sucessor ao cargo de governador. À direita, José Agripino Maia, então prefeito de Natal e filho de Tarcísio Maia, foi apoiado pelo pai, indicado pelo primo e escolhido pela convenção do partido (PDS) como candidato ao governo estadual em 1982. Elegeu-se pelo voto popular, tornando-se o terceiro membro consecutivo da família Maia a assumir o governo do estado, exercendo seu primeiro mandato de 1983 a 1986.

ANEXO C – Charge B: ⁵¹Voto Camarão

A imagem faz referência ao chamado “voto camarão”, uma estratégia alternativa ao voto vinculado — norma eleitoral vigente à época — que obrigava o eleitor a votar exclusivamente em candidatos de um mesmo partido. O “voto camarão” consistia em estimular os eleitores a votarem em todos os candidatos do partido (PDS), exceto para o cargo de governador do estado ou de senador, anulando ou deixando em branco. Opção como forma de protesto ou dissidência política.